

desafios

ipea

Exemplar de Assinante

do desenvolvimento

desafios

Um salto de qualidade

A nova política industrial desonera, subsidia e financia 25 segmentos produtivos e se torna peça-chave para o futuro da economia brasileira

WANDERLEY GUILHERME

"Está faltando um bom partido conservador no Brasil, para dar um pouco de equilíbrio"

TECNOLOGIA

Articulação nacional tem como foco levar inovação às empresas de menor porte

MELHORES PRÁTICAS

Educação de porta em porta garante o sucesso dos alunos de forma simples e barata

ESTE É O PRIMEIRO FÓRUM

CONJUNTO DAS TRÊS

INSTITUIÇÕES, COM O OBJETIVO

DE CONTRIBUIR PARA MELHORAR

AS AÇÕES DE GOVERNO, O

PLANEJAMENTO E A FORMULAÇÃO

DE POLÍTICAS PÚBLICAS.

FÓRUM DE INTEGRAÇÃO



IPEA / SOF / CGU

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

SOF
Orçamento Federal

Controladoria-Geral
da União

Carta ao leitor

A nova política industrial brasileira, que tem como prioridade o aumento das exportações e foi qualificada pelo diretor de Estudos Setoriais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marcio Wohlers de Almeida, como peça-chave para a política econômica do país nos próximos anos, é o tema da reportagem de capa desta edição. Mas, naturalmente, uma medida de tal amplitude não conquista a unanimidade, e a revista **Desafios** reflete isso ao registrar a opinião dos críticos, que, entre outros aspectos, apontam como erro da nova política dar incentivos a segmentos dominados por multinacionais, como o automobilístico.

Como leitura conexa, apresentamos também aos leitores uma ampla explanação sobre o Sistema Nacional de Inovação, uma articulação que busca alcançar as empresas de menor porte para um processo evolutivo que depende não apenas de estímulos oficiais. O Sistema, concebido no ano passado, tem a missão de reunir os vários agentes envolvidos e garantir um caráter nacional ao processo de inovação e a difusão de padrões de qualidade e de tecnologias para o conjunto do mercado.

A entrevista deste mês prossegue a série, iniciada no ano passado, com os renomados intelectuais que fazem parte do novo Conselho de Orientação do Ipea. Desta vez, o professor Wanderley Guilherme dos Santos, da Universidade Candido Mendes, do Rio de Janeiro, faz uma análise *sui generis* do desenvolvimento nacional sob o viés da ciência política. Sua crítica ao desbalanceamento do cenário institucional do Brasil na etapa atual por conta do desajuste da representação do pensamento conservador merece reflexão de todos os brasileiros que se preocupam com a construção de um país melhor.

Esta edição também registra os passos dados pelo governo federal no sentido do ingresso do Brasil no seleto grupo de países que investem no mercado mundial por meio de Fundos de Riqueza Soberana, os Sovereign Wealth Funds (SWFs), aqui conhecidos simplesmente como fundos soberanos. A iniciativa virou moda entre economias emergentes da Ásia e países produtores de petróleo, mas uma versão adaptada aos interesses nacionais pode ser de grande utilidade se adotada neste momento.

As relações internacionais voltam a ser abordadas em uma extensa reportagem sobre o acercamento do Brasil com a Índia. Embora muito distantes na geografia e na cultura, os dois países pretendem, juntos, se fortalecer para enfrentar os gigantes do mundo globalizado, e trocam experiências com o objetivo de unir o crescimento com o avanço da justiça social.

O entendimento alcançado entre o Ministério da Educação (MEC) e os setores empresariais do país para o aprimoramento do Sistema 'S' é descrito com profundidade em outra reportagem desta edição. E, na reportagem mensal dedicada ao tema Melhores Práticas, um exemplo vitorioso vem da pequena cidade de Taboão da Serra, incrustada na Grande São Paulo, cujos professores da rede municipal visitam as residências dos alunos para melhor compreender seus problemas familiares.

Boa leitura.

Jorge Abrahão de Castro, diretor-geral da revista Desafios do Desenvolvimento

Cartas ou mensagens eletrônicas devem ser enviadas para: desafios@ipea.gov.br
Diretoria de redação: SBS Quadra 01, Edifício BNDES, sala 1515 - CEP 70076-900 - Brasília, DF
Visite nosso endereço na internet: www.desafios.ipea.gov.br

Governo Federal
Secretaria de Assuntos Estratégicos
da Presidência da República
MINISTRO Roberto Mangabeira Unger

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

PRESIDENTE Marcio Pochmann

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

desafios
www.desafios.ipea.gov.br **do desenvolvimento**

DIRETOR-GERAL Jorge Abrahão de Castro
ASSESSOR-CHEFE DE COMUNICAÇÃO Estanislau Maria
COORDENADORA ADMINISTRATIVA Dóris Magda Tavares Guerra
CONSELHO EDITORIAL André Gambier Campos, Dóris Magda
Tavares Guerra, Estanislau Maria, Jorge Abrahão de
Castro, Jorge Luiz de Souza, José Aparecido Carlos
Ribeiro, Maria da Piedade Morais, Marina Nery e
Roberto Müller Filho

Redação

EDITOR-CHEFE Roberto Müller Filho
EDITOR-EXECUTIVO Jorge Luiz de Souza
BRÁSILIA Edla Lula e Ricardo Wegrzynowski
RIO DE JANEIRO Luiz Fernando Dutra
SÃO PAULO Cláudia Izique e Manoel Schindwein
EDITORA DE ARTE Débora de Bem
ASSISTENTE DE ARTE Cleber Estevam
JORNALISTA RESPONSÁVEL Roberto Müller Filho

Colaboradores

FOTOGRAFIA Guito Moreto
ILUSTRAÇÃO Erika Onodera
REVISÃO Mauro de Barros
FOTO DA CAPA John Madere/Corbis

Cartas para a redação

SBS Quadra 01, Edifício BNDES, sala 1515
CEP 70076-900 - Brasília, DF
desafios@ipea.gov.br

Assinaturas

assinaturadesafios@ipea.gov.br
(061) 3315-5251

Impressão

Cromos – Editora e Indústria Gráfica Ltda.

AS OPINIÕES EMITIDAS NESTA PUBLICAÇÃO SÃO DE EXCLUSIVA E DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES, NÃO EXPRESSANDO, NECESSARIAMENTE, O PONTO DE VISTA DO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA).

É NECESSÁRIA A AUTORIZAÇÃO DOS EDITORES PARA A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTEÚDO DA REVISTA.

DESAFIOS (ISSN 1806-9363) É UMA PUBLICAÇÃO MENSAL DO IPEA, PRODUZIDA PELA SEGMENTO RM EDITORES LTDA.

 **segmento**

SEGMENTO RM EDITORES LTDA.
RUA CUNHA GAGO, 412 - 4º ANDAR - CJ. 43 - PINHEIROS - SÃO PAULO - SP
CEP 05421-0011 - TEL. (11) 3094-8400

desafios

do desenvolvimento

Sumário

8 **Entrevista – Wanderley Guilherme dos Santos**

Professor diz que falta um bom partido conservador no Brasil, para dar um pouco de equilíbrio

16 **Fundos Soberanos – Uma aposta diferente no mercado internacional**

Brasil prepara ingresso na nova moda entre os países emergentes e produtores de *commodities*

22 **Brasil-Índia – Crescer com justiça social**

Juntos, os dois países pretendem se fortalecer para enfrentar os gigantes do mundo globalizado

30 **Política Industrial – Peça-chave para o futuro da economia brasileira**

PDP tem R\$ 266 bilhões em desonerações tributárias, subsídios e financiamentos a 25 segmentos

38 **Sistema ‘S’ – Com mais de 60 anos, é hora de reformar**

Acordo encerra disputa entre governo e empresários por orçamento para qualificação e assistência

44 **Tecnologia – Articulação para chegar às empresas de menor porte**

Sistema de Inovação busca preencher dinâmica que não depende apenas de incentivo fiscal

52 **Melhores Práticas – Educação de porta em porta**

Programa de município paulista ganha prêmio ao pôr o professor dentro da casa do aluno

Seções

6 **Giro**

60 **Circuito**

62 **Estante**

64 **Indicadores**

66 **Cartas**

Artigos

15 **Alarme falso e soberania ameaçada**

Marco Paulo Fróes Schettino e
Henry Trindade Barretto Filho

37 **A idéia contemporânea do “social”**

Carlos Sávio G. Teixeira

51 **Quilombos e o direito à terra**

Bárbara Oliveira Souza

59 **Cortiços – uma realidade velada**

Alessandra d'Avila Vieira

63 **O SUS precisa de mais recursos**

José Aparecido Carlos Ribeiro

Ilustração: Ethia Onodera



16

Foto: Gianni Inorio/Grand Tour/Corbis



22

Foto: Andrew Brookes/Corbis



30

Foto: Beatriz Albuquerque/PMTS



52

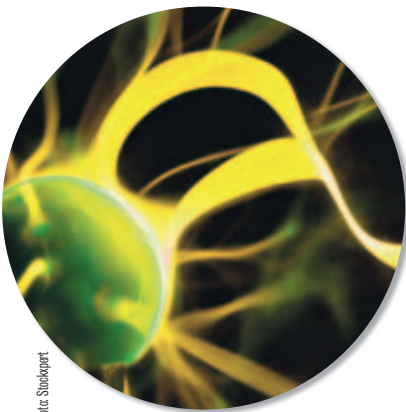
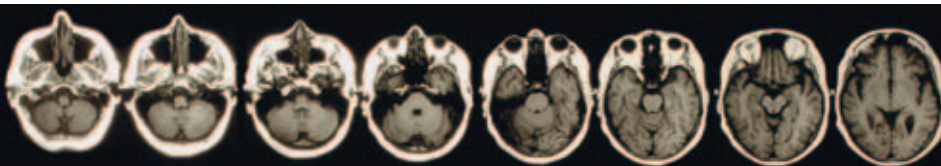


Foto: Shutterstock

Física

Brasil ganha rede de altas energias

O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) criou a Rede Nacional de Física de Altas Energias (Renafae), que terá a função de coordenar as atividades dos grupos atuantes em física de altas energias no Brasil e, em particular, as atividades associadas às grandes colaborações internacionais. A rede também desenvolverá um programa de mobilização de empresas instaladas no país para atuar no desenvolvimento da instrumentação e de softwares para as colaborações internacionais da área. A Renafae será coordenada pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), contará com um comitê técnico-científico e vai atuar durante seis anos.



Energia nuclear

Nordeste terá fábrica de radioisótopos

Pernambuco será o primeiro estado do Nordeste a receber uma unidade de produção de FDG, radioisótopo utilizado em tomografia por emissão de pósitrons (PET). O Centro Regional de Ciências Nucleares do Nordeste (CRCN), órgão da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), por meio da Unidade de Produção e Pesquisa de Radiofármacos (Upa), iniciará a fabri-

cação da substância ainda neste ano. Hoje, os equipamentos que utilizam a técnica são encontrados apenas em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A Upa de Pernambuco está em construção nas dependências do CRCN, com investimentos de R\$ 15 milhões. A expectativa é atender a uma demanda superior de 20 tomógrafos e 52 mil procedimentos PET ao ano na região.

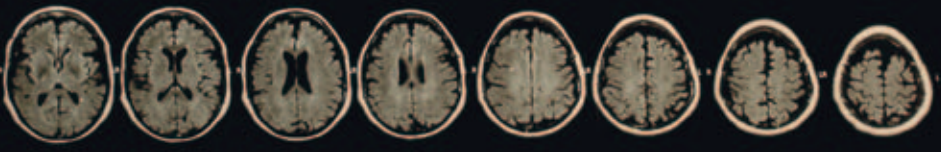


Foto: Shutterstock

Geologia

Delaminação pode ter originado a cordilheira dos Andes

Os Andes parecem não ter se formado gradualmente, como sugeriam as teorias tectônicas predominantes. Um estudo coordenado por Carmala Garziane, professora de geologia da Universidade de Rochester, nos Estados Unidos, afirma que a maior cadeia de montanhas do planeta irrompeu abruptamente, dobrando de tamanho durante um curto período geológico, de 2 milhões a 4 milhões de anos. Os registros de mudanças de al-

titude mostraram que os Andes cresceram lentamente por dezenas de milhões de anos, mas subitamente aumentaram muito mais rapidamente, entre 10 milhões e 6 milhões de anos atrás. Os pesquisadores verificaram que, associada às suas descobertas, havia uma ampla gama de indicadores geológicos – incluindo a história das dobras, falhas, erosão, erupções vulcânicas e acúmulos de sedimentos – que sugerem a provável ação de um

processo de “delaminação” na formação da cordilheira, ou seja, em vez de erodir lentamente, a raiz se aquece e escoava para baixo, até que abruptamente se rompe e afunda no fluido quente do manto. As montanhas acima, repentinamente livres do peso da raiz, disparam e, no caso dos Andes, se elevaram de uma altura de menos de dois quilômetros para cerca de quatro quilômetros em menos de quatro milhões de anos.



Foto: Sxc.hu

Sensoriamento remoto

Inpe já distribuiu 500 mil imagens do Cbers

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), comemorou a marca de meio milhão de imagens de satélites distribuídas gratuitamente pelo endereço eletrônico <http://www.dgi.inpe.br/CDSR>. A política de dados livres adotada pelo instituto, em 2004, fez do Brasil referência mundial na área de

observação da Terra, tornando o sensoriamento remoto uma ferramenta de fácil acesso. Destas 500 mil imagens distribuídas nos últimos quatro anos, 435 mil são dos satélites do Programa Sino-Brasileiro (Cbers). Apenas para o Brasil, foram distribuídas mais de 430 mil imagens do Cbers para cerca de 15 mil usuários de várias instituições públicas e privadas.

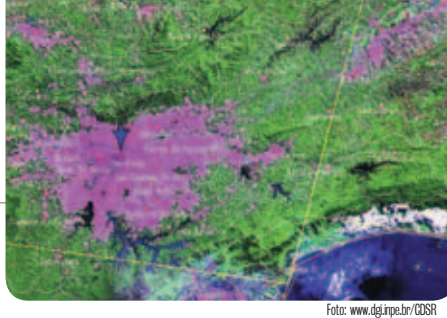


Foto: www.dgi.inpe.br/CDSR

Genética

Um organismo de transição

Pesquisadores dos Estados Unidos, Europa e Japão concluíram o seqüenciamento do gene do anfioxo, um animal marinho com menos de 5 centímetros, cuja aparência se assemelha a um peixe ou a um verme, dependendo de como se olha. O organismo chama a atenção dos cientistas desde que foi descrito como uma espécie de lesma, em 1774, por estar no meio da transição evolutiva entre invertebrados e vertebrados. Os cientistas decifram a estrutura e conteúdo do genoma do organismo e mostraram reorganizações que ocorreram na linhagem dos vertebrados desde que viveu o último antepassado comum entre o anfioxo e os vertebrados, há cerca de 550 milhões de anos. Também identificaram seqüências semelhantes que foram conservadas nos genomas do anfioxo atual e de vertebrados. O seqüenciamento abre possibilidades de comparação com o de genomas de vertebrados, entre os quais o homem.

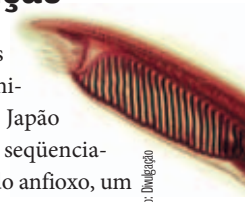


Foto: DWiegand

Amazônia

Torre meteorológica será a 2ª maior do mundo

A Amazônia Ocidental receberá a segunda maior torre de medição meteorológica do mundo. A primeira está localizada na Sibéria. O projeto Torre Alta de Observação da Amazônia (ATTO) permitirá o monitoramento avaliar, em longo prazo, a variação interanual da absorção de dióxido de carbono pela floresta. A avaliação será realizada por instituições do Brasil e da Alemanha. Se-

gundo o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), com o equipamento será possível realizar medições de forma contínua em uma área de observação com raio de centenas de quilômetros. A torre também possibilitará a comparação das emissões continentais com as naturais. Segundo o pesquisador responsável pelo projeto, Juergen Kesselmeier, do Instituto Max

Planck de Química, em uma altitude de 300 metros as condições são mais estáveis, o que permitirá avaliações gasosas sem interferência de outros fatores em um raio bem maior de centenas de quilômetros, diferentemente das torres atuais, que têm de 50 a 60 metros de altitude e medem as trocas gasosas apenas entre a biosfera e a atmosfera. O projeto está orçado em 1 milhão de euros.

Foto: Stockport

Internet

Novo método para combater os worms

Um grupo de pesquisadores nos Estados Unidos desenvolveu uma nova estratégia para combater uma das piores pragas da internet. Conhecidos como worms, esses programas têm a capacidade de se multiplicar sozinhos por redes de computadores, infectando um grande número de máquinas. Diferentemente dos vírus, os

worms não precisam estar associados a um programa instalado no computador atacado. Eles vasculham a internet aleatoriamente, em busca de pontos frágeis para invadir. Ness Shroff, professor da Universidade do Estado de Ohio, e colegas descobriram um método que, afirmam, ajudará os administradores de rede a

identificar e isolar máquinas infectadas, mantendo-as em quarentena para reparos, sem que afetem outros terminais. O modelo calcula a probabilidade e a intensidade de um worm se espalhar, de acordo com o número máximo de varreduras – interações com a rede – que uma determinada máquina realizou antes de cair.

O método inclui colocar qualquer máquina que realizar mais de 10 mil varreduras em uma rede, número muito superior à média mensal de interação de um terminal com a rede na qual se encontra conectado.



Foto: Suethe

Wanderley Guilherme dos Santos

Falta um bom partido conservador no Brasil

“O conservadorismo existe em toda sociedade e está mal representado no Brasil, meio perdido em vários partidos. Certamente, o DEM é um partido conservador, mas que não é aceito pelos conservadores, que não se espelham no DEM. Precisamos de um partido conservador aceito pelos conservadores, para dar um pouco de equilíbrio, que obrigue a esquerda a melhorar também. Para o político que está no poder, está ótimo, mas não é bom para o país, política e economicamente”

Desafios – Qual é a sua principal preocupação atual com o desenvolvimento brasileiro?

Wanderley Guilherme dos Santos – Eu vejo o desenvolvimento como um processo simultâneo de incorporação de segmentos enormes da população ao circuito de mercado, de ambos os mercados, o mercado econômico e o mercado político. Nos últimos 30 anos, o país se transformou materialmente de forma extraordinária. E do ponto de vista político também, com a multiplicação do número de eleitores e de partidos e com a criação de associações de interesses em um prazo muito curto se comparado com o desenvolvimento semelhante na Europa e Estados Unidos, que tomou quase um século. O Brasil foi mais rápido. Esses dois movimentos tornam obsoletas instituições estatais e políticas apropriadas a um país muito menor. O estado brasileiro ainda é, em alguma dose, oligárquico. Com isso quero dizer que há ainda muitos setores dentro do sistema político capazes de vetar políticas mais ousadas do ponto de vista social, como é próprio do sistema oligárquico, em que o recurso maior é o poder de veto, mais do que o de propor alternativas. Tende a certa inércia, não só o nosso, mas os sistemas oligárquicos em geral.

Desafios – Os eleitores já não fizeram uma opção contra as oligarquias?

Wanderley – Nisso nós estamos atrasados. As instituições políticas estão atrasadas com relação ao desenvolvimento econômico e eleitoral. A política institucionalizada está ainda tímida. Há uma interação permanente entre grupos sociais, segmentos, partidos, mas a única novidade depois da ditadura foi o aparecimento do PT. É o único

Por **Jorge Luiz de Souza**, do Rio de Janeiro

partido desse estilo na América do Sul, com base efetivamente trabalhadora. E isso não tem a ver com o perfil dos filiados. Muitas vezes a imprensa fala que grande parte dos filiados ao PT é de classe média. Isto não quer dizer muita coisa. Importa qual é a base eleitoral fundamental do partido. É isso que dá sua personalidade. Os demais partidos reproduzem o tipo de comportamento do período de 1945 a 1964. O PSDB, o PMDB e o DEM, dependendo um pouco da região ou do estado, ainda não trouxeram a sua mensagem por dificuldade de formulação, o que é natural. São muito mais caracterizados pela capacidade de dizer não do que propriamente por uma proposta específica.

Desafios – O que está faltando?

Wanderley – Eu acho que está faltando um bom partido conservador no Brasil, que seja mais criativo, mais inventivo, porque o conservadorismo existe em toda sociedade e está mal representado no Brasil, meio perdido em vários partidos. Certamente, o DEM é um partido conservador, mas que não é aceito pelos conservadores, que não se espelham no DEM. Por isso ele está em um período difícil, de decadência eleitoral. Precisamos de um partido conservador aceito pelos conservadores, para dar um pouco de equilíbrio. Os conservadores estão reativos, e isso não é bom porque acomoda os liberais progressistas, acomoda a esquerda. Qualquer migalhinha é suficiente. Não pode ser assim. Aí, o país vai muito devagar. Precisa haver uma contraparte no mesmo nível, que desafie e seja competitiva, que obrigue a esquerda a melhorar também. Para o político que está no poder, está ótimo, mas não é bom



Um cientista social independente

Bacharel e licenciado em Filosofia, aprovado com distinção no curso de especialização em Problemas do Desenvolvimento Econômico da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), Ph.D. em Ciência Política pela Stanford University, com pós-doutoramento em Antropologia Social, o professor titular (aposentado) de Teoria Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro Wanderley Guilherme dos Santos, carioca de 72 anos, é atualmente diretor do Laboratório de Estudos Experimentais (Leex) e pró-reitor de Análise e Prospectiva da Universidade Candido Mendes, no Rio de Janeiro.

No início dos anos 1960, fez parte do quadro de pesquisadores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), instituição de vanguarda do pensamento desenvolvimentista na época, que foi extinto pelo golpe militar de 1964, levando muitos dos seus integrantes ao exílio. Desde o ano passado, é membro do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que mantém a TV Brasil, vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, e é membro do Conselho de Orientação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O professor Wanderley Guilherme dos Santos é também membro titular da Academia Brasileira de Ciências, comendador da Ordem do Barão do Rio Branco, grã-cruz da Ordem Nacional do Mérito Científico e da Ordem da Cultura Nacional e membro fundador do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Em 2005, foi considerado um dos cinco mais importantes cientistas políticos da América Latina pela Universidade Autónoma Nacional do México.

Tem mais de 30 livros publicados, entre eles o premiado *Quem Dará o Golpe no Brasil*, publicado em 1962 pela Editora Civilização Brasileira nos Cadernos do Povo Brasileiro; *Razões da Desordem* (Editora Rocco, 1993); *Décadas de Espanto e Uma Apologia Democrática* (Editora Rocco, 1998); *Roteiro Bibliográfico do Pensamento Político-Social Brasileiro — 1870-1965* (Editora UFMG, 2002); *Votos e Partidos* (Editora FGV, 2002); *O Cálculo do Conflito — Estabilidade e Crise na Política Brasileira* (Editora UFMG/IUPERJ, 2003) — premiado na categoria Ensaio, Crítica e História Literária pela Academia Brasileira de Letras (ABL) em 2004; *Horizonte do Desejo: Instabilidade, Fracasso Coletivo e Inércia Social* (Editora FGV, 2006) — Prêmio Vitor Nunes Leal, da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) em 2006; *O Ex-Levitã Brasileiro — Do Voto Disperso ao Clientelismo Concentrado* (Editora Civilização Brasileira, 2006); *Governabilidade e Democracia Natural* (Editora FGV, 2007); *O Paradoxo de Rousseau — Uma Interpretação Democrática da Vontade Geral* (Rocco, 2007); e *Acervo de Maldizer* (Rocco, 2008).

para o país, política e economicamente. O PSDB é um partido de quadros, devia cumprir esse papel, mas também não está fazendo.

Desafios — Como chegamos a esse ponto?

Wanderley — Antes de 1964, uma parcela considerável da nação brasileira — toda a população do campo e grande parte da urbana — não era representada, não era protegida pelo estado, não usufruía dos direitos constitucionais que o estado deveria garantir. Mas todos aqueles da classe média para cima, que o estado reconhecia como merecedores ou beneficiários do usufruto da Constituição, eram protegidos. A eles eram garantidos os direitos constitucionais de ir e vir, de expressão, os direitos fundamentais, modernos, a proteção social também. E, sobretudo, para aqueles que podiam pagar mais, era diferenciado. Era um estado que incluía só uma minoria da população, mas garantia universalmente, para essa minoria, todos os direitos constitucionais. Todo filho da classe média podia andar na rua sem problema nenhum. Para a polícia, bastava mostrar que era estudante e estava garantido. Hoje, do ponto de vista formal, dos direitos, houve uma expansão muito grande do estado, foi absorvido todo o campo, foram universalizados os direitos. Porém, o usufruto real não acompanhou. O estado brasileiro hoje não tem condições de assegurar os direitos constitucionais para toda a população brasileira, no campo, nas áreas de fronteira, nas grandes cidades.

Desafios — Isto sem contar as demandas de proteção social, saúde, educação...

Wanderley — Nenhum governo atende a 100% das demandas. Políticas públicas são políticas de *trade off*, de prioridades, de escolha. Eventualmente, para criar leitos de hospitais se é obrigado a deixar de importar ou de produzir aparelhos de hemodiálise.

se. Não se pode ter as duas coisas. É uma escolha trágica. Mais ainda em um país com demandas e carências muito agudas para um grande número de pessoas. Praticamente todo país, à parte os nórdicos, tem carências agudas, mas em uma fração pequena da população. Aqui, são gigantescas em todas as dimensões. Exceto aquele período varguista, e com um preço político muito grande, o século XX foi socialmente muito ruim no Brasil. Não é possível ser um governante bem-sucedido nesse contexto. Não há como atender satisfatoriamente à educação, saúde, saneamento, transporte público de massa. Não há recursos, e mesmo com a abertura para o investimento privado, isso demanda tempo. Investe-se hoje em educação para daqui a dez anos. Em saúde, quanto tempo levou para erradicar a paralisia infantil? A questão é saber como trocar entre prioridades maiores e menores, se é que se pode falar assim.

Desafios — É porque o estado não cresceu na mesma proporção?

Wanderley — Sim, e é curioso porque ao mesmo tempo se vê no noticiário gente reclamando do crescimento do estado do ponto de vista do tamanho do gasto, o que é um problema proporcional, porque, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), o gasto diminui. Não vêem o fato mais relevante: há deficiências, que o próprio noticiário reclama e enfatiza, porque o estado é pequeno, é insuficiente para dar conta dos problemas. E há problemas legais e problemas de percepção, de cultura. O noticiário reclama da ineficiência do estado e em seguida anuncia como se fosse escandaloso um concurso para absorver 50 novos membros para a Polícia Federal, para um país desse tamanho. Polícia, justiça descentralizada e de pequenas causas, tudo isso implica gastos. Se incluir gastos encontra dificuldades, a solução tende a demorar.



O sistema político na Inglaterra do século XIX era muito corrupto, mas chegou a um ponto em que todos decidiram que não dava mais

Desafios – É também herança de um estado voltado para a oligarquia?

Wanderley – É difícil superar isso. Temos um estado hoje com partes absurdamente disformes. O número de ascensoristas, motoristas e vias no serviço público é excessivo para a quantidade de serviços que o

estado presta. É o tipo de ocupação que oligarquicamente se costuma indicar pessoas, e não só no nível federal. A maior parcela de política clientelista se concentra no nível municipal. O nível federal é pequeno, com um milhão de profissionais de formação escolar elevada e uma

distribuição por gêneros bastante equilibrada. É nos níveis estadual e municipal que a política oligárquica ainda está muito presente.

Desafios – Até o PT tem contribuído para sustentar isso?

Wanderley – Todos os partidos só têm contribuído para manter. Mudar isso toma tempo. Mas o próprio processo de evolução material ajuda. Essa coisa clientelista tem sentido em um país em que a oferta de emprego, por parte do mercado, é pequena para o crescimento da população economicamente ativa (PEA). Então, o emprego estatal seria uma forma de redistribuição por parte de quem podia pagar. Era uma espécie de Bolsa Emprego. Na medida em que se tem oferta de emprego, isso tende a diminuir. Aí, emprego deixa de ser um recurso político, moeda de troca política. Mas não depende só da vontade do governo. Depende também do amadurecimento da economia, que reduz a necessidade de certas políticas, como é de esperar que, a médio e longo prazo, o Bolsa Família deixe de ser necessário ou fique uma coisa extremamente periférica, talvez com outro nome. Todo país tem sua política de transferência de renda, mas é ali na margem, e não uma coisa substantiva como é hoje no Brasil, em que o Bolsa Família sustenta a economia de muitas cidades.

Desafios – Dá independência econômica a pessoas sem alternativa de emprego...

Wanderley – Hoje, sim. E com isso liberta o cidadão do ponto de vista político também. A urbanização trouxe a decadência do coronelismo, no sentido clássico, dos senhores de terra que tinham o monopólio da compra do trabalho e da oferta de emprego, e resultava na política de cabresto mesmo. A urbanização foi um dos fatores de libertação política das pessoas que saíam do campo para a cidade e fi-

cavam anônimas, ao sabor do mercado. Uma vida complicada, por um lado, mas ao mesmo tempo livre para escolher. Só que isso gerou um problema sério institucional. O estado tem que ser capaz de assegurar a constitucionalização do país. Se fizer isso, vai ter repercussão no conjunto da economia. Essa é uma das razões do esvaziamento do Rio de Janeiro. É fundamental para um país ter a garantia da lei. Custa caro, mas é um investimento. Temos que fazer um investimento constitucional. Parece perfumaria, mas não é. Quando se fala em incerteza jurídica, isto é um aspecto que tem a ver com o fato de que o país não está constitucionalizado.



É inaceitável não registrar a candidatura de quem tem ficha; ou deixe o eleitor resolver ou que a Justiça seja mais rápida

Desafios – Avancamos na democracia e deixamos a desejar na eficiência do estado?

Wanderley – Na participação eleitoral, o avanço é fantástico. Na eficiência do estado, não tanto, mas eu precisaria estudar isso com mais calma, realmente não tenho segurança para afirmar. Eu não sei, por exemplo, se um país antigo como a França está em vantagem em relação ao Brasil nesse particular. Até o fato de sermos atrasados facilita. Não há muita legislação a ser substituída. É muito pior ter uma legislação a substituir do que não ter nada e colocar ali alguma coisa. Na França, tudo já está regulado. Já a Espanha seria um bom exemplo de país que se modernizou com a participação curiosamente de uma instituição conservadora que é a Opus Dei. O problema do Brasil é que os conservadores estão mal. Não estão conseguindo canalizar para um programa positivo um conservadorismo natural que existe em toda sociedade – o temor da mudança, o desejar que as coisas sigam mais devagar... Temos conservadores que do ponto de vista do discurso são extremamente moralistas e do ponto de vista da prática é onde está a oligarquia.

Desafios – Como isso emperra o país?

Wanderley – É essa atitude difusa, de veto, que é tipicamente oligárquica, de ser contra. Agora, o DEM começa a ter coragem de falar que é contra impostos, quer acabar com este ou aquele tributo. Mas muitos têm medo de perder votos. Eu acho que não perderiam. O que os faz perder espaço é essa indefinição. Não sabem ser oposição, não sabem que papel cumprir. Podem formar coalizão de centro-conservadora, como já tivemos e podemos voltar a ter. Não é nada demais, isso é da vida democrática. Agora, para os conservadores terem hegemonia do processo, só por golpe. Não têm força para isso hoje.

Desafios – A democracia brasileira está precisando de que tipo de cuidado?

Wanderley – O problema da democracia no Brasil, eu venho insistindo nisso, é de constitucionalização. Do ponto de vista estritamente formal, não há o que fazer. Temos na Constituição a possibilidade da

mobilização popular para ter iniciativa de legislação, temos plebiscitos, referendos. Então, a legislação, a ordem legal e jurídica está disponível, mas não é utilizada na sua extensão toda pela população porque não há garantia. Não basta estar lá essa legislação, é preciso ter garantia de que se pode usar. O problema democrático no Brasil é de constitucionalização, e não do manual. E alguém tem que impor limites. Quando não existe árbitro, a competição por recursos e pelo acúmulo de riquezas é violenta. E distribuição de renda está havendo. O problema é que as pessoas só podem usufruir a renda no sentido mais mesquinho, que é comprar um pouco mais de farinha. O resto, não pode. Sair à noite, não pode. Não adianta sobrar um pouquinho de dinheiro. As pessoas ficam em casa, ninguém sai. A televisão é a coisa mais vendida no país hoje. O problema não é de distribuir renda. É poder consumir essa renda, ser livre.

Desafios – Como se sai disso?

Wanderley – Não vale a resposta “não sei”, não é? Falta uma unanimidade social em relação a alguns problemas, embora exista unanimidade do sentimento de que é necessário fazer alguma coisa. Há muita divergência, discrepância e controvérsia com relação a como fazer. Na segunda metade do século XIX, na Inglaterra, de repente se teve unanimidade da classe política de que se tinha que acabar com a corrupção. Era um sistema muito corrupto, mas chegou a um ponto em que todos decidiram que não dava mais. Houve consenso, e aí a coisa avançou. Está faltando ainda aquiescência em torno de medidas, de uma linha política que eventualmente pode aparecer na campanha à Presidência da República. E então se espera para ver se a população vota nisso ou não. Mas eu acredito que em 2010 isso vai aparecer.

Desafios – Em duas ocasiões de eleição no Brasil o candidato da direita usou isso e venceu...

Wanderley – Isso não caracteriza mais uma posição de direita. A necessidade de se fazer alguma coisa nesse sentido não é mais um discurso exclusivo da direita, de maneira nenhuma. É um discurso da maioria, não é para proteger uma minoria. Isso sempre houve, agora é outra coisa. É a Constituição que está sendo atacada, violentada, desmoralizada na prática. Tem que haver uma defesa da Constituição. A corrupção é uma questão central, e do fim da ditadura para cá piorou em vários aspectos. Por outro lado, melhoramos por obra da imprensa, da liberdade existente, e por obra de governos, porque há a denúncia, há a legislação e um movimento de limpeza do estado. Quase todo dia se tem notícia de um prefeito que foi cassado, de impedimento de políticos. Então, está acontecendo, só tem que avançar mais rápido.

Desafios – Mas não tem avançado no parlamento...

Wanderley – Não. Na própria sociedade, o ilícito é generalizado. É inacreditável o apetite do ganho extra, sem limites. Muitas vezes é um vidro de remédio que vem pela metade... Então, é um longo caminho, mas seguramente avançar a democracia no Brasil é garantir a igualdade da oportunidade de usufruir dos direitos constitucionais. Tem que haver isso. Várias deficiências colaboram para essa dificuldade. É o sistema político naquilo que se refere às pessoas que estão lá, mas não é o sistema eleitoral, não é a forma presidencialista. A população vem demonstrando capacidade de punir os representantes que não se comportam bem ou que ela considere insatisfatórios. O eleitorado brasileiro pune bastante, derrota os que se recandidatam a uma taxa bastante elevada, em torno de 40%. O eleitorado está funcionando.

Desafios – E por que é tão lento o aprendizado dos políticos?

Wanderley – Essa geração que está aí, grande parte dela, se formou no período da ditadura, não tem experiência, está aprendendo agora. Antigamente, se começava a aprender política no diretório estudantil. Aprendia-se a tolerância, a falar a verdade. É a mesma coisa que aconteceu com a geração do Estado Novo. Tivemos pessoas espertas, mas sem capacidade de estadista, como Carlos Lacerda, Jânio Qua-

*Os conservadores
estão reativos, e isso
não é bom porque
acomoda os liberais
progressistas e
a esquerda*

dros e Adhemar de Barros, que se formaram politicamente e amadureceram no período ditatorial e não aprenderam a fazer política. Muito espertos, mas sem a capacidade de estadista. Esta geração agora é muito fraca politicamente. Não se vê um discurso no parlamento que dê uma contribuição, seja crítica ou não, não importa. A qualidade atual da representação é deficiente, mas há razões históricas para isso, o pessoal foi formado em um período muito ruim.

Desafios – E a Justiça eleitoral?

Wanderley – A Justiça eleitoral deveria ser pensada separadamente do resto do sistema judiciário, que tem o obstáculo da lei, tem que substituir uma lei antiga por outra. Substituir leis demora mais. A Justiça eleitoral é mais livre. E aí há um problema sério que é a Justiça eleitoral se impressionar excessivamente com a qualidade da representação no momento, e há razões, e fazer um diagnóstico equivocado disso, propor medidas inaceitáveis em uma democracia como esta de não registrar a candidatura de quem tivesse ficha. O Tribunal só tem que aplicar a lei, e a lei diz que não tem nada a ver. Eu também não gosto disso, mas gosto menos ainda que a Justiça eleitoral diga quem pode ser ou não ser candidato porque tem a ficha assim ou assado.

Desafios – É melhor deixar para o eleitor resolver?

Wanderley – Ou deixe o eleitor resolver ou que a Justiça seja mais rápida. Se não, faz o eleitor pagar a consequência de uma coisa feita pelo Judiciário. É verdade que há quem se candidate porque há um processo contra ele e se ele for eleito, escapa. Mas é só porque a Justiça demora. O eleitor não pode pagar por isso. A Justiça que não demore tanto. A Justiça eleitoral tem que ir com muita calma, porque essa insatisfação com uma série

de problemas que toda eleição tem é razoável, mas a Justiça não tem mandato para criar lei, por melhores que sejam as suas intenções. A Justiça eleitoral não é a pior face do sistema judiciário brasileiro porque tem funcionado bem, tem cassado mandatos de prefeitos por aí afora. O problema é o resto de todo o sistema judiciário, que está tentando se modernizar, mas a coisa é emperrada. O problema não é da Justiça eleitoral, mas do resto. A lerdeza da Justiça favorece o aparecimento de situações desconfortáveis. Mas não se pode barrar quem está sendo processado e não é julgado.



Desafios – Apesar disso, a democracia brasileira já está consolidada?

Wanderley – Nós já temos um número de eleições superior ao período de 1945 a 1964, temos vivido desde a redemocratização um período de liberdade que não se teve nem no período de Juscelino Kubitschek, que foram os anos mais livres. Se formos comparar os “Bric” [iniciais de Brasil, Rússia, Índia e China], nós não temos problemas como a Índia, que tem mais miséria e ainda é um país majoritariamente rural, com 65% a 70% da população no campo, tem problema de castas, de confusão institucional. A Índia tem mais de 120 partidos estaduais, o que faz o andar indiano ser muito mais lento do que o andar brasileiro. Não temos os problemas que tem a Rússia, onde a corrupção é quase uma política de estado. Na China, uma parte razoavelmente grande das empresas é de membros do Partido Comunista que se utilizam dessa condição para facilitar seus negócios. Isso é um problema sério, reconhecido pelas autoridades chinesas. Nesse particular, nós temos vantagem. Além de ler sobre a China, comecei a ler sobre a Índia. É impressionante que, no noticiário internacional, só a Índia “boa” aparece, a Índia

A urbanização foi um fator de libertação política – a vida é complicada na cidade, mas há liberdade para escolher


dos nichos tecnológicos, e porque tem bomba atômica. Os outros três “Bric” têm a bomba...

Desafios – O Brasil perde pontos pela falta da bomba e de um projeto econômico?

Wanderley – Não acho que o país deva investir na bomba atômica, mas não devia ter assinado o tratado de não-proliferação de armas nucleares, não deveria ter se comprometido que não vai usar. Ninguém está querendo fazer bomba atômica coisíssima nenhuma, mas já temos problema para lançar satélites, desnecessariamente. Acho que foi um erro político. De novo, tem aquela coisa: se não tivesse lei, seria mais fácil. Quanto ao projeto econômico, não sei se eles têm algum, exceto o de crescer. Pelo que tenho lido, a China tateia o tempo todo, com a vantagem de ter um partido auto-

ritário. Então, ela pode administrar com muito mais rapidez para se adaptar. Um dos principais economistas chineses publicou um livro recentemente em inglês e eu li. É inacreditável. Os heróis dele são Samuel Huntington e Milton Friedman, que ele cita com aprovação. Nós temos problemas de fazer as coisas dentro do sistema democrático, com um insumo de tempo muito maior. Mesmo a Índia, que é democrática, tem uma centralização administrativa muito grande. Comparando os limites institucionais de políticas públicas dentro de uma democracia, estamos indo bem.

Desafios – E as nossas desvantagens?

Wanderley – Eu insisto: precisamos de um partido conservador, bom, moderno, porque isso faria inclusive com que a esquerda também progredisse. Está fácil para a esquerda no Brasil, porque era um país tão atrasado, são tão elementares as carências, que uma política como o Bolsa Família é uma coisa extraordinária. Em qualquer democracia se faz uma política positiva e os beneficiados votam. Aqui não vai ser diferente. Aí, em vez de ter conservadores que fazem propostas mais avançadas, ainda que conservadoras, conciliando a redução de impostos com redistribuição de renda, temos os conservadores contra o Bolsa Família. Como é que pode? Não se pode ser contra o Bolsa Família, mas se pode ser contra as condições que fazem do Bolsa Família um recurso eleitoral. Temos que ser contra o valor eleitoral, porque as condições são muito elementares. Permitem que o Bolsa Família seja uma política social de alta envergadura, só porque o país é muito miserável, tem uma população pobre muito extensa. Se não, não valeria. Então, proponham alguma coisa melhor do que o Bolsa Família. Eu gostaria de ser oposição. 

Alarme falso e soberania ameaçada



Cinco arroteiros, políticos e militares atacam os direitos indígenas previstos na Constituição, alegam riscos à soberania nacional. Supõem que terras da União, de usufruto indígena, seriam declaradas pelos índios como Estados independentes, separadas do Brasil e entregues ao “estrangeiro”. Seria cômico se não fossem trágicas as conseqüências dessa campanha ideológica.

Tal campanha é retórica, sem qualquer compromisso com a realidade. As terras indígenas são de domínio da União e requerem a presença fiscalizadora do Estado. Aos índios cabe somente a posse. As Forças Armadas e a Polícia Federal podem nelas atuar. Reconhecer e regularizar terras indígenas é, portanto, um ato soberano do Estado brasileiro.

Os povos indígenas no Brasil são sociedades sem Estado, como há muito demonstrou o antropólogo Pierre Clastres. Não há nenhuma documentação oriunda de qualquer uma das 185 terras indígenas na faixa de fronteira que reivindique transformá-las em Estado-nação, ao contrário de movimentos não-indígenas publicamente separatistas (ver *O Sul é Meu País*, em www.meupais.hpg.ig.com.br).

Conforme argumentou Joaquim Nabuco, no conflito fronteiriço, os índios do nordeste de Roraima eram – e permanecem sendo – presença brasileira na região. São índios e seus descendentes a maior parte das tropas do Exército na Amazônia, as quais são requeridas pelos índios face a ameaças – tal como a dos madeireiros peruanos sobre os Ashaninka (no Acre) e a das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) sobre os Tukano (no Amazonas).

Terras privadas não requerem a presença do Estado. Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), 55% das terras privadas na Amazônia são de empresas com capital estrangeiro. Narcotraficantes podem comprar, por meio de “laranjas”, fazendas na faixa de fronteira para lavar dinheiro e utilizá-las em apoio ao tráfico.

O que ameaça a soberania da Amazônia é a ausência do Estado de Direito na região, transfor-

mando-a em verdadeira “terra-sem-lei”. Que as Forças Armadas se façam presentes e fiscalizem terras indígenas – observando regras básicas de respeito às populações indígenas –, unidades de conservação, reservas extrativistas, etc.

Quando se trata da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, vemos serem banalizadas tantas ilegalidades e violações de direitos humanos cometidas pelos seus opositores: assassinatos, grilagem, crimes ambientais, lesões corporais, porte ilegal de armas e explosivos, destruição de bens públicos, incitamento ao racismo e ao conflito étnico, tudo registrado em inquéritos da Polícia Federal.

A referida campanha de (de)formação da opinião pública está promovendo a destruição ambiental – os arroteiros foram multados em milhões de reais pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) – e criminalizando as reivindicações indígenas pelos seus direitos. Força a radicalização do movimento indígena, empurrando-o para um confronto criado pela negação desses direitos, minados na campanha.

Por paradoxal que pareça, essa campanha vulnerabiliza a soberania nacional. O meio adotado pela maior potência militar do planeta para pôr em xeque a soberania de outras nações é a guerra ao terrorismo e ao narcotráfico. Documentos do Conselho Nacional de Informação dos Estados Unidos, analisados pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos, apontam os movimentos indígenas na América Latina como potenciais atores para imputar-lhes a pecha de “terroristas”, legitimando, assim, intervenções com vistas a seu combate.

A agressividade da atual campanha contra os direitos indígenas no Brasil está perto de criar o cenário ideal para que sejam caracterizados. Caso se declarem os movimentos indígenas “terroristas”, sujeita-se legitimar discursos e ações de caráter realmente intervencionista – o que parece ser o sonho dos que acalentam essa campanha.

Marco Paulo Fróes Schettino (foto) é perito antropólogo do Ministério Público Federal e **Henyó Trindade Barretto Filho** é diretor acadêmico do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)

A campanha de (de)formação da opinião pública está promovendo a destruição ambiental e criminalizando as reivindicações indígenas pelos seus direitos

Uma aposta no mercado

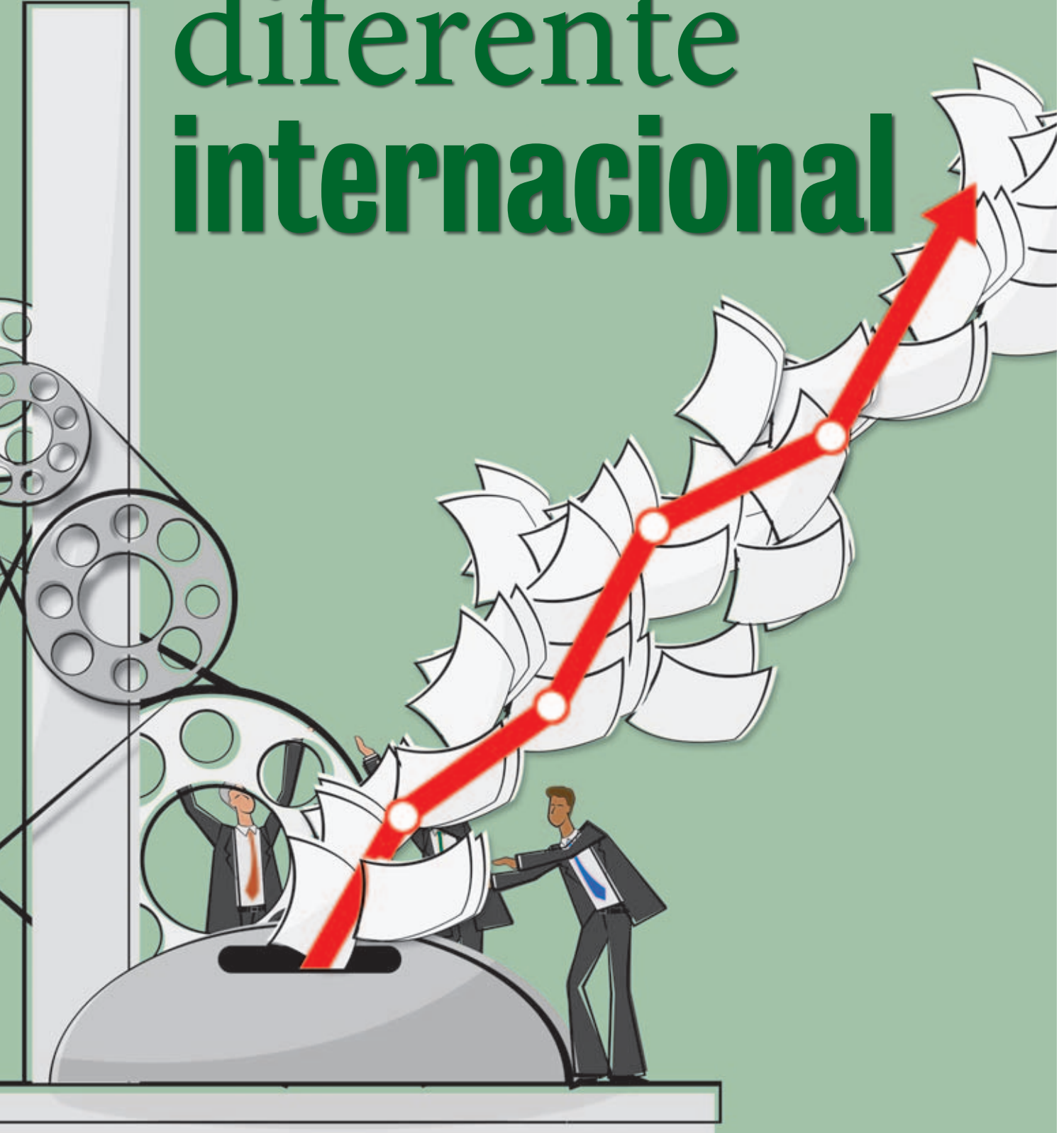
Com a sigla FSB, o Brasil prepara seu ingresso na nova moda entre os países emergentes e os produtores de *commodities*

Por **Cláudia Iziq**,
de São Paulo

O Brasil está pedindo ingresso no seletor grupo de países que investem no mercado mundial por meio de Fundos de Riqueza Soberana, tradução de Sovereign Wealth Funds (SWFs), ou simplesmente fundos soberanos. A iniciativa virou moda entre economias emergentes da Ásia e países produtores de petróleo. Recentemente, o Temasek, fundo soberano de Cingapura, comprou US\$ 4,4 bilhões de ativos do Merrill Lynch, um dos principais bancos de investimento norte-americanos atingidos pela crise do crédito, pagando cerca de 20% abaixo do preço de mercado, e o fundo soberano de Abu Dabi comprou US\$ 7,5 bilhões em ações do Citibank, outra instituição financeira que passava por dificuldades graves.



diferente internacional



Os 53 fundos soberanos existentes no mundo — a grande maioria constituída

Nas contas do JPMorgan, outro banco de atacado situado entre os maiores do mundo, os ativos sob gestão dos 53 fundos soberanos existentes em maio deste ano — a grande maioria deles constituída há menos de dez anos — somavam entre US\$ 3 trilhões e US\$ 3,7 trilhões em 2007, com perspectivas de crescimento que variam de 11% a 20% até 2012, dependendo do cenário da economia mundial. Com este cacife, os fundos soberanos se tornaram investidores importantes, apesar de sua participação no mercado ainda ser pequena.

Diferentemente dos bancos centrais, que focam sua atuação na liquidez e na preservação das reservas externas, a maioria dos fundos soberanos tem gestão distinta das reservas oficiais, que, em geral, são aplicadas em títulos dos principais países, notadamente do Tesouro norte-americano. Constituídos de ativos em moeda estrangeira, esses fundos têm mandato para assumir investimentos de risco de forma a garantir um retorno maior. A

disponibilidade de recursos e o risco embutido nas operações fazem com que os países que optam por investir por meio de fundos soberanos tenham características muito específicas.

Em um primeiro grupo estão as economias exportadoras de *commodities*, como é o caso, por exemplo, dos países do Oriente Médio, da Rússia e da Noruega, que são produtores de petróleo; de Botsuana, baseada na extração de diamantes; e do Chile, grande produtor mundial de cobre. Nesses casos, o papel preponderante dos fundos é ajudar na diversificação da receita básica e proteger os setores não “comoditizados” contra o risco da desvalorização súbita. Os recursos que lastreiam essa modalidade de fundos provêm das empresas estatais e das variações favoráveis na taxas de *commodities*.

Formam o segundo grupo pelo critério das características específicas os países que geram superávits fiscais elevados, como a China, que transfere recursos dos fundos de reserva externa



Os dez maiores representam 80%

Ativos dos fundos soberanos (*)

	US\$ trilhões	% sobre o total de ativos
Total de ativos	3,0 a 3,7	100
Os dez maiores fundos	2,4 a 3,0	78 a 81
Fundos de <i>commodities</i>	1,9 a 2,5	63 a 67
Extremo Oriente	1,0 a 1,1	30 a 33
Oriente Médio	1,2 a 1,7	39 a 46
Europa e Ásia Central	0,6	17 a 21
África	0,08 a 0,1	~3
Américas	0,11 a 0,12	3 a 4

Referências

Reservas oficiais **	7,2
Hedge Funds e Private Equity	2,8
Fundos de Pensão, Seguros e Fundos Mútuos	74,9
Ativos financeiros globais	190,0

(*) Estimativas baseadas em sua maioria em dados do final de 2007, mas incluem alguns dados de meados de 2007 e início de 2008

(**) Reservas oficiais incluindo ouro ao preço de mercado de dezembro de 2007

Fonte: JPMorgan

do seu Banco Central para a China Investment Corporation (CIC) por meio de operações realizadas com títulos do governo. E, em um terceiro grupo, estão as economias que registram saldo positivo no seu balanço de pagamentos e contam com elevadas reservas cambiais.

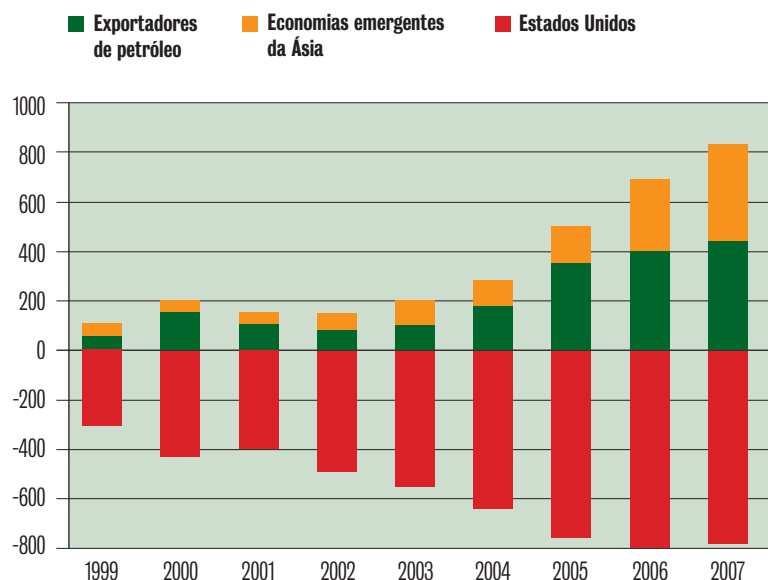
O crescimento dos fundos soberanos, na avaliação do banco JPMorgan, tem muito a ver com questões macroeconômicas que estão por trás do aumento das reservas em dólares desses países. Entre essas questões destacam-se o grande desequilíbrio entre as contas correntes dos Estados Unidos e das economias superavitárias da Ásia e de países exportadores de petróleo. A instituição adverte, no entanto, para o risco de se projetar o crescimento das reservas com base no passado, sem levar em conta que o

há menos de dez anos — somam mais de US\$ 3 trilhões e crescem a alta taxa



Emergentes asiáticos e exportadores de petróleo X Estados Unidos

Saldo de contas correntes — em US\$ bilhões



Fonte: JPMorgan

déficit dos Estados Unidos pode persistir ou aumentar ainda mais daqui para frente.

LINHAS BÁSICAS O Brasil não se enquadra em nenhuma das categorias de países que adotaram modelos considerados clássicos para a constituição dos fundos soberanos. Mesmo assim, o governo encaminhou à Câmara dos Deputados, no início de julho, o projeto de lei nº 3674, de 2008, que cria o Fundo Soberano do Brasil (FSB), com um aporte inicial de R\$ 14,2 bilhões – equivalente a 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) –, formado por recursos do orçamento fiscal da União. “Se a economia crescer a uma taxa mais elevada em 2009, guardaremos mais recursos”, prometeu o ministro da Fazenda, Guido Mantega, à Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

A principal função do fundo brasileiro será a de reduzir a pressão sobre a cotação do dólar e evitar uma excessiva valorização do real. No primeiro momento, no entanto, terá função meramente fiscal. “Foi uma solução melhor do que simplesmente aumentar o superávit primário em 0,5% do PIB, pois com o Fundo o Estado brasileiro terá mais um instrumento de ação”, explicou o ministro da Fazenda, na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara. A intenção do governo, ele tem afirmado, é aproveitar o período de crescimento vigoroso da economia para uma espécie de poupança, que poderá ser utilizada como um instrumento anticíclico, em tempos de baixo crescimento. O dinheiro não será gasto e corresponderá a um ativo financeiro.

Mas os planos do ministro são mais ambiciosos. O FSB poderá absorver

parte das receitas com a taxaço do petróleo da região do pré-sal da Bacia de Santos – reservatórios de petróleo leve que ficam abaixo de uma camada de sal existente sob o leito do mar –, ainda que o governo não tenha definido a regulamentação da exploração da área e nem como ela será tributada. Em entrevista ao jornal britânico *Financial Times*, o ministro afirmou acreditar que o país tenha em seu território entre 40 bilhões e 50 bilhões de barris de petróleo. Assim que esse petróleo começar a ser produzido, o FSB, que começará pequeno, crescerá para US\$ 200 bilhões a US\$ 300 bilhões nos próximos anos, disse Mantega.

Até lá, o fundo brasileiro não guardará qualquer semelhança com os fundos de outros países, reconhece o próprio ministro. “O fundo soberano é diferente, adequado às nossas

Intenção do Ministério da Fazenda de criar o fundo brasileiro encontra



necessidades”, sublinhou Mantega em palestra no Fórum Nacional organizado pelo Instituto Nacional de Altos Estudos (Inae), em maio deste ano. Na época, ele concebia o FSB com uma tripla função: contribuiria para um crescimento continuado da economia; teria, como segunda base, uma contribuição cambial, já que os seus recursos seriam captados em reais, convertidos em dólar; e serviria ainda para apoiar projetos estratégicos do Brasil e de empresas brasileiras no exterior.

CRÍTICAS A intenção de Mantega de criar o FSB é vista com reservas por alguns setores do governo, principalmente pelo Banco Central (BC). Em entrevista à Agência Brasil, o presidente do BC, Henrique Meirelles, disse que a criação do fundo soberano não mudará a política de formação de reservas internacionais, que atualmen-

te alcançam quase US\$ 200 bilhões. E o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci, atualmente deputado federal pelo PT, sugeriu cautela ao governo. “A instituição de mecanismos dessa importância se faz com serenidade, com calma e com um bom debate”, afirmou durante o debate com Mantega na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara.

Há críticas também entre especialistas na matéria. “O FSB não deveria ser classificado como Fundo de Riqueza Soberana”, diz Maria Cristina Penido de Freitas, professora da Faculdade de Economia da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. “O que caracteriza os SWFs é serem constituídos a partir de recursos originários ou da exploração de recursos naturais escassos ou de receitas de exportação”, afirma. Os fundos soberanos, explica a professora, investem em ativos deno-

minados em moeda estrangeira com o objetivo de viabilizar um fluxo de receita sustentável para fazer face ao esgotamento de recursos naturais ou à perda de competitividade internacional das empresas nacionais, ou ainda para a redução dos custos de carregamento das reservas internacionais, que, em geral, são aplicadas pelos bancos centrais em títulos, líquidos e seguros, dos tesouros dos países industrializados.

“O FSB seria constituído com adicional de 0,5% à meta do superávit primário. Como o Brasil não tem superávit fiscal, não é possível classificar esse fundo como SWF, pois não será constituído nem por reservas acumuladas a partir de superávits em transações correntes nem de receitas da exploração de recursos naturais”, sublinha Maria Cristina. Ela acrescenta que o objetivo de conter a apreciação do real, explicitado pelo ministro, poderia ser alcançado de forma mais rápida e eficiente mediante a adoção de controles mais amplos sobre os fluxos de capitais de curto prazo.

“Só adoção de controles de capital impediria a apreciação do real, sobretudo em um momento como o atual, em que o Banco Central voltou a elevar a meta da taxa Selic”, acrescenta. A professora diz acreditar que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) poderia ampliar seu *funding* por meio da emissão de títulos no mercado internacional, em condições de prazo e custo hoje mais favoráveis do que no passado recente, graças à obtenção do *investment grade* (grau de investimento). “Além disso, o Brasil não possui superávit nominal e já realiza um esforço fiscal significativo. A arrecadação fiscal adicional em função da elevada elasticidade das receitas tributárias teria outros usos igualmente justificáveis, como a redução da dívida mobiliária e o financiamento da infraestrutura”, argumenta.

oposição dentro do próprio governo, principalmente no Banco Central

NO SENADO Enquanto a proposta do governo inicia sua tramitação na Câmara dos Deputados, outro projeto de lei, elaborado pelo senador Renato Casagrande, do PSB, tramita no Senado. A iniciativa do senador tem como principal motivação “buscar alternativa para a aplicação das reservas internacionais brasileiras”, segundo ele. Nas contas de Casagrande, as reservas saltaram de US\$ 37,8 bilhões, em janeiro de 2003, para US\$ 178,4 bilhões, em dezembro de 2007. “Considerando que a maior parte das reservas internacionais é aplicada em ativos de curto prazo de baixo rendimento, a criação do fundo soberano brasileiro poderia ser uma alternativa lucrativa para o Tesouro”, diz.

O projeto de Casagrande prevê que, quando essas reservas ultrapassarem o limite de 10% do PIB, o Banco Central estaria automaticamente autorizado a depositar o excedente no FSB.

De acordo com o senador, estudos realizados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) estimam que o nível ótimo de reservas internacionais para uma economia emergente deveria ser, em média, de 10% do seu PIB. O projeto prevê ainda outras fontes para o fundo: recursos orçamentários; recursos captados junto ao mercados financeiros nacional e internacional; e resultados de aplicações em títulos públicos federais, entre outras.

Maria Cristina diz não conhecer a fundo a proposta do senador Casagrande. Pelas informações veiculadas pela imprensa, diz ela, também esse projeto não teria o impacto desejado. “O nível das reservas oficiais brasileiras ainda é baixo vis-à-vis o passivo externo de curto prazo para permitir a constituição de um fundo de riqueza soberana”, sentencia.

Na avaliação de Mário Rubens de Mello Neto, pesquisador do Institu-



Ilustração: Erika Onodera

to de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), as discussões sobre o fundo soberano “ainda são incipientes”. “Não será um fundo estruturado, porque temos um passivo muito grande. Precisávamos alavancar as reservas que estão aplicadas a juros muito baixos no *money market* que não é de risco, mas que opera com taxas baixas”, afirma. “Se não há reservas suficientes, não se pode criar um fundo soberano”, conclui.

A proposta do senador Casagrande, na análise do pesquisador, engloba a reserva do superávit fiscal proposta pelo ministro Guido Mantega, quando menciona que os recursos orçamentários também poderiam ser utilizados para lastrear o FSB. “Mas a sua idéia principal é fazer *hedging* para reduzir custos de pagamento de juros entre as aplicações externas e internas e o custo do carregamento da dívida pública”, acrescenta. Mello diz ver com ressalvas também a proposta do senador Casagrande, que tem como ponto central a transferência para o FSB do valor das reservas internacionais que excederem 10% do PIB. “Esse parâmetro tem como referência um texto do FMI e se refere a uma média observada entre países emergentes da América Latina e da Ásia. Falta fazer um estudo sobre a economia brasileira.” **ii**

Os principais exemplos pelo mundo afora

Objetivos e fontes dos fundos soberanos

Objetivos/Fontes	Receita de <i>commodities</i>	Fontes fiscais	Reservas internacionais
Estabilização da receita	Rússia: Reserve Fund Kwait: Reserve Fund México: Oil Stabilization Fund		
Gerações futuras/ fundos públicos de pensão	Rússia: National Prosperity Fund Kwait: Future Generation Fund Noruega: Government Pension Fund	Austrália: Future Fund Nova Zelândia: Super Fund	
Administração das <i>holdings</i> governamentais	Mubadala Arábia Saudita: Public Investment Fund	Cingapura: Temasek Malásia: Khazanah Vietnã: State Capital Investment Corporation	China: <i>holdings</i> bancárias geridas pela CIC
Otimização de riqueza ou de risco/retorno	Abu Dhabi Investment Authority (ADIA) Brunei Investment Authority (BIA) Qatar Investment Authority (QIA)	Cingapura: Government Investment Corporation (GIC)	Cingapura: reservas externas geridas pelo GIC Coreia: reservas externas geridas pelo KIC China: reservas externas geridas pelo CIC

Fonte: JPMorgan

BRASIL-ÍNDIA

Crescer com

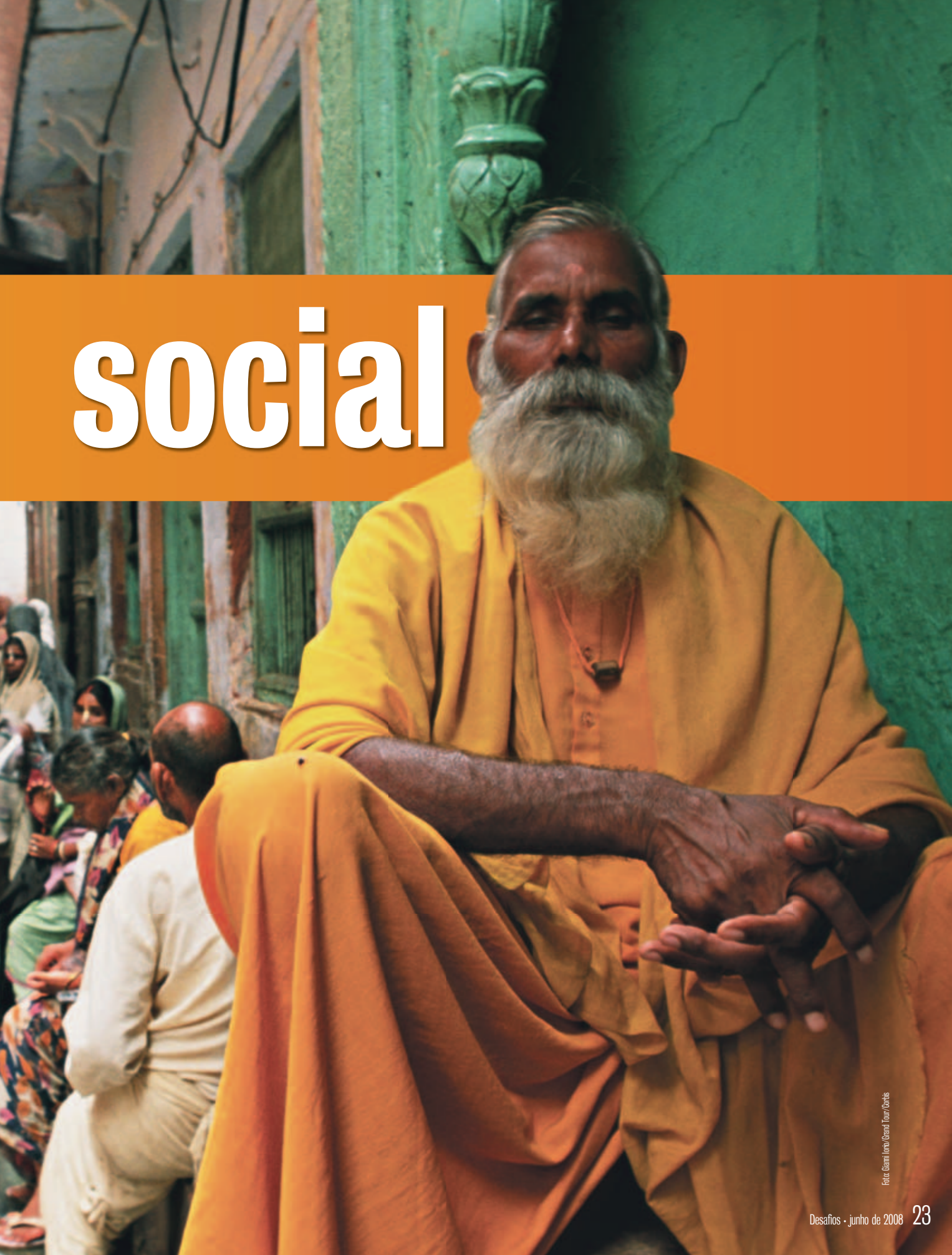
Juntos, os dois países pretendem se fortalecer para enfrentar os gigantes do mundo globalizado

Por **Edla Lula**, de Brasília

justiça



social



Índia tem 1 bilhão de habitantes e apenas 286 milhões deles moram em

Distantes na geografia e na cultura, Brasil e Índia se aproximam quando se trata das mazelas sociais. Vivendo, ambos, momento de forte crescimento econômico, eles trocam experiências para que os tempos de bonança cheguem também aos mais pobres. Esta foi a razão do seminário *Políticas Sociais e Saneamento Básico: as experiências brasileira e indiana*, promovido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Representantes dos dois países discutiram os problemas que mais afligem as cidades que crescem.

“Três coisas são muito importantes para o alívio da pobreza urbana: um lugar para morar, um lugar para

trabalhar e um lugar para vender”, diz o vice-ministro de Habitação e Alívio da Pobreza Urbana da Índia, Harjit Anand. A política social indiana, segundo ele, ataca prioritariamente esses três tópicos. “Fazem parte da dignidade humana o lugar em que se mora, com saneamento e saúde, e um lugar para trabalhar”, completa. A estratégia indiana é prover a população com moradia e trabalho em um mesmo local, criando comunidade e minimizando a informalidade.

Para o diretor de Estudos Sociais do Ipea, Jorge Abrahão de Castro, a visão do ministro indiano é uma filosofia aplicável a qualquer país que queira se livrar da pobreza porque remedia “holisticamente a situação do indivíduo”. Ele diz que “quando se pensa em segurança social, não se fala apenas no lugar para morar, se abrigar e abrigar a sua família. Os indivíduos precisam



“Fazem parte da dignidade humana o lugar em que...”



Foto: Sze Jhu

A balança é deficitária para o Brasil

Evolução do comércio Brasil - Índia
(em US\$ milhões/FOB e em %)

	2003	2004	2005	2006	2007
Exportações brasileiras	554	653	1.138	939	958
Variação em relação ao ano anterior	-15,3%	17,9%	74,4%	-17,5%	2,0%
Participação no total das exportações brasileiras para a Ásia (exclusive Oriente Médio)	4,7%	4,5%	6,1%	4,5%	3,8%
Participação no total das exportações brasileiras	0,8%	0,7%	1,0%	0,7%	0,6%
Importações brasileiras	486	556	1.203	1.474	2.165
Variação em relação ao ano anterior	-15,3%	14,5%	116,3%	22,5%	46,9%
Participação no total das exportações brasileiras para a Ásia (exclusive Oriente Médio)	5,4%	4,5%	7,1%	6,4%	7,0%
Participação no total das exportações brasileiras	1,0%	0,9%	1,6%	1,6%	1,8%
Intercâmbio comercial	1.040	1.209	2.341	2.413	3.123
Variação em relação ao ano anterior	-15,3%	16,3%	93,7%	3,1%	29,4%
Participação no total do intercâmbio Brasil-Ásia (exclusive Oriente Médio)	5,0%	4,5%	6,6%	5,5%	5,6%
Participação no total do intercâmbio brasileiro	0,9%	0,8%	1,2%	1,1%	1,1%
Saldo da balança comercial bilateral	68	97	-65	-535	-1.207

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (Mdic)

áreas urbanas, mas o número de favelados vem crescendo rapidamente

Foto: Massimo Borchí/Corbis



...se mora, com saneamento, e um lugar para trabalhar”, diz vice-ministro indiano

Foto: Massimo Borchí/Corbis



Mercado de trabalho informal cresceu de 2,2% para 7,9% em dez anos

se abrigar das intempéries da vida, da fome, da miséria. Este tipo de abrigo se consegue com trabalho, e o trabalho precisa ser vendido de alguma forma, para que ele possa saciar suas necessidades”.

Segundo o Censo de 2001, a Índia, com 1 bilhão de habitantes, tem 286 milhões de pessoas morando em áreas urbanas e um déficit habitacional de 24,7 milhões de moradias. A população das favelas, que em 1991 somava 42 milhões, passou a 62 milhões dez anos mais tarde. Isso fez multiplicar também o trabalho informal, que saiu de 2,2% do mercado de trabalho em 1991 para 7,9% em 2001. As regiões metropolitanas cresceram 79% na década. Anand diz ainda que, entre 1994 e 2005, o número de pobres urbanos subiu em 4,4 milhões.

INCENTIVOS A política habitacional indiana faz um casamento entre moradia e trabalho, priorizando a qualificação profissional das mulheres, cuja participação no mercado de trabalho saiu de 14% para 16%. “Estamos verificando grandes desequilíbrios, com algumas partes do país avançando muito, com altos níveis de modernização e o interior bastante atrasado”, avalia o vice-ministro, ao citar a meta de acabar com essa incoerência e preparar as pessoas de baixa renda para também participar do desenvolvimento do país.

Para isso, o governo atua em várias frentes. Uma delas é o incentivo às cooperativas profissionais. Também há empenho para que operários trabalhem nas construções próximas ao local onde vivem e, ao mesmo tempo, que os trabalhadores de indústrias

possam morar próximo ao local de trabalho. Outra iniciativa é a redução de impostos para as empresas quando os empregadores proporcionam o bem-estar de seus funcionários, oferecendo, por exemplo, a construção de moradias. Por último, há uma série de incentivos fiscais quando as construtoras constroem casas para os setores economicamente mais frágeis.

“Há o incentivo fiscal e espacial. Em termos dos incentivos fiscais temos uma devolução do Imposto de Renda quando as pessoas constroem casas. Além disso, quando uma construtora faz casas para a classe média ou alta, oferecemos uma área maior para que ela possa construir casas para os mais pobres”, conta Anand. E a cada mil casas construídas, o governo quer motivar as empreiteiras para que

Foco da política governamental indiana é aumentar estoque de habitação

façam espaços comerciais, como *shopping centers*. Segundo o vice-ministro, o governo levanta os recursos no mercado financeiro, por meio de títulos públicos, como o 54 EC.

“Estamos tentando determinar que não exista a cidade dos ricos e a cidade dos pobres dentro de uma mesma cidade”, diz. Existe ainda a parceria com as administrações locais, com incentivos aos gestores que implementem políticas de melhorias de habitação. A ação dos estados deve ter como foco aumentar o estoque de habitação sustentável, com infra-estrutura de água, drenagem, obras sanitárias, esgotos, gerenciamento de dejetos sólidos, eletricidade e transporte.

Se ao menos 35% do orçamento municipal é destinado a serviços básicos para os pobres urbanos, o governo federal entra com parte dos recursos. “O governo oferece recursos adicionais para os órgãos urbanos implementarem reformas adicionais. Mas o fornecimento de recursos está condicionado à existência das reformas urbanas.” Já foram aprovados os planos diretores de 63 cidades. O valor total a ser destinado à reforma urbana é de US\$ 5 bilhões até 2012.

MICROEMPRESAS Faz parte do programa de formalização da mão-de-obra, o incentivo às micro e pequenas empresas. A idéia, segundo Anand, é capacitar os pequenos empreendedores para melhorar os níveis de emprego e, ao mesmo tempo, atendendo às demandas das próprias empresas. “Consideramos

todo um tipo de dinâmica do lado da demanda para que as microempresas tenham acesso ao empreendedorismo.”

O vice-ministro da Índia cita os fabricantes de calçados, para quem o governo financia desde a compra de máquinas de costura até os artigos para o acabamento dos sapatos, como fivelas e enfeites.

“Com empregabilidade e moradia para todos, encontramos uma maneira de criar e proliferar a justiça social por meio dos recursos humanos”, diz Anand, acrescentando que acredita que o capital social implicará melhorias para o próprio crescimento econômico do país.

No caso brasileiro, os esforços para levar moradia digna à população se



Parceria se intensifica a partir de 2003

Cronologia das relações bilaterais



Foto: S. Oshifalters

■ Caio de Mello Franco é nomeado primeiro Embaixador do Brasil na Índia

■ Acordo sobre Cooperação nos Campos de Ciência e Tecnologia

1948

1949

1968

1985

1992

■ Brasil e Índia anunciam a criação de legações
■ Presidente Dutra anuncia a elevação da representação à Embaixada

■ Visita oficial da primeira-ministra Indira Gandhi ao Brasil

■ Memorando de Entendimento sobre Assuntos de Interesse Comum

sustentável, com água, esgoto, obras sanitárias, eletricidade e transporte

concentram na realização de obras de infra-estrutura em saneamento básico e habitação. Alguns investimentos vêm sendo realizados desde 2005, por meio do Projeto Piloto de Investimento (PPI), que permite descontar do cálculo do superávit primário despesas com este tipo de ação. A partir de 2007, o governo incluiu saneamento e moradia entre as prioridades do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Estas ações estão no PAC social, que engloba políticas sociais para o país.

Dos R\$ 503 bilhões previstos para serem investidos no PAC até 2010, a área social e urbana receberá R\$ 170 bilhões, dos quais R\$ 40 bilhões são para saneamento e moradia. “Este número é muito significativo porque nós estimamos que para sanear os problemas do Brasil são necessários R\$ 200 bilhões em 20 anos, aplicando

dez bilhões por ano. Como o PAC prevê R\$ 40 bilhões em 4 anos, significa que pela primeira vez na história do Brasil serão aplicados os recursos exatos para o atingimento das metas do milênio e da universalização do saneamento no Brasil”, diz Márcio Galvão Fonseca, diretor de Água e Esgotos do Ministério das Cidades, que também participou do seminário promovido pelo Ipea com o apoio do Banco Mundial.

REDE DE PROTEÇÃO A meta do PAC Social é ampliar o número de domicílios com acesso a água dos atuais 83,2% para 86% em 2010, atingindo mais sete milhões de domicílios. Apenas 48,5% dos domicílios possuem acesso a esgoto. O PAC pretende elevar este total para 55,8%. De acordo com Fonseca, o déficit de saneamen-

to brasileiro está concentrado nas 11 grandes regiões metropolitanas, que possuem mais de um milhão de habitantes. “São áreas que cresceram de maneira desordenada”, diz.

Na última avaliação do PAC, apresentada no início de junho, a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff destacou que as contratações nas áreas de saneamento e habitação foram as que mais evoluíram desde o lançamento do programa, em janeiro de 2007. Isso se deve, segundo a ministra, à parceria com estados e municípios. O PAC Social realizou reuniões com todos os 26 estados e o Distrito Federal e com 87 municípios. Ao todo, 976 projetos foram escolhidos, beneficiando 346 cidades.

Jorge Abrahão avalia que os gastos sociais no país avançaram de maneira considerável nos últimos anos, motiva-

Fonte: Ministério das Relações Exteriores/Subsecretaria-geral Política II

- Visita oficial do presidente Fernando Henrique Cardoso
- Assinatura de Acordo de Cooperação Nuclear (denunciado em 1998)
- Agenda Comum para o Meio Ambiente

1996

- Missão empresarial brasileira à Índia
- Primeira reunião do Conselho Comercial Indo-Brasileiro (criado em 1996)
- Início da cooperação técnica bilateral no campo do etanol
- Estabelecimento da Comissão Mista em 22/08/02
- Programa de cooperação científico-tecnológica

1998

- Convenção em matéria de Imposto de Renda
- Visita oficial do presidente Narayanan ao Brasil

- Criação do G-20 e do Ibas (Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul)
- Visita a Nova Delhi do ministro das Relações Exteriores (para reunião do G-20)
- Primeira reunião da Comissão Mista (em Nova Delhi)

2002

- Visita de estado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Índia
- Lançamento do G-4

2003

- Segunda reunião da Comissão Mista (em Brasília)
- Cúpula do Ibas
- Visita oficial do primeiro-ministro Manmohan Singh ao Brasil

2004

- III Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia, em Nova Delhi
- Visita do ministro Celso Amorim
- I Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-Índia, entre o ministro Celso Amorim e o assessor de segurança nacional M. K. Narayanan, em Nova Delhi
- Visita de estado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Índia
- IV Reunião de Comissão Mista Trilateral do Ibas, em Nova Delhi
- II Reunião de Cúpula do Ibas, na África do Sul

2006

- Visita do embaixador Everton Vargas (SGAP I), para consultas políticas sobre temas multilaterais, em Nova Delhi
- Visita oficial ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Pranab Mukherjee
- Visita do ministro Miguel Jorge (Mdic) à Índia
- I Reunião de vice-ministros do Brasil, Rússia, Índia e China (BRICs), no Rio de Janeiro
- Visita oficial da presidente da República da Índia, Pratibha Patil
- V Reunião Ministerial do Ibas, na Cidade do Cabo, África do Sul
- Reunião Ministerial dos BRICs em Ecatemburgo, na Rússia

2007

2008



Foto: S&P/Iti

A Índia incentiva empresas construtoras de casas para a classe média ou



Foto: Sachi

Países continentais que buscam se impor perante os gigantes da economia

Dados gerais de países selecionados



	ÍNDIA	BRASIL
Área	3.287.590 km ²	8.511.965 km ²
População	1.129.866.154	190.010.647
Crescimento populacional	1,6% ao ano	1,0% ao ano
Expectativa de vida	média: 68 anos homens: 66 anos mulheres: 71 anos	média: 72 anos homens: 68 anos mulheres: 76 anos
Idioma	hindi, bengali, telugu, marata, tâmil, urdu, gujarati, malayalam, kannada, oriya, punjabi, assamês, caxemira, sindi, sânscrito e inglês	português
Religião (censo de 2000)	hindu 80,5% muçulmana 13,4% cristã 2,3% sique 1,9% outras 1,8% não-especificada 0,1%	católica 73,6% protestante 15,4% espírita 1,3% animista 0,3% não-especificada 0,2% nenhuma 7,4%
Sistema político	república federativa	república federativa
Chefe de governo	primeiro-ministro Manmohan Singh	presidente Luiz Inácio Lula da Silva
Chefe de estado	presidente Pratibha Patil	presidente Luiz Inácio Lula da Silva
PIB — em câmbio corrente e na paridade do poder de compra (PPC)	nominal: US\$ 797,5 bilhões PPC: US\$ 4,0 trilhões	nominal: US\$ 943,6 bilhões PPC: US\$ 1,6 trilhão
PIB per capita	nominal: US\$ 840 PPC: US\$ 3.910	Nominal: US\$ 5.715 PPC: US\$ 9.133
Unidade monetária	rúpia	real

Fonte: Ministério das Relações Exteriores/Subsecretaria-geral Política II

Distantes, porém unidos

Mais de 14 mil quilômetros separam Brasil e Índia. Mas as similaridades geopolíticas e sociais fizeram a ponte para que os dois países se unissem para tornar mais contundentes a sua posição nos temas multilaterais. Um marco foi a criação, em 2003, do G-20 – grupo dos vinte países em desenvolvimento liderados por Brasil e Índia. A idéia, defendida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em seu discurso de posse, em janeiro daquele ano, era fortalecer o eixo Sul-Sul, que inclui também a África do Sul e a China, na queda-de-braço com os gigantes do hemisfério Norte.

“A importância da ação conjunta no plano internacional fica muito clara no âmbito das negociações da Rodada de Doha, onde Brasil e Índia têm sido os líderes e porta-vozes do grupo dos 20”, recorda o subsecretário-geral de Política II do Ministério das Relações Exteriores, Roberto Jaguaribe. A nova formatação alterou a balança das negociações multilaterais, em que os países em desenvolvimento tinham antes um papel secundário. “Com esta nova formatação, Brasil e Índia têm agora um papel fundamental, o que evidentemente nos permitem, se não assegurar vantagens relevantes, pelo menos evitar desvantagens muito acentuadas”, diz o diplomata.

Nos últimos dez anos, as missões oficiais entre os dois governos se multiplicaram. O presidente Lula esteve na Índia em janeiro de 2004 e junho de 2007. O primeiro-ministro indiano Manmohan Singh visitou Brasília em 2006. A recém-empossada presidente indiana Pratibha

dos especialmente pela valorização do salário mínimo e pelos programas de renda mínima, como o Bolsa Família. As políticas públicas direcionadas à população de baixa renda, segundo ele, são bem estruturadas, diversificadas e oferecem muitos benefícios.

“Está se construindo no Brasil o que os países desenvolvidos já têm há muitos anos, que é uma rede de proteção social”, diz Abrahão. “Nos últimos dois anos estamos vivendo um

Foto: Stringer Brazil/Reuters



Patil elegeu o Brasil como o primeiro país a visitar, em abril deste ano. Além disso, foram inúmeras as visitas mútuas de ministros de Estado e empresários. “Temos a mesma visão sobre como devemos prosseguir, estabelecer o ordenamento internacional. Temos desafios comuns de desenvolvimento”, comenta Jaguaribe.

Entre as inúmeras convergências de posições no plano multilateral está a aspiração comum a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. No âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), a Rodada de Doha é a principal meta na luta pelo fim das barreiras e subsídios oferecidos pelos países ricos. Os dois países buscam manter a agricultura no centro das negociações e assim garantir que se alcancem os objetivos de desenvolvimento da Rodada.

Países de dimensão continental e grandes populações (a Índia é o segundo país mais populoso e o Brasil, o quinto), eles também descobriram que podem se aproveitar do espaço geográfico para se livrarem da dependência comercial dos mais desenvolvidos. “Não é possível, neste momento em que os produtos naturais são mais demandados, que a própria dimensão e existência de recursos naturais não comece a aparecer de maneira mais evidente”, diz o subsecretário.

O comércio entre os dois países, que na década de 90 não passava de US\$ 400 milhões, encerrou o ano de 2007 com fluxo de US\$ 3,2 bilhões. O crescimento, entre 2003 e 2007, foi de mais de 200%. Atualmente, a balança pesa mais para o lado da Índia. Entre janeiro e maio, enquanto o Brasil exportou US\$ 191 milhões para

a Índia, importou US\$ 596 milhões. O Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (Ibas), outra instância de articulação Sul-Sul, formalizou a Declaração de Brasília em junho de 2003, assinada pelos chanceleres dos três países.

A Declaração apresenta como principais fatores de aproximação entre Índia, Brasil e África do Sul as credenciais democráticas, a condição de nações em desenvolvimento e a capacidade comum de atuação em escala global. O status de potências médias, a necessidade de corrigir desigualdades sociais internas e a existência de parques industriais consolidados são outros elementos que alimentam convergências entre os membros do Ibas. Um dos objetivos comuns do Fórum é dobrar as trocas comerciais entre os três países até 2010, alcançando US\$ 15 bilhões.

momento muito interessante. Estamos crescendo, a renda está aumentando, o desemprego está caindo. Tudo isso tem um efeito muito positivo. O gasto social está subindo, com base no salário mínimo que está crescendo. Tudo isso leva a uma diminuição da pobreza e da desigualdade”, acrescenta.

Para ele, o crescimento do gasto público com políticas sociais, que hoje chega a 21% do Produto Interno Bruto (PIB), possibilitou progressos

como o acesso de todos os brasileiros à educação, mas ainda deixa muito a desejar. “Apesar de o serviço estar universalizado, é preciso dar um salto de qualidade. Apesar de haver uma estrutura de proteção social e até certo ponto esta estrutura tem uma abrangência razoável, é preciso mudanças estruturantes”, diz.

Todo o investimento feito na área social esbarra, segundo Abrahão, em um sistema tributário que ainda pena-

liza os mais pobres. “A carga tributária está mal distribuída, está pesando mais para os mais pobres. Se formos verificar o efeito líquido entre o que está distribuído com gasto social e o que está tirando com a carga, talvez o gasto social líquido seja pequeno”, pondera. O diretor do Ipea diz acreditar que um país que busca a redução da pobreza e da desigualdade deveria tornar a tributação mais progressiva do que é no Brasil. **ii**

Peça-chave para o futuro da economia

Política de Desenvolvimento Produtivo terá
R\$ 266 bilhões para desonerações tributárias,
subsídios e financiamentos destinados a 25
segmentos dos setores industrial e de serviços

Por **Luiz Fernando Dutra**, do Rio de Janeiro



A nova política industrial tem como prioridade o aumento das exportações

Anunciada como a mais abrangente política industrial adotada no Brasil nas últimas três décadas, a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), lançada em maio deste ano pelo governo federal, envolve R\$ 266 bilhões entre desonerações tributárias, subsídios e financiamentos para 25 segmentos dos setores industrial e de serviços. Para o diretor de Estudos Setoriais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marcio Wohlers de Almeida, a PDP será peça-chave para o encaminhamento da política econômica brasileira nos próximos anos. Na opinião dele, a nova política representa um salto de qualidade em relação às políticas industriais dos anos 1990 e mesmo em comparação com a lançada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seu primeiro mandato.

A PDP tem como prioridade o aumento das exportações. Foi adotada para viabilizar metas ambiciosas para 2010: fazer o Brasil responder por 1,25% do comércio internacional (ante uma participação atual equivalente a 1,18%); alcançar exportações

anuais de US\$ 208 bilhões (ante US\$ 160 bilhões em 2007); elevar a taxa de investimento dos atuais 17,6% do Produto Interno Bruto (PIB) para 21%; atingir patamar de investimentos privados em pesquisa e desenvolvimento (P&D) de 0,65% do PIB (atualmente é de 0,51%); e fortalecer as pequenas e médias empresas, principalmente as que já exportam.

O lançamento da PDP, não por acaso, coincide com um dos momentos mais favoráveis da economia brasileira nos últimos anos. Além da economia aquecida, com empregos e investimentos em expansão, o Brasil tem atraído volumes cada vez maiores de recursos externos, principalmente depois de ter alcançado o grau de investimento, e também tem sido favorecido pela alta dos preços internacionais das *commodities* do segmento de alimentos. Caso as expectativas do governo se confirmem, a PDP será o ingresso do Brasil em um ciclo de crescimento sustentável que deverá durar vários anos.

“A PDP estimula segmentos que já são competitivos, como o aeronáutico, e também outros que serão competitivos nos próximos anos, como o de biotecnologia. É uma política industrial ofensiva que, no entanto, tem um lado defensivo ao dar incentivos a segmentos como o têxtil, que está ameaçado por causa da taxa de câmbio e da competição com a China. A nova política industrial acerta ao favorecer vários segmentos, e isso vai gerar uma rede de apoio por toda a indústria. É muito melhor do que se elegeu um ou dois e deixasse os outros abandonados”, avalia Wohlers.

CONTRAPARTIDAS O diretor de Estudos Setoriais do Ipea também destaca como importante o fato de a PDP exigir contrapartidas tanto do setor privado quanto do setor público. “Isso traz as macrometas para as metas setoriais,



Multinationais automobilísticas estão decidindo...

vai exigir gestão de todos os atores”, diz. Para Wohlers, não têm fundamento as críticas de que faltaria foco à PDP por contemplar 25 setores. Ele diz que a política industrial anterior, lançada em 2003, no primeiro mandato do presidente Lula, contemplava apenas quatro setores e não teve o sucesso esperado. Wohlers também diz que não vê contradição no fato de o governo lançar uma nova política industrial em um momento de política monetária restritiva.

“Estamos com a capacidade instalada perto do limite. A nova política industrial vai ajudar a eliminar os gargalos que pressionariam a inflação no médio prazo, dando consistência para



Foto: John Madera/Corbis

e foi adotada buscando principalmente viabilizar metas ambiciosas para 2010

Foto: George Steinmetz/Corbis



...onde vão investir e o Brasil quer ser incluído

a política monetária do Banco Central (BC) nos próximos anos”, explica Woehlers, destacando como fundamental a taxa de crescimento do investimento acima da do PIB nos próximos anos, uma das metas da PDP.

Na avaliação do diretor da Área de Planejamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), João Carlos Ferraz, “esta é uma proposta proporcional à complexidade e aos desafios do país. Ela é pragmática. Aos benefícios que estão sendo concedidos correspondem compromissos que deverão ser cumpridos”. O BNDES será responsável por financiamentos de R\$ 210,4 bilhões nos próximos dois anos.

Para Ferraz, que participou da elaboração da PDP, o grande desafio da implementação da nova política industrial será a capacidade de articulação entre a iniciativa privada e diversos agentes do governo – como agências reguladoras, empresas estatais, ministérios e o próprio BNDES. De acordo com o diretor do BNDES, o país “perdeu o costume de ter políticas industriais com a abrangência da PDP”.

“O preço que pagamos pelos 25 anos de baixo crescimento econômico é o enfraquecimento dos órgãos do Estado. É preciso pensar que estamos no momento de fazer propostas e

planos. Agora, eles têm mais chance de sair da prateleira, existe uma decisão política nesse sentido, há uma visão desenvolvimentista no governo. Também estamos atravessando um momento que permite isso”, afirma Ferraz. Ele justifica sua afirmação com estatísticas e diz que o patamar de crescimento da economia brasileira subiu cerca de três pontos percentuais nos últimos anos, passando de 2% a 3% por ano para cerca de 5%.

PIS E COFINS Para Fernanda de Negri, chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Desenvolvimento, In-

As contribuições do financiamento

Orçamento de desembolso do BNDES — setores de indústria e serviços

2008/2010: R\$ 210,4 bilhões (capacidade produtiva, inovação, modernização e exportação)

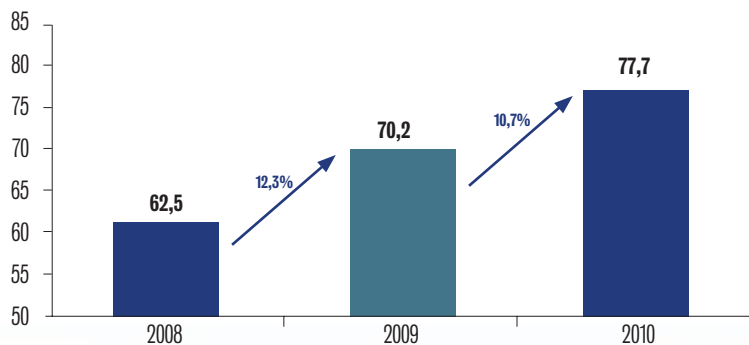


Foto: Stockxpert

Fonte: BNDES

Segundo seus críticos, a PDP peca pela falta de prioridades e por

Foto: Divulgação



Segmentos beneficiados pela PDP

Aeronáutica

Artefatos

Bens de capital

Bioteecnologia

Calçados

Carnes

Celulose

Construção civil

Couro

Defesa

Energia

Higiene pessoal, perfumaria e cosméticos

Indústria automobilística

Indústria naval e de cabotagem

Indústria têxtil e de confecções

Madeira

Mineração

Móveis

Nanotecnologia

Plásticos

Saúde

Serviços

Siderurgia

Sistema agroindustrial

Tecnologias de informação e comunicação

Fonte: BNDES

dústria e Comércio Exterior (Mdic), a PDP será um impulso adicional no crescimento brasileiro dos próximos anos. Em sua opinião, medidas como o aumento do prazo de financiamento do BNDES para máquinas e equipamentos, a redução de 24 para 12 meses no prazo para utilização do crédito das contribuições para o PIS/Pasep e Cofins, além da depreciação acelerada, na metade do tempo, até 2010, serão importantes para a ampliação da capacidade instalada de alguns setores que já estão trabalhando perto do limite.

“As medidas terão um impacto importante. O nível de utilização da capacidade instalada no Brasil está alto em muitos segmentos, como o de bens de capital, por exemplo. No segmento automotivo, estamos no momento em que as empresas multinacionais estão decidindo em que países vão investir e queremos estar entre eles, é claro”, diz Fernanda, acrescentando que “em P&D, a depreciação acelerada permitirá um alívio de caixa para as

empresas. As máquinas e laboratórios poderão depreciar no mesmo ano”.

A assessora do Mdic diz ainda que uma das metas mais importantes da PDP é a diminuição dos custos de exportação, com a redução do custo da folha de pagamento para o segmento de tecnologia da informação (TI), no qual, segundo ela, o Brasil é competitivo. “O Brasil produz *software* de boa qualidade. O nosso problema era o custo da mão-de-obra, as nossas empresas estavam ficando fora do mercado. Agora, com a redução do custo da folha de pagamento, elas voltarão a ser competitivas”, explica. Embora otimista com a nova política industrial, Fernanda diz que ela, por si só, não será suficiente para resolver todos os problemas da economia brasileira. “Nem era esse o objetivo. Ela foi feita para aproveitar o bom momento da economia para desenvolver a indústria, para que, a longo prazo, nosso país não dependa tanto das condições favoráveis da economia internacional.”

Foto: Delim Martins/Pulsar



A nova política ajuda a eliminar os gargalos que poderiam pressionar a inflação a médio prazo

apoiar segmentos dominados por multinacionais, como o automobilístico

CONDIÇÃO ESSENCIAL Ferraz, do BNDES, também diz que não se ilude. Mesmo com a melhora das condições macroeconômicas nos últimos anos e a aceleração no ritmo de crescimento da economia, o Brasil ainda não atingiu o desenvolvimento sustentável, afirma. Essa meta, segundo ele, precisa ser trabalhada diariamente. Ele também lembra que a expansão da taxa de investimento é a mais recente e também a mais frágil das metas da PDP. “É lógico que o que está por trás da PDP é a percepção de que temos a oportunidade de mudar o nosso patamar de crescimento nos próximos anos. Para isso, o investimento tem de crescer à frente do PIB. Essa é a condição essencial, se quisermos alcançar o desenvolvimento sustentável”, diz.

O diretor de Planejamento do BNDES afirma não acreditar que o aperto da política monetária, com a elevação da taxa de juros para segurar a inflação, seja uma ameaça para as metas da política industrial. “O BC deve apoiar a ampliação da capacidade instalada, que vai evitar gargalos inflacionários mais à frente. Investimento com inovação permitirá ao Brasil ter uma economia mais sólida, mais sustentável, menos sujeita às oscilações conjunturais. Sem inovação não se cria competência. Esse não é um trabalho para uma administração ou duas, e sim para uma década”, acrescenta Ferraz.

Para ele, “o estranhamento de alguns críticos com relação à meta de incentivar as pequenas e médias empresas deve-se em grande parte ao fato de o país não estar acostumado a dar importância a um segmento que tem papel crucial na criação de empregos. A opção por pequenas e médias empresas exportadoras deveu-se à percepção de que elas são as líderes”. Ele explica que “na quarta meta, que é o aumento das exportações, queremos elevar a nossa participação no comércio mundial porque isso vai fortalecer a economia bra-

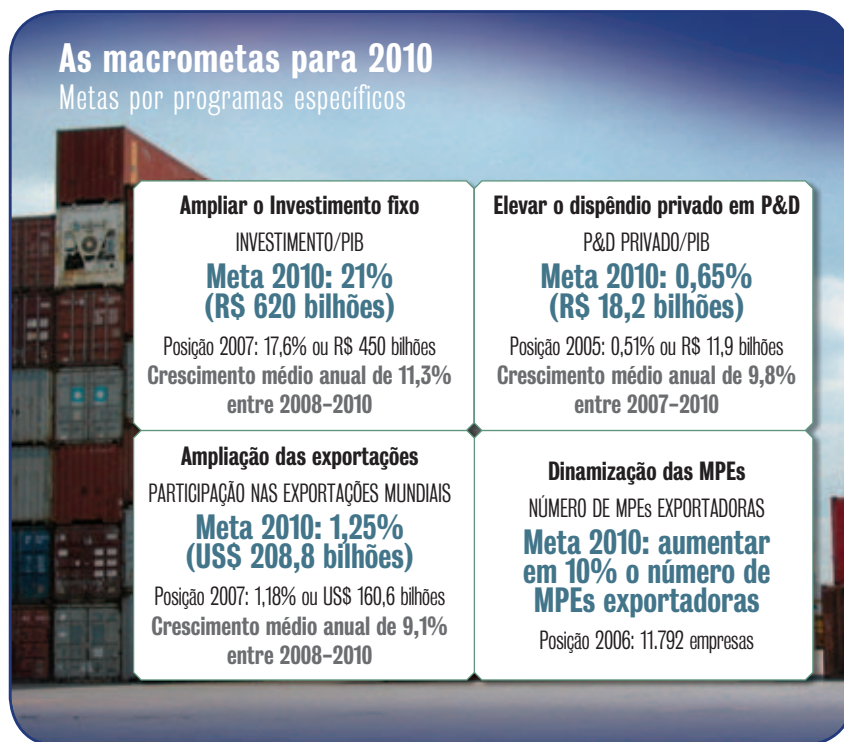


Foto: Sxc.hu

Fonte: BNDES

sileira. Todas as metas estão orientadas a contribuir para que o Brasil entre em um ciclo de crescimento sustentável. É uma política em aberto que vai depender da capacidade de empreender e, principalmente, de implementar os programas. A chance de a política industrial contribuir para o crescimento da taxa de investimento é grande”.

SITUAÇÃO EXTERNA A mudança para pior do panorama da economia mundial não deverá ser um empecilho para o sucesso da nova política industrial, segundo Fernanda de Negri. Para ela, o Brasil atualmente está em uma situação muito mais sólida que em outras crises. “Hoje, o crescimento da nossa economia está muito associado a fatores internos. Estamos menos suscetíveis às variações do mercado internacional. Mesmo em relação à inflação, creio que estamos em uma situação confortável, e não vejo grandes problemas”, avalia a chefe da assessoria econômica do Mdic.

Já o diretor do BNDES João Carlos Ferraz diz que a conjuntura desfavorável no curto prazo não vai afetar a decisão do setor produtivo de investir. Ele afirma acreditar que a alta dos preços das *commodities* esteja associada, em parte, a investimentos especulativos. Essa situação, segundo ele, pode abrir oportunidades interessantes para as empresas brasileiras ampliarem sua presença no exterior e tornarem-se líderes mundiais em seus segmentos.

“O Brasil tem espaço, competência e estrutura de financiamento para que as empresas ligadas às *commodities* agrícolas e minerais aproveitem as oportunidades que estão surgindo no mercado mundial. Também temos uma base de empresários com noção de empreendedorismo”. O diretor do BNDES, no entanto, faz uma ressalva. Para ele, o país precisa colocar o tema ambiental como absoluta prioridade, “caso contrário, o impacto poderá ser profundamente negativo. O impor-

BNDES esperava crítica da oposição, mas não de 'empresários com boa formação'

tante é que saibamos explorar a natureza da nossa natureza”, resume.

CRÍTICAS À PDP A nova política industrial não ficou imune às críticas. Economistas e empresários questionaram o seu lançamento no momento em que o Banco Central volta a elevar a taxa de juros para segurar a inflação. Alguns críticos também reclamaram da sobrevalorização do real, alegando que isso dificulta, ou até mesmo inviabiliza, o crescimento das exportações.

Para o professor Wilson Cano, do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), “a PDP peca pela falta de prioridades e erra ao dar incentivos para segmentos dominados por multinacionais, como o automobilístico”. Cano também discorda da avaliação de que o momento da economia brasileira é bom. “Se a situação era alvissareira, já não é mais, e piora a cada dia”, diz, ressaltando ter receio de ser chamado novamente de catastrofista, como aconteceu durante a ditadura militar.

“A primeira crítica que faço é o fato de a PDP ser uma medida horizontal.

Ela tenta beneficiar o pequeno empresário, o médio, o grande, a empresa nacional, a multinacional, todo mundo de uma vez só. Não temos recursos para todos. O número de segmentos é muito grande e nem todos têm condições de ser competitivos no mercado internacional. O país não tem prioridades. Também questiono os incentivos fiscais dados a segmentos que são dominados por multinacionais, como o automobilístico, que ainda por cima é oligopolizado. Por que vamos dar incentivos para quem não precisa? Outra coisa, o Banco Central voltou a aumentar os juros. Como o governo pretende aumentar os investimentos se está aumentando a taxa de juros?”

Segundo Cano, o Brasil não deixou de crescer nos últimos anos por falta de política industrial. Ele afirma que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o próprio Lula lançaram políticas industriais que “nunca foram” inteiramente implementadas. “Realmente, não entendo como eles querem elevar a taxa de investimento com o governo anunciando corte de



Foto: Lester Leikowitz/Corbis

gastos, aumentando o superávit fiscal e elevando os juros para segurar a inflação”, diz.

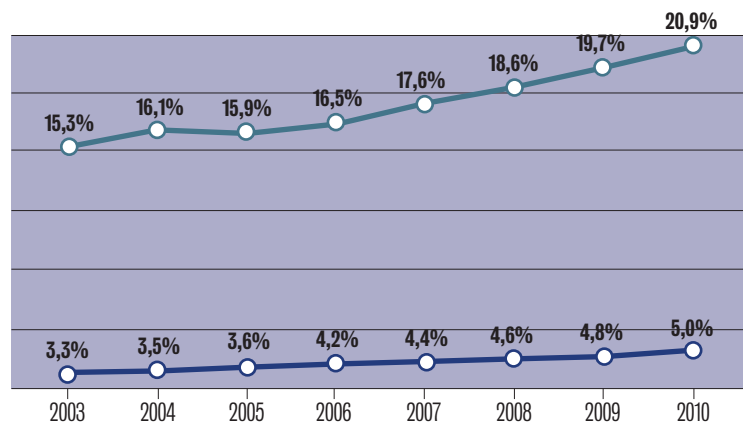
Ele afirma também que “o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) já era, acabou. As importações estão batendo recorde. Em breve, a nossa balança comercial vai entrar no vermelho. Isso não vai acontecer por causa da importação de bens de capital, e sim por causa dos bens de consumo, cuja taxa de crescimento é o dobro”. Na opinião do professor da Unicamp, a desaceleração da economia mundial, principalmente nos Estados Unidos e na China, “é uma preocupação séria para o Brasil, sim”, acrescentando que não vê “como os industriais vão se sentir seguros para investir com as coisas desse jeito”.

As críticas à nova política industrial surpreenderam Ferraz, do BNDES. Ele diz que esperava críticas dos setores de oposição, mas não de “empresários com boa formação”, que, na opinião dele, não fizeram uma análise ampla antes de criticar. “Alguns dos beneficiados criticaram porque acharam pouco. Mas, na maioria dos casos, acho que são pessoas que não perceberam o desafio que essa proposta traz para o nosso país.”

Crescimento sustentado e investimento

Investimento total e investimento público
— em percentual do Produto Interno Bruto (PIB)

Estimativa supondo taxa de crescimento do PIB de 5% ao ano



Fontes: IBGE e BNDES

A idéia contemporânea do “social”



A grande questão política e intelectual deste início de milênio continua sendo: é possível reconstruir as sociedades para que elas consigam ir além das conquistas alcançadas pelas socialdemocracias? As características mais marcantes das socialdemocracias são a acomodação diante do sistema institucional existente e a adoção de práticas de compensação social para amenizar os conflitos no interior da ordem social. O arranjo político que propiciou a emergência da socialdemocracia se baseou em um acordo para que as forças contestadoras – tendo a seu favor a ameaça do avanço do comunismo – negociassem o abandono do esforço de reorganizar a produção e a política em troca da possibilidade de reforma social da sociedade por meio de práticas de redistribuição. O problema é que este contrato socialdemocrata dá mostras de que chegou aos seus limites.

A exaustão socialdemocrata exige, para ser superada, a recuperação da idéia de futuros alternativos para as sociedades. Mas o problema é que os instrumentos com que pensar as alternativas estão bloqueados pela herança recebida das grandes narrativas teóricas dos séculos XIX e XX, que exerceram e ainda exercem enorme influência sobre a política contemporânea. A idéia mais importante desta tradição intelectual é a de que as sociedades enfrentam grandes alternativas estruturais: o que parece ser um conjunto eterno de leis sociais é, de acordo com esta idéia, apenas um conjunto de leis de uma forma específica de organização social e econômica. Ela define como particular aquilo que seria universal.

Mas a esta idéia metodológica antinaturalista das grandes teorias sociais foi acoplado um conjunto de premissas fatalistas que lhes roubaram o poder transformador. Primeiro, a concepção de que há uma lista fechada de alternativas estruturais na história, como o feudalismo, o capitalismo e o socialismo. Segundo, a concepção de que cada um desses sistemas institucionais é indivisível e que, portanto, toda a prática política ou é a reforma trivial de um desses sistemas ou a substituição revolucionária de um por outro. E, terceiro, a busca de leis que

moveriam a sucessão preestabelecida desses sistemas. Estas premissas atrapalharam e continuam atrapalhando a prática transformadora.

Por outro lado, na ciência social positiva, sobretudo na que é praticada na academia dos Estados Unidos e em seus satélites, o determinismo é abandonado ao preço da desconsideração das alternativas estruturais. Essa ciência social se esforça para naturalizar o existente, retirando da história o seu cunho chocante, surpreendente, absurdo, violento, que seria a tarefa de toda ciência social realista reconhecer e explicar. O grande desafio de nosso momento histórico está, portanto, no resgate da idéia de que a sociedade é um artefato, resultado de uma construção e de que esta construção pode ser alterada nos seus pressupostos institucionais e ideológicos. Para realizar esta tarefa é preciso rejeitar a herança política e intelectual do século XX. Ela forjou uma situação na qual todo o campo das idéias sociais está hoje dominado pelas práticas intelectuais da racionalização e da humanização.

A racionalização sugere que as práticas e as instituições estabelecidas são necessárias e inevitáveis e, dessa forma, liga o trabalho da inteligência à apologia da realidade. Nenhuma área do estudo social evidencia mais explicitamente essa tendência do que a economia. Já a humanização sugere meios para atenuar os efeitos das desigualdades. O resultado é o predomínio, no debate de políticas públicas, da ênfase em ações sociais compensatórias para redimir a desumanidade do mercado. Significa ganhar a capacidade de humanizar a situação existente em troca do desarmamento da capacidade de reorganizar a sociedade. Esta é a idéia predominante na teoria jurídica e na filosofia política atuais. A solução é a compreensão de que a troca de passividade institucional por compensação social não funciona. A política social não é ramo da caridade, é espaço da política. Investir no social sem mudar as instituições não constrói cidadania.

A troca de passividade institucional por compensação social não funciona.

A política social não é ramo da caridade, é espaço da política.

Investir no social sem mudar as instituições não constrói cidadania

Carlos Sávio G. Teixeira é cientista político e assessor especial da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE)

Com mais de 60 anos,

Acordo entre governo e empresários promove mudanças pouco profundas, mas encerra disputa por um orçamento de R\$ 8 bilhões anuais para qualificação e assistência social dos trabalhadores

Por **Edla Lula**, de Brasília

Depois de três meses de negociação entre o governo e os empresários, saiu o acordo que garante a gratuidade nos cursos de formação profissional realizados pelo Sistema 'S' com recursos públicos. O protocolo assinado em julho entre o Ministério da Educação (MEC) e as confederações nacionais do empresariado é uma versão tímida do que seria o projeto de lei anunciado pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, no final de março. Ele queria mudanças mais profundas e regras claras para a gestão dos recursos. Mas, no entender de pessoas que acompanharam o processo, o resultado significa um avanço porque o sistema, criado há 66 anos por Getúlio Vargas, nunca havia sofrido reparos.

Bastou desatar o principal nó da antiga proposta – a criação do Fundo Nacional de Formação Técnica e Profissional (Funtep) – para o diálogo, que num primeiro momento parecia impossível, começar a fluir. Composto por recursos destinados ao conjunto das entidades de qualificação profissional ligadas ao setor empresarial, o fundo seria responsável pela redistribuição do dinheiro entre os estados, de acordo com alguns critérios a serem estabelecidos em lei. Esta formatação soou como intervencionista aos empresários, que reagiram mal à proposta.

é hora de



reformatar

Atualmente, a verba do Sistema 'S' é aplicada nos próprios estados nos

Mas, no desenrolar das discussões, o governo desistiu do Funtep porque, segundo Haddad, o acordo que se desenhava contemplava o objetivo do governo. “Na verdade nós estamos dando um outro nome para aquilo que está sendo criado aos olhos dos nossos objetivos iniciais. Reservar dois terços dos recursos líquidos para o financiamento da gratuidade é exatamente aquilo que nós pretendíamos com a criação do fundo”, disse, ao anunciar o acordo.

Integram o Sistema 'S' o Serviço Social da Indústria (Sesi), o Serviço Social do Comércio (Sesc), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), o Serviço Nacional de

Aprendizagem Rural (Senar), o Serviço Social do Transporte (Sest), o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat), o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

PONTOS A RETOMAR Mas apenas Sesi-Senai e Sesc-Senac estão contemplados no protocolo assinado pelo ministro Haddad com os presidentes da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro Neto, e da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Antônio Oliveira dos Santos, e que será sacramentado por decreto presidencial, após ser incorporado pelo regimento das entidades envolvidas.

Os demais participantes representam menos de 5% das ações de educação do sistema e, para acelerar o acordo, ficaram de fora.

Atualmente, a verba é aplicada nos próprios estados nos quais é arrecadada e não há controle governamental sobre sua distribuição. O projeto que o governo pretendia enviar ao Congresso Nacional estabelecia que os recursos destinados aos serviços de aprendizagem fossem reunidos em cinco fundos nacionais – comercial, industrial, rural, de transportes e de cooperativismo, deixando fora do fundo os recursos destinados aos serviços sociais (como o Sesi, o Sesc e o Sest, por exemplo).

Segundo a proposta, o fundo alcançaria R\$ 3,2 bilhões anuais, que correspondem à parcela destinada à aprendizagem. Outra proposta que fica descartada pretendia praticamente uma inversão do percentual das alíquotas recolhidas para as duas áreas: aprendizagem e serviço social. Pelas regras atuais, o Sistema 'S' recebe 2,5% sobre a folha de salários das empresas. Desse total, 1,5% é destinado aos serviços sociais e 1% aos serviços de aprendizagem, e o esboço do Funtep previa 1% para os serviços sociais e 1,5% para os de aprendizagem.

“Em um primeiro instante, o que nos colocava o receio de uma certa perda de autonomia do Sistema 'S' na gestão estratégica era a idéia de criar um fundo que teria uma gestão em um processo que de certa maneira remetia a decisão a outras instâncias. O caráter que foi percebido em um primeiro instante como mais intervencionista tinha a ver com a forma como aquela idéia do fundo era formatada no projeto”, afirmou Monteiro Neto, ao comentar o fato de o governo ter desistido do Funtep.

Mas, no calor da disputa, o presidente da CNI chegou a qualificar o fundo como confiscatório e estatizante. “Esse fundo, com uma visão tripartite, burocratizado, a definir critérios que nem sempre estão ligados à demanda, é um

Foto: Divulgação/Senai



A maior receita vem da contribuição compulsória

Receitas do Senai em 2007

Especificação	R\$		%	
	Previsto no ano	Realizado no ano	Realização	Participação
Receitas correntes	2.195.885.829	2.150.685.887	97,94	98,73
Receitas de contribuição	1.418.698.715	1.458.309.006	102,79	66,95
Receita patrimonial	114.007.883	116.820.487	102,47	5,36
Receita industrial	370.420	186.733	50,41	0,01
Receita de serviços	520.419.721	509.913.288	97,98	23,41
Outras receitas correntes	142.389.089	65.456.372	45,97	3,00
Receita de capital	51.495.701	27.566.963	53,53	1,27
Operações de crédito	11.715.000	18.665.000	159,33	0,86
Alienação de bens	1.533.050	1.631.518	106,42	0,07
Outras receitas de capital	38.247.651	7.270.445	19,01	0,33
Total	2.247.381.530	2.178.252.850	96,92	100,00

Fonte: Senai

quais é arrecadada e não há controle governamental sobre sua distribuição

processo sofisticado de estatização. É uma estatização encubulada, é uma idéia que me parece contaminada por uma visão confiscatória”, atacou, meses atrás, abrindo um intenso *lobby* contra o MEC, que, segundo os empresários, deu resultado.

GRATUIDADE E CARGA O principal objetivo do governo foi contemplado pelo acordo: ampliar o número de vagas gratuitas nos cursos profissionalizantes para trabalhadores e estudantes de baixa renda. O protocolo prevê 66,6% de gratuidade nos cursos oferecidos pelo Senac e Senai até 2014, o que corresponde a dois terços da receita líquida compulsória. Atualmente, apenas 45% das vagas na área da indústria são de graça e, no caso do comércio, o máximo oferecido é de 20%. Em alguns estados sequer há gratuidade.

“O que importa é que daqui para frente nós temos metas concretas e objetivas e queremos atendê-las. Alguns estados já fazem isso e agora nós vamos normatizar para todo o Brasil”, disse o presidente da CNC. Além do setor de aprendizagem, o protocolo também estabelece o compromisso do Sesi e do Sesc de dedicar um terço de sua receita compulsória à Educação. A vontade inicial de Haddad era de 100% de gratuidade, mas ele se disse convencido da importância de ter alguns cursos pagos por quem pode pagar.

A primeira proposta do governo atrelava a gratuidade ao critério de desempenho, em que receberiam mais repasses públicos os estados que oferecessem mais vagas de graça. A distribuição entre as unidades regionais seria de 80% em função das matrículas e de 20% em função da população economicamente ativa (PEA) de cada localidade – já que algumas regiões têm dificuldade para ofertar cursos. Receberia mais verba a localidade que oferecesse maior número de vagas gratuitas.

Outra vitória comemorada por Haddad é a carga horária. O governo reivindicava elevar para 200 horas a carga mínima no curso de formação inicial. O acordo estabeleceu a carga de 160 horas. O minist



Foto: Divulgação/Senai

Investimentos são só um oitavo das despesas

Despesas do Senai em 2007 por categoria econômica

Especificação	RS		%	
	Previsto no ano	Realizado até dezembro	Realização	Participação
Despesas correntes	1.886.457.521	1.733.923.431	91,91	86,77
Pessoal e encargos sociais	791.493.720	736.163.608	93,01	36,84
Juros enc. dívida interna	2.356.364	2.263.487	96,06	0,11
Outras despesas correntes	1.092.607.437,16	995.496.336	91,11	49,82
Despesas de capital	360.924.008	264.262.525	73,22	13,23
Investimentos	347.883.676	248.049.681	71,30	12,41
Inversões financeiras	1.738.699	1.350.382	77,67	0,07
Amortização da div. interna	11.301.634	14.862.462	131,51	0,74
Total	2.247.381.530	1.998.185.956	88,91	100,00

Fonte: Senai

tro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, também conseguiu emplacar o itinerário formativo, com cursos feitos por módulos, em que o trabalhador possa se aperfeiçoar. Hoje, a maior parte dos cursos oferecidos pelo Sistema ‘S’ é de curta duração, com cargas que variam de 20 a 60 horas. Com o itinerário formativo, o sistema vai oferecer ao trabalhador um aperfeiçoamento contínuo na mesma área profissional. Ao fazer o curso por módulos, o trabalhador se aperfeiçoa na área escolhida.

MUDANÇA DE FOCO Outro aspecto em que o governo encontrava resistência por parte do empresariado era a vinculação entre a formação técnica e o ensino tradicional.

O problema, segundo Monteiro Neto, reside na mudança de foco do Sistema ‘S’. Para ele, ao longo das suas seis décadas e meia de existência, o Senai sempre priorizou a qualificação profissional a partir da demanda da própria indústria. “A ampliação da formação tem de acontecer sem que nós deixemos de atender à demanda de qualificação e aperfeiçoamento que está colocada no processo. Nós não podemos nos ausentar disso. Nós temos de combinar isso com uma lógica que não se descola das demandas, das necessidades da indústria”, argumenta o empresário.

Segundo Monteiro Neto, a ampliação do número de alunos no ensino médio deve acontecer, porém sem uma vincu-

Pesquisa mostra aprovação com folgada margem

Em meio à discussão sobre a reforma do Sistema 'S', uma pesquisa encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) ao Ibope revelou que oito em cada dez brasileiros aprovam o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Segundo a pesquisa, realizada em junho, para 83% dos entrevistados, o Senai forma bons profissionais; e para 82% os cursos facilitam a obtenção de um emprego. A pesquisa, que ouviu 2.002 pessoas, mostra também que para 5% o Senai é regular e 11% não souberam responder ou não opinaram. Não houve respostas para "ruim ou péssimo".

Esta tradição do Senai, principal formador de mão-de-obra para a indústria brasileira, começou em 22 de janeiro de 1942, quando o serviço foi criado, por meio do Decreto-lei 4.048 do presidente Getúlio Vargas. O Senai é fruto da iniciativa dos empresários Euvaldo Lodi, então presidente da CNI, e Roberto Simonsen, então presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). A idéia era dar impulso à indústria brasileira, carente de mão-de-obra especializada.

Até aquele momento, a economia brasileira era baseada na agricultura e o desenvolvimento industrial era apenas incipiente. Poucos anos depois, em 1946, o Decreto-lei 8.621 criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), nos mesmos moldes do Senai, só que voltado para a atividade comercial. Hoje, o Sistema 'S', que, além do comércio e da indústria, engloba a agricultura, os transportes, as cooperativas e as microempresas, é reconhecido internacionalmente como um bom sistema de qualificação profissional.

As instituições que mais se desenvolveram foram Senai e Senac. No Senai, há cerca de 2 milhões de matrículas anuais, totalizando aproximadamente 45,4 milhões de matrículas desde 1942. Ao todo, 696 unidades operacionais compõem a rede de ensino que oferecem mais de 2.200 cursos de formação profissional, além dos programas de qualificação e aperfeiçoamento realizados para atender às necessidades específicas de empresas e pessoas. Em 2007, foram prestados 96.458 serviços de assessoria técnica-tecnológica e laboratorial às empresas.

Atualmente, tanto o Senai quanto o Senac atuam na área de educação profissional nos níveis básico (aprendizagem, qualificação e aperfeiçoamento), médio (técnico) e superior (tecnológico e pós-graduação).



Foto: Divulgação/Senai


lação com o Sistema 'S', que tem o objetivo da qualificação. Ele cita o programa "Educação para a nova indústria", lançado pela CNI no ano passado, que prevê a ampliação de 30% nas matrículas em todos os níveis, durante os próximos quatro anos. Embora não coloque a isenção de pagamento como contrapartida, como queria Haddad, o protocolo prioriza a gratuidade ao aluno matriculado ou egresso da educação básica.

"Tão logo a juventude perceba que voltar à escola é a porta de entrada para o acesso a essas vagas gratuitas de educação profissional, ela vai se interessar pelo aumento da sua própria escolaridade", diz o ministro. Ao atrelar qualificação e formação escolar, o governo pretende melhorar o perfil de escolaridade do trabalhador e capacitá-lo para que possa absorver mais facilmente o próprio conhecimento técnico. De acordo com dados da CNI, do total de 7 milhões de trabalhadores empregados hoje na indústria, 61% não possuem o ensino básico completo e 30% não possuem o ensino fundamental completo.

"Temos de garantir que a formação específica venha acompanhada de formação geral. Isso melhora a capacidade de absorção do conhecimento específico do trabalhador. Em segundo lugar, a aquisição de competências gerais permite ao trabalhador a adaptação a alterações no processo produtivo, o que diminui imensamente os custos de uma requalificação futura", justifica Haddad. Na avaliação do governo, os custos do trabalhador na adaptação a uma realidade produtiva nova caem quando ele detém o domínio de códigos gerais, transmitidos no ensino regular.

REINSERÇÃO E TRANSPARÊNCIA A outra preocupação do governo é com o contingente de trabalhadores que perdem seus postos de trabalho sem chances de retorno por falta de conhecimento técnico. Em 2007, mais de 6 milhões de pessoas receberam o seguro-desemprego. "A grande carência desse segurado é qualificar-se para o mer-

Foto: Divulgação/Senai



Foco no negócio

Despesas do Senai em 2007 por linha de atuação

Área	R\$		%	
	Previsto no ano	Realizado até dezembro	Realização	Participação
Gestão	167.165.302	141.963.283	84,92	7,10
Negócio	1.768.357.234	1.561.734.185	88,32	78,16
Apoio	186.900.785	168.289.398	90,04	8,42
Desenvolvimento institucional	124.958.209	126.199.090	100,99	6,32
Total	2.247.381.530	1.998.185.956	88,91	100,00

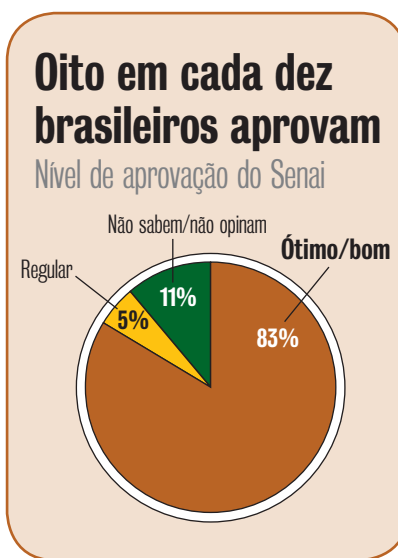
Fonte: Senai

cado que está crescendo e exigindo de cada vez mais especialização. Queremos ter esse trabalhador o mais rápido possível voltando ao mercado de trabalho”, afirma o ministro do Trabalho e Emprego.

Como pano de fundo para a discussão em torno da reforma do Sistema 'S' está a exigência de mais transparência no uso dos recursos. “A sociedade reclama por mais transparência”, disse Fernando Haddad, ao anunciar o acordo.

O ex-diretor do Banco Central Cláudio Haddad, atualmente dedicado ao ramo da Educação, vai mais longe. “O projeto do governo é extremamente corajoso porque está finalmente mexendo na 'caixa-preta' do sistema”, diz. Ele lembra que os 2,5% de alíquota compulsória que os empresários pagam saem, em parte, dos salários dos trabalhadores e em parte da sociedade, já que este custo é repassado para o consumo.

“O que se deveria esperar era total transparência, total prestação de contas de para onde estes recursos estão indo, e, infelizmente, isso não acontece”, diz, sugerindo que as entidades que compõem o Sistema 'S' não tornam públicos os seus balanços e não fazem prestação de contas. “Qual o impacto desses R\$ 8 bilhões? Qual é a eficácia do uso desses recursos? A quem de fato eles beneficiam? Qual é a relação com o trabalhador?”, indaga.




Fonte: Pesquisa CNI/Ibope/junho de 2008

A transparência era outro aspecto do projeto inicial que não entrou no acordo, mas Haddad considera que o dispositivo incorporado à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2009 obrigando as entidades do Sistema 'S' a prestar contas publicamente dos recursos que recebem responde a essa cobrança. Monteiro Neto, que, como deputado federal, se posicionou a favor da inclusão desse artigo na LDO, acrescenta que o próprio Senai tomou a iniciativa de, a partir deste ano, disponibilizar em sua página na internet os seus balanços.

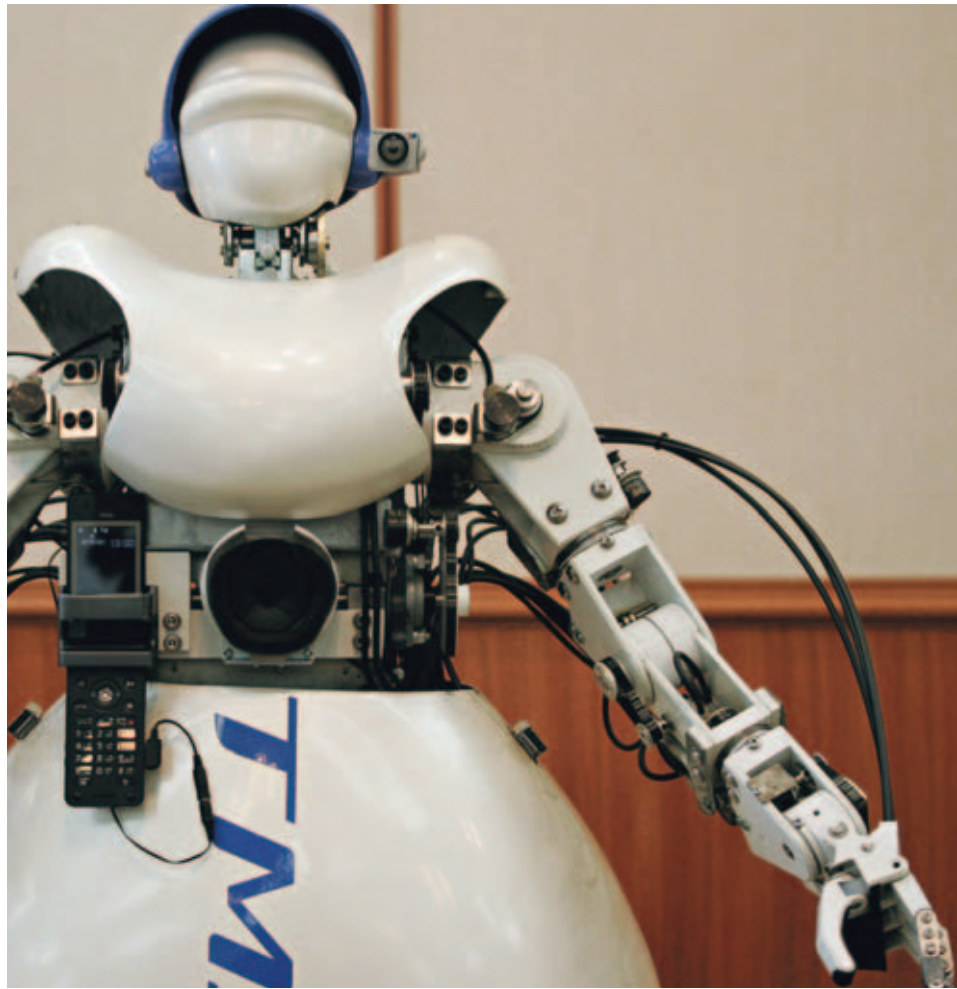
OUTRAS TENTATIVAS Não é a primeira vez que os repasses para o Sistema 'S' são questionados. Há 20 anos, durante a Assembléia Nacional Constituinte, o fim do sistema foi discutido amplamente entre os parlamentares que formulavam a nova Constituição. Mais recentemente, no governo Fernando Henrique Cardoso, a mudança foi novamente cogitada.

Mas somente agora o governo toma formalmente a decisão de estabelecer uma reforma. Segundo o ministro da Educação, o acordo é o primeiro passo de uma agenda de trabalho que deverá “trazer a público as informações que a sociedade demanda”. Daqui para a frente, segundo ele, os governos também deverão ser convocados a exercer com mais rigor a função que têm como membros dos conselhos do Sistema 'S'.

“É preciso criar condições para que o controle social, o acompanhamento social, faça cumprir o decreto presidencial”, diz o ministro. No fim das contas, ambas as partes envolvidas no acordo dizem que prevaleceu o bom senso. “Este é um momento de celebração de um entendimento que fez convergir pontos de vista que pareciam distantes e que no debate técnico se mostrou ser exequível”, disse Haddad, ao assinar o protocolo. 

TECNOLOGIA

Articulação



empresas de

para chegar às

Sistema Nacional de Inovação busca preencher dinâmica que depende não apenas de estímulos oficiais

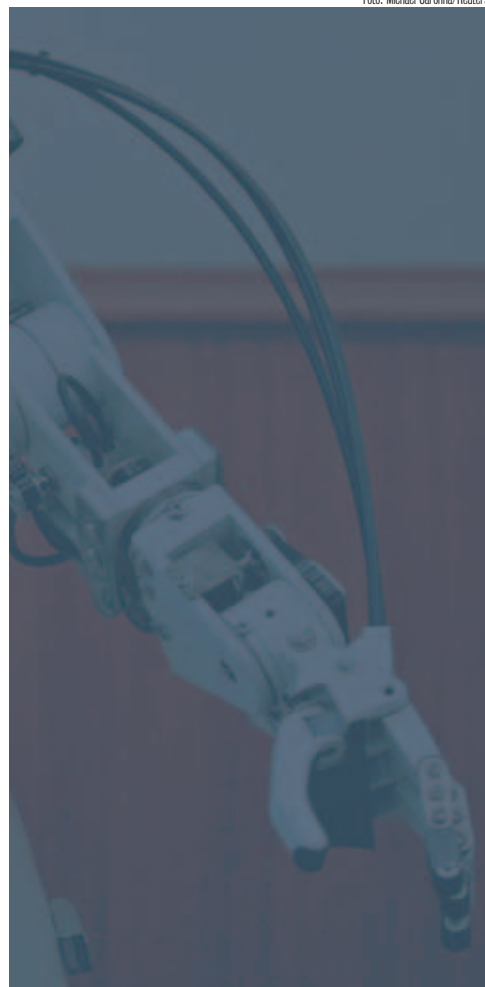
Por **Cláudia Iziq**ue, de São Paulo

A pesar do aprimoramento da legislação nos últimos anos e do aumento das linhas de financiamento à inovação tecnológica, as várias iniciativas institucionais de apoio à pesquisa ainda careciam de governança – e isso motivou o governo a promover ações articuladas, que se convencionou chamar de Sistema Nacional de Inovação. “A inovação não é uma iniciativa isolada”, explica Guilherme Henrique Pereira, secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), “mas um proces-

so que envolve diversos atores e cuja dinâmica depende não apenas de estímulos oficiais, mas também de aprendizagem e, sobretudo, de medidas que promovam a difusão de padrões de qualidade e de tecnologias para o conjunto do mercado”.

Essa característica da inovação – aprendizagem e difusão – exige a intervenção de instituições públicas e privadas nas tarefas de organizar o fluxo das informações, coordenar os agentes inovadores, regular e certificar atividades e produtos, entre outras ações que contribuam para consolidar

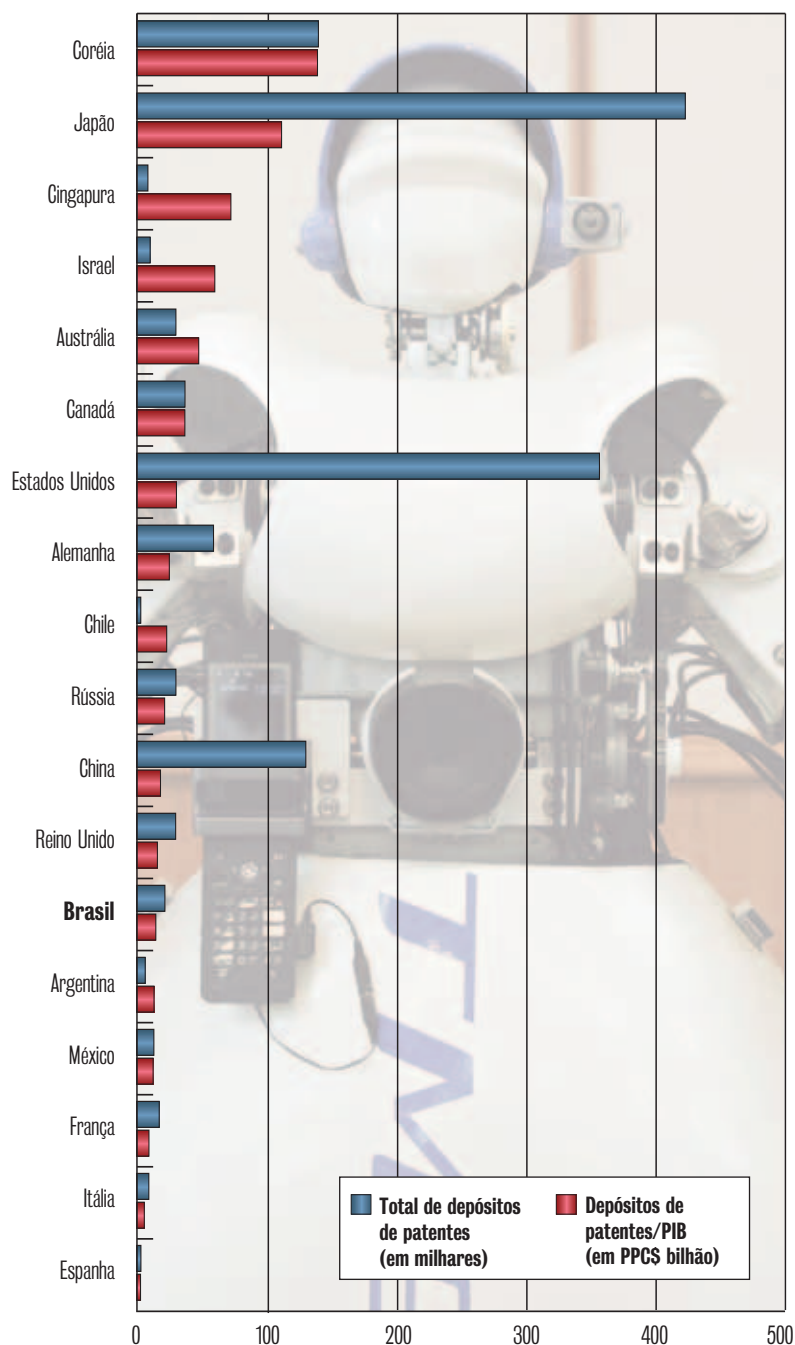
Foto: Michael Caronna/Reuters



menor porte

Brasil deixa a desejar

Depósito de patentes de invenção nos escritórios nacionais em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) de 2004 — em dólares na paridade do poder de compra (PPC\$)



Fonte: Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) e Banco Mundial — Elaboração: Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)

o desenvolvimento tecnológico de um país. No final do ano passado, quando o MCT arquitetou o seu plano de ação para o período 2007-2010, concebeu também o Sistema Brasileiro de Tecnologia (Sibratec), um instrumento de política de incentivo à inovação com a missão de articular os vários agentes envolvidos e garantir um caráter nacional ao processo de inovação.

“A intenção é colocar sob o mesmo guarda-chuva iniciativas até então isoladas que têm como foco as pequenas e médias empresas”, explica Pereira. O Sibratec está em fase final de estruturação, mas já tem orçamento lastreado nos fundos setoriais: R\$ 120 milhões até 2010. Esses recursos serão utilizados para apoiar a organização de três redes com cobertura nacional de incentivo à inovação: Extensão e Assistência Tecnológica; os Serviços Tecnológicos; e os Centros de Inovação. Cada uma dessas redes será coordenada por um comitê técnico, constituído por representantes de entidades públicas e privadas, diretamente vinculado ao comitê gestor do Sistema, que será responsável pelas diretrizes técnicas e operacionais.

FORMATO INOVADOR “A grande vantagem do Sibratec é a de não criar novas instituições, ter um orçamento e aumentar o grau de governabilidade do Sistema Nacional de Inovações”, afirma Marcio Wohlers de Almeida, diretor de Estudos Setoriais do Instituto de Pesquisa Economia Aplicada (Ipea). As redes de Extensão e dos Serviços Tecnológicos, a rigor, vão funcionar como um elemento de “organização” das diversas entidades já existentes que atuam nas áreas de metrologia, normalização, avaliação de conformidade, entre outras, sob responsabilidade de órgãos de agências reguladoras, governos estaduais ou entidades de classe.

têm como foco as pequenas e médias empresas — informa o governo federal

Foto: Reuters/Daniele la Monaca



Os serviços tecnológicos são influenciados pela demanda e novas redes poderão atender a necessidades atuais ou potenciais

Também servirão de estímulo à criação de novos serviços demandados pelo mercado. “Os serviços tecnológicos são influenciados pelas demandas, e novas redes poderão ser estruturadas para atender também a necessidades atuais ou potenciais”, diz Pereira. “A novidade está na criação dos Centros de Inovação Tecnológica”, sublinha. Os Centros de Inovação terão como tarefa colocar em movimento a roda da inovação: gerar conhecimento e transformá-lo em produtos com viabilidade comercial, estimulando o surgimento de novas empresas e promovendo inovações incrementais em tecnologias já existentes.

“Esse processo não é simples”, adverte Pereira. Envolve a participação de universidades, institutos de pesquisa e empresas, que não têm tradição de parceria no país. Até a promulgação da Lei de Inovação, em 2004, por exemplo,

Exemplos começam a pipocar

A Steviafarma Industrial, de Maringá, no Paraná, lançou, em setembro do ano passado, um medicamento à base de isoflavona anglicona para tratamento de reposição hormonal. A tecnologia foi desenvolvida por Yong Kun Park, do Laboratório de Bioquímica de Alimentos da Faculdade de Engenharia de Alimentos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). A patente foi licenciada à Steviafarma em 2004. O composto, de acordo com Park, possui propriedades semelhantes às do estrógeno e atua no combate aos sintomas do climatério.

O medicamento é um dos resultados da parceria da Unicamp com empresas para transferência de tecnologia. Em cooperação com a Orbix, pesquisadores da universidade desenvolveram um nanocompósito polimérico batizado de Imbrik R, com mecânicas superiores, resistência ao rasgo e abrasão, utilizado na produção, por exemplo, de bolas de tênis. O produto gerou uma patente registrada em co-titularidade pela Unicamp e Orbix.

Outro exemplo é o da tecnologia para remediação de efluentes, desenvolvida por Oswaldo Luiz Alves, do Instituto de Química, e o pesquisador Odair Pastor Ferreira, e licenciada à Contech, de Valinhos (SP), também no ano passado. O produto tem a propriedade de absorver corantes, promovendo a sua retirada de meios líquidos. Quando aquecido, o material libera os corantes e, em novo contato com a água, recupera sua estrutura, podendo ser utilizado novamente.



Foto: Sincru

Modelo pode dar certo porque há experiências bem-sucedidas de parceria universidade-empresa

existiam, inclusive, obstáculos legais para esse relacionamento. A intenção do Sibratec é criar programas de apoio aos laboratórios dos institutos de pesquisas instalados em universidades públicas ou sem fins lucrativos para estimular a sua atuação em parceria com empresas empreendedoras, resume Pereira.

O modelo inspirador é o Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas (Pappe), criado em 2004 pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e implementado pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), em parceria com as fundações de amparo à pesquisa (FAPs) estaduais. O programa financia atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) de produtos e processos inovadores empreendidos por pesquisadores, atuando em coope-

ração com empresas de base tecnológica. O Pappe desembolsou um total de R\$ 160 milhões – metade repassada pela Finep e a outra metade referente à contrapartida das FAPs – para projetos de P&D de 529 empresas brasileiras.

PRODUTOS E PROCESSOS Os Centros de Inovação serão formados por universidades e institutos de pesquisas com experiência no desenvolvimento de produtos e processos em parceria com empresas e que já contem com Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs), criados pela Lei de Inovação com a tarefa de administrar a política de inovação das universidades e institutos de pesquisas e proteger a propriedade intelectual de modo a garantir que os resultados de suas pesquisas alcancem

a sociedade. “Nesses centros, o que se pretende é construir um espaço para melhor institucionalizar o apoio à inovação, por meio da criação de metodologias, de programas e da incorporação de processos aplicados”, diz o secretário do MCT.

Há algumas experiências bem-sucedidas de parceria entre universidades e empresas que deixam claro que o modelo pode dar certo. É o caso da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que criou em 2003 a Inova Unicamp, uma agência de inovação que já contabiliza 210 convênios e contratos firmados com empresas e o setor público para transferência de tecnologia, que geraram para a universidade mais de R\$ 35 milhões (ver o quadro “Exemplos começam a pipocar”, na página 47).

“A Unicamp, desde o seu início, cresceu com esse modelo de interação com o setor privado”, diz Eduardo Machado, assessor técnico da diretoria executiva da Inova. Ele cita o exemplo da parceira da universidade com a Telectrabs. Foi a primeira universidade do Brasil a criar um escritório à proteção de tecnologia e, em 1985, registrou a sua primeira patente. A Unicamp tem uma carteira de tecnologia e é procurada por empresas interessadas em promover a inovação de produtos ou processos. “Outras vezes, é o próprio pesquisador que desenvolve uma tecnologia e busca um parceiro para o seu desenvolvimento”, afirma Machado.

TEMAS ESTRATÉGICOS Os programas de P&D a serem desenvolvidos pelos futuros centros do Sibratec seguem as orientações do Plano de Ação de Ciência e Tecnologia para o período 2007-2010 e atendem a demandas estratégicas, de interesse do país. Priorizarão as pesquisas nas áreas de componentes optoeletrônicos e semicondutores; equipamentos médico-hospitalares; geração de energia alternativa; máquinas e ferramentas para agricultura; tecno-

não é simples por envolver instituições que não têm tradição de parceria

logias para prospecção mineral; bioprocessos; manufaturas de placas eletrônicas; e aplicações para TV digital.

“Cada um desses temas constituirá uma rede de pesquisa”, explica Pereira. Formadas as redes, o próximo passo será estruturar projetos e encomendas. Essas encomendas serão elaboradas pelo comitê responsável pelos centros, com base nos problemas identificados nos diversos setores industriais que poderão ser beneficiados pelas várias linhas de pesquisas em curso.

Os recursos para o financiamento dessas redes, num total de R\$ 40 milhões, serão repassados pela Finep por meio de edital. Serão apoiadas as despesas de custeio e capital demandadas pela pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), modernização da estrutura dos laboratórios, capacitação de recursos humanos, bolsas de capacitação tecnológica, serviços de consultoria especializada, entre outros.

PRONTO-SOCORRO No eixo da extensão tecnológica, o Sibratec quer promover o acesso das empresas às redes de instituições especializadas que oferecem soluções para gargalos de gestão, desenvolvimento, produção e comercialização de produtos. Já existe uma série de iniciativas patrocinadas por governos locais, como é o caso do Programa de Apoio Tecnológico à Exportação (Progex) e do Projeto de Unidades Móveis – conhecido como Prumo –, implementados por institutos de pesquisas tecnológicas implantados em alguns estados, mas ainda sem dimensão nacional.

O Prumo, por exemplo, foi implantado em 1999 pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) de São Paulo, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Funciona como um pronto-socorro de micro e pequenas empre-

sas. Com o apoio de unidades móveis equipadas com laboratórios portáteis operados por engenheiros e técnicos, o Prumo vai até as fábricas para resolver *in loco* problemas tecnológicos, desde a calibração de equipamentos até testes de ensaio. O projeto também já atende a empresas no Ceará, Paraíba, Pernambuco Bahia e Paraná. “A nossa intenção é conferir a esses programas um caráter nacional”, explica Pereira, “com os governos locais que o Sibratec pretende articular.”

O programa nacional de extensão tecnológica concebido pelo Sibratec pretende também incorporar iniciativas isoladas, patrocinadas, por exemplo, por entidades de classe, que passariam a ser coordenadas em nível estadual. “Só assim será possível definir prioridades, identificar demandas e atuar com foco”, justifica Pereira.

A estratégia será estimular a organização de arranjos institucionais

Foto: Sinc.hu

Economia tão grande que o fornecedor desconfiou

Um produto idealizado e produzido pela Dersehn do Brasil, em Pelotas, no Rio Grande do Sul, tem ajudado empresas a reduzir o consumo de energia elétrica em até 62%. O conector unipolar Dersehn é fruto de um projeto financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), por meio do Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas (Pappe) no Rio Grande do Sul. Trata-se de um pequeno conector de plástico com peças de metal – onde são ligadas as pontas dos fios – que ajuda a reduzir a fuga de energia elétrica. É o primeiro aparelho desse tipo produzido no Brasil a obter certificação reconhecida pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro).

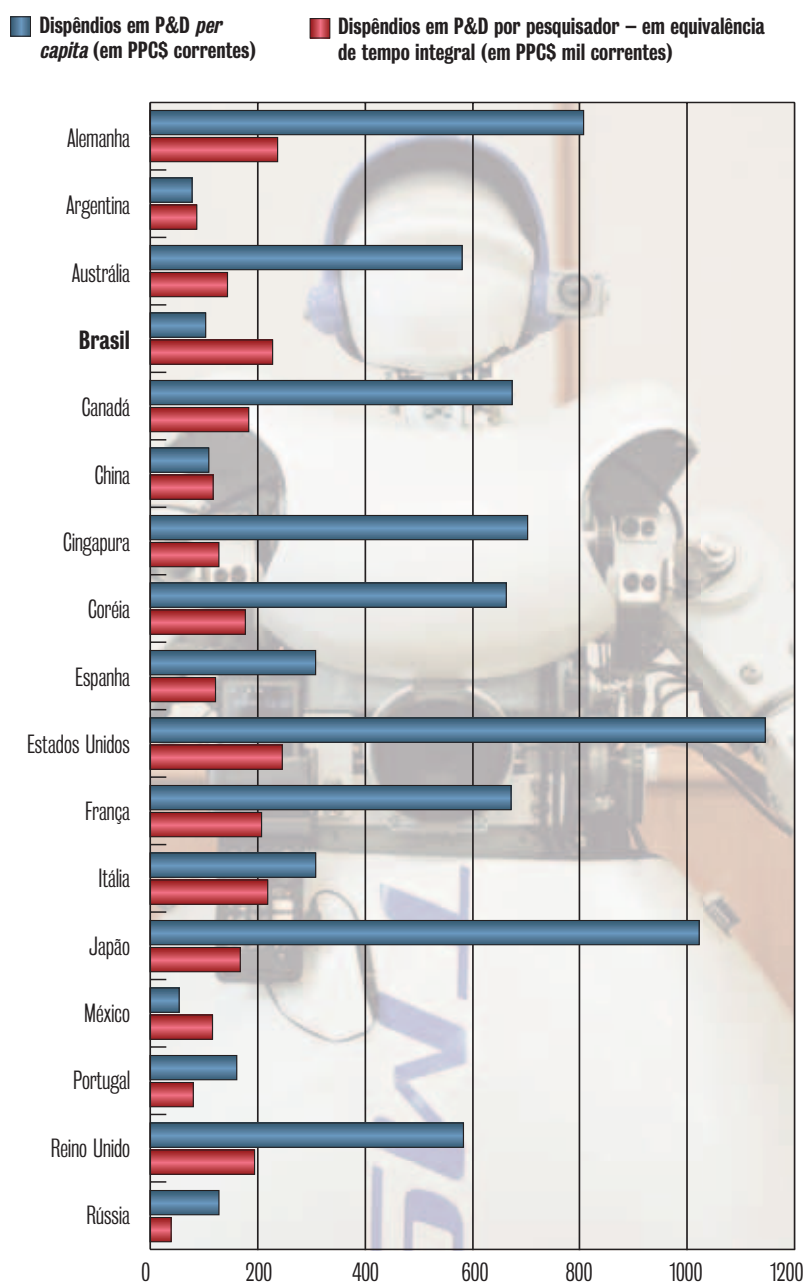
Uma padaria industrial de Pelotas registrou, em dois meses, redução de 52% no consumo de energia após a instalação dos conectores sem emendas na sua rede elétrica, surpreendendo inclusive a Companhia de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul (CEEE), que chegou a investigar

algumas empresas, desconfiando de alguma irregularidade nas instalações. Em outros locais, a economia chegou a 62%.

João Carlos Sehn, proprietário da Dersehn, afirma que “quando se fazem produtos bons e inovadores, que despertem interesse do consumidor para sanar dificuldades, o mercado com certeza mostra-se receptivo”. A empresa já havia feito outro produto inovador de sucesso – o derivador DA-10, um conector múltiplo que também evita emendas – classificado como invenção pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), em 2003. Fundada em 2002, a Dersehn é uma empresa familiar, incubada na PUC de Pelotas, e conta também com apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul (Sebrae/RS) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs). O total do financiamento do Pappe/Finep foi de R\$ 200 mil.

Longas distâncias a percorrer

Dispêndios nacionais em pesquisa e desenvolvimento (P&D) de países selecionados, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* e por pesquisador, em anos mais recentes disponíveis (2004, 2005 ou 2006) — em dólares na paridade do poder de compra (PPCS)



Fontes: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica (Pintec) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — Elaboração: Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)

liderados pelas secretarias estaduais de Ciência e Tecnologia ou fundações de amparo à pesquisa (FAPs), para o apoio a programas de extensão tecnológica voltados para segmentos específicos da produção, definido no âmbito de cada estado. O edital para a contratação de projetos será publicado pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e “está saindo do forno”, adianta Pereira. “O Sibratec patrocinará 70% do valor da assistência tecnológica, a rede estadual entrará com 20% e a empresa beneficiada, com 10% do valor do atendimento”, diz.

REDES DE METROLOGIA No eixo dos serviços tecnológicos, o Sibratec tem como objetivo implantar redes de metrologia, serviços de calibração, ensaios e análises relacionadas à regulamentação técnica para atender a exigências de acesso a mercados. Também nesse caso já existem redes de laboratórios formalmente constituídas – como a coordenada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) – e de outros órgãos especializados, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ou a Agência Nacional do Petróleo (ANP), por exemplo. Há, no entanto, uma série de serviços prestados de forma dispersa que deverão ser incorporados à rede. “Isso sem falar nas novas demandas que começam a surgir no mercado, desde a TV digital, cujos componentes precisam ser calibrados, até a certificação de animais utilizados como cobaias em pesquisas”, exemplifica Pereira.

No caso dos serviços tecnológicos, o papel do Sibratec será coordenar a política de apoio à consolidação dessa rede de laboratórios, em parceria com as agências reguladoras. “Os laboratórios também serão convidados, por meio de edital, a organizar-se para o desenvolvimento de programas de atuação específico”, diz Pereira. **i**

Quilombos e o direito à terra



A questão quilombola esteve presente, do ponto de vista legal, tanto no regime colonial como no imperial. No período republicano, a partir de 1889, o termo “quilombo” desaparece da base legal brasileira e reaparece na Constituição Federal (CF) de 1988 (artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) como categoria de acesso a direitos, numa perspectiva de sobrevivência, dando aos quilombos o caráter de “remanescentes”. Transcorrem assim 100 anos entre a abolição e o reconhecimento dos direitos territoriais das comunidades quilombolas.

A Constituição de 1988 opera uma inversão de valores em comparação com a legislação colonial, uma vez que a categoria legal por meio da qual se classificava quilombo como um crime passou a ser considerada como categoria de autodefinição, voltada para reparar danos e acessar direitos. A partir do artigo 68 da CF e das legislações correlatas [artigos 215 e 216 da CF; Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT); Decreto 4.887, de 2003; e Decreto 6.040, de 2007] a conceituação das comunidades quilombolas supera a identificação desses grupos sociais por meio de características morfológicas. Tais grupos, portanto, não podem ser identificados pela permanência no tempo de seus signos culturais ou por resquícios que venham a comprovar sua ligação com formas anteriores de existência.

Argumentações teóricas que caminhem nesse sentido implicam numa tentativa de fixação e enrijecimento da caracterização desses grupos. Conceber as comunidades quilombolas a partir dessa perspectiva tem levantado ponderações sobre as manipulações que podem ser empreendidas pelos próprios sujeitos sociais pertencentes a essa identidade étnica. Isto é base, inclusive, para a ação direta de inconstitucionalidade (Adin) impetrada pelo Partido Democratas (DEM) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o Decreto 4.887, que regulamenta a titulação de terras de quilombos e se constitui na perspectiva da auto-declaração da comunidade.

Os interesses contrários aos direitos quilombolas contestam, principalmente, o direito aos

territórios das comunidades que, uma vez tituladas, se tornam inalienáveis e coletivas. As terras das comunidades quilombolas cumprem sua função social precípua, dado que sua organização se baseia no uso dos recursos territoriais para a manutenção social, cultural e física do grupo, fora da dimensão comercial. São territórios que contrariam interesses imobiliários, de instituições financeiras, grandes empresas, latifundiários e especuladores de terras. Os conflitos fundiários hoje existentes em comunidades quilombolas envolvem, na maior parte das vezes, esses atores.

O novo marco jurídico da Constituição de 1988 é determinante também para o estabelecimento e a organização do movimento quilombola, em nível nacional, que, a partir da construção de sua identidade étnica, reivindica o seu direito à terra. São poucas as comunidades que alcançaram esse direito. Das 3.554 comunidades quilombolas identificadas pelo governo federal (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2006), pouco mais de 100 possuem o título, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

As dificuldades existentes para efetivar a titulação das terras das comunidades quilombolas refletem a frágil capacidade administrativa da máquina estatal. Todavia, há disputas que superaram as limitações administrativas e orçamentárias. São obstáculos explícitos ou não que ajudam a reter o reconhecimento de direitos étnicos pela propriedade definitiva das terras das comunidades quilombolas. Atualmente, a principal luta dos quilombolas se volta para a implementação de seus direitos territoriais. A noção de terra coletiva coloca em crise o modelo de sociedade baseado na propriedade privada como única forma de acesso à terra, instituído desde a Lei das Terras, de 1850. Os novos marcos jurídicos sinalizam para a necessidade de reestruturação, pelo Estado, da lógica agrária a partir do reconhecimento de seu caráter pluriétnico.

Bárbara Oliveira Souza é pesquisadora associada especializada na questão quilombola da Universidade de Brasília (UNB)

Atualmente, a principal luta dos quilombolas se volta para a implementação de seus direitos territoriais. A noção de terra coletiva coloca em crise o modelo de sociedade baseado na propriedade privada como única forma de acesso à terra, instituído desde a Lei das Terras, de 1850

Educação de

Programa Interação Família Escola ganha prêmio da Organização das Nações Unidas ao colocar professor dentro da casa dos alunos

Por **Manoel Schlindwein**, de São Paulo

Vira e mexe, surgem programas mirabolantes que pretendem erradicar de uma vez por todas um grave problema que aflige a nação durante anos a fio. Tudo, claro, ao custo de incontáveis milhões de reais. Não por coincidência, as histórias têm sempre o mesmo final, com as boas idéias indo pelos ares. Em Taboão da Serra, município da região metropolitana de São Paulo, uma iniciativa da Secretaria da Educação foi exatamente no caminho oposto: com a singeleza de quem tem um orçamento

reduzido e pouca infra-estrutura para trabalhar, uma idéia simples e barata transformou-se no fator determinante do sucesso dos alunos na escola.

Há alguns anos, professores da rede municipal de ensino perceberam carências de seus alunos e resolveram saber mais sobre o cotidiano deles. Em vez de fazerem o que reza a cartilha, como chamar os pais para “prestar depoimento” na escola, resolveram ir à casa deles. De porta em porta, passaram a conhecer a realidade dos alunos-problema, com notas baixas ou



porta em porta

Foto: Beatriz Albuquerque/PMTS



Professores passaram a conhecer a realidade dos alunos com notas baixas

Foto: Cristina Aguilera/PMTS

com pouca frequência. Ouvir os pais, saber onde moravam, o que faziam no tempo livre, tudo foi significativo para entenderem o quadro que se apresentava todos os dias em sala de aula. Começava ali uma iniciativa que logo em breve seria aplicada em todas as escolas da cidade.

Assim que tomou conhecimento das visitas esporádicas, o secretário de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia do município, César Callegari, resolveu institucionalizar a iniciativa. Pegou aquele estalo inicial dos professores e o aprimorou, colocando as coisas nos seguintes termos: “Já que queremos tanto melhorar a educação, por que não vamos atrás?”. Foi o estopim que faltava para chamar diretores, conversar com professores e lançar, em 2005, o Programa Interação Família Escola.

O objetivo é estreitar os laços entre ambos, de modo a diminuir índices de evasão e repetência. Deu tão certo que a iniciativa foi reconhecida por organismos internacionais. O programa ganhou o Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil – ODM Brasil 2007, criado pelo governo brasileiro com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), braço da Organização das Nações Unidas (ONU) nas causas inovadoras.



No começo, os pais não compreendiam ao certo o que os professores estavam fazendo na casa deles

Um programa de porte

Programa de Interação Família Escola — de 2005 a 2008



Fonte: Prefeitura de Taboão da Serra

CASA ARRUMADA No começo, os pais dos alunos não sabiam ao certo o que os professores estavam fazendo na casa deles – a maioria temia que a visita era por conta de algum problema, como baixo rendimento escolar ou faltas em excesso. “Era uma surpresa, uma preocupação a mais para eles. Mas bastava a gente explicar os motivos da visita e tudo se resolvia”, recorda a professora Elaine de Paula Dutra. Ela participa do programa desde 2007. No começo deste ano, ela fez mais uma rodada de visitas: foram 25 famílias de

ou com pouca frequência, ouvir os pais e saber o que faziam no tempo livre

alunos da Escola Horário e outras 25 da Escola Mingau – como a maioria dos professores brasileiros, Elaine precisa arranjar tempo para se dedicar a mais de uma escola a fim de pagar as contas no final do mês.

As visitas duram entre 40 minutos e uma hora, tempo limite para os encontros. Na maioria das vezes, os professores deixam o guarda-pó de lado, afinal as visitas são feitas ou no contraturno escolar (se o aluno estuda pela manhã, a visita é na parte da tarde) ou durante a noite. Quem define o horário são os pais e, em muitos casos, a visita só é possível nos finais de semana. “Às vezes temos dificuldade para compreender por que as crianças enfrentam dificuldades na escola, seja porque não conseguem se concentrar, ou porque não conseguem entender o que estamos ensinando”, explica.

Segundo a professora Elaine, é no contato com a realidade das crianças que as coisas ficam mais claras. “Depois das visitas, percebi o quanto sou valorizada pelos meus alunos e seus familiares”, corrobora sua colega de profissão Cleusa Auxiliadora de Moraes, da escola municipal Armando de Andrade.

Recheadas de ansiedade e preparativos, logo as visitas caíram no gosto das famílias. “Os pais arrumam a casa, preparam bolo e vestem roupa de domingo, é um grande acontecimento”, conta o secretário, experiente no acompanhamento das visitas. “Os familiares nos recebem muito bem, eles ficam muito felizes com nossa visita”, diz Elaine. Os pais também aprovam a idéia. “Na reunião da escola eu não tinha a oportunidade de conversar bastante, pois são muitos alunos. Em casa, fiquei sabendo mais sobre minha filha e sobre sua professora, e ela virou uma amiga da família”, observa Cleide da Silva, mãe de um aluno.

É nestes encontros em que as

crianças, sempre convidadas a participar das conversas, compartilham um pouco mais de sua vida com os professores. O momento mágico, completa César, fica por conta da satisfação dos alunos ao acompanharem o professor contar aos pais os progressos que tiveram nas notas. “É uma grande satisfação eles ouvirem isso direto da escola”, diz. A estudante Celyane Silva, de nove anos, não deixa esconder: “Eu estava ansiosa para que minha professora fosse à minha casa. Antes eu tinha vergonha de perguntar quando eu não entendia a lição, agora não”.

EXEMPLOS CONCRETOS De 2005 para cá, 600 professores de 45 escolas da cidade atuaram no programa – sempre de forma voluntária, ninguém o faz obrigado, frisam os idealizadores. Dos 32 mil alunos da rede municipal, 20 mil já receberam alguma visita a partir da iniciativa. O programa é focado em estudantes da educação infantil e ensino fundamental (da 1ª à 8ª séries).

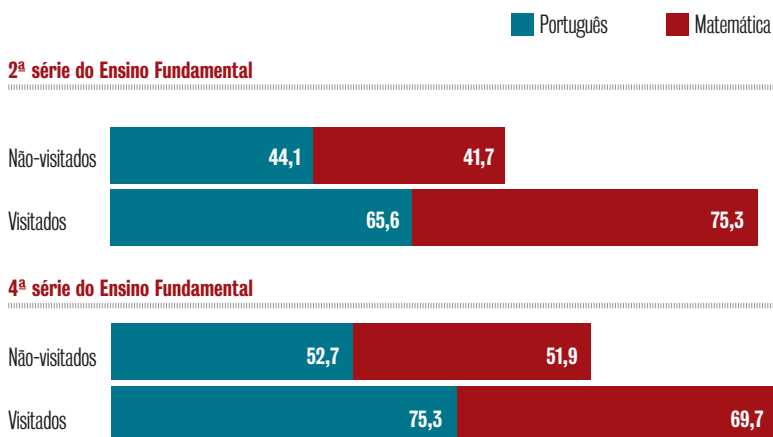
É o caso da Escola Horário, no bairro Jardim Roberto. São 460 alunos, divididos em cinco turmas em cada um dos três turnos mantidos pela escola – outro dos males típicos da educação brasileira, que obriga os alunos a estudarem entre 7h e 11h, ou entre 11h e 15h (o “turno da fome”) ou ainda entre 15h e 19h. São crianças de quatro a seis anos, estudando nas turmas Jardim I, Jardim II e 1ª série.

“A iniciativa é muito boa porque é uma forma de chamarmos a atenção dos pais, de ganhar o respeito deles e apontar as dificuldades que os filhos enfrentam no dia-a-dia da sala de aula”, conta a coordenadora pedagógica da escola, Luciana Kovalic Oliveira. Ela começou a trabalhar neste ano na instituição, mas já contabiliza nove anos de magistério.

Segundo ela, o contato com a realidade dos alunos muda a dinâmica de ensino em sala de aula. Os exemplos de uma aula de matemática, por exemplo, em vez de serem abstratos

Mais 20 pontos em média

Impacto do desempenho de alunos em Avaliação Diagnóstica – 2007 – Notas médias dos alunos (*)



(*) Resultados obtidos por 8.300 alunos de 2ª e 4ª séries do ensino fundamental

Fonte: Prefeitura de Taboão da Serra



e hipotéticos, contam com elementos da vida dos alunos, com figuras concretas como o número de quartos ou de banheiros da casa deles. “Isso torna a aula muito mais dinâmica, prática e produtiva”, reforça a coordenadora. De fato, ela tem razão – dizem os números apresentados pela Secretaria da Educação do município.

MAIS 20 PONTOS No ano passado, os alunos da 2ª série do ensino fundamental que não foram visitados pelas professoras tiveram média de 44,1 em português e 41,7 em matemática. Já os que abriram a porta de casa

para receber um professor-visitante apresentaram um desempenho acima de satisfatório: 65,6 em português e 75,3 em matemática. O mesmo critério vale para a 4ª série: de 52,7 em português e 51,9 em matemática, os alunos passam a ter a média de, respectivamente, 75,3 e 69,7. São cerca de 20 pontos de diferença (numa escala de 0 a 100). Foram avaliadas 8.300 crianças.

O Ministério da Educação (MEC) também confirmou o êxito dos estudantes da cidade. Segundo dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), divulgados em

junho deste ano, a cidade teve um aumento de 14,3%, nos anos finais da educação básica (de 5ª à 8ª séries), com a média de 4,8 – o MEC previa que Taboão da Serra só atingiria essa meta em 2012. Nos anos iniciais (da 1ª à 4ª séries), o município também teve um crescimento expressivo, de 8,9%, com a média de 4,9, acima da média nacional, que é de 4,2.

Criado em 2007 pelo governo federal, o Ideb leva em conta as taxas de aprovação, abandono escolar e o desempenho em duas avaliações nacionais: o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e a Prova Brasil, realizadas em 2007. Assim que o resultado saiu, o secretário da Educação, que também é membro do Conselho Nacional de Educação (CNE), aproveitou para afirmar que a educação da cidade está baseada em um tripé: aluno, professor e família.

“A prefeitura investe muito na formação continuada dos professores, em projetos pedagógicos de qualidade e na participação da família. E quem sai ganhando é o aluno”, conta César Callegari. Os cálculos lhe levaram a fazer uma analogia peculiar. O desempenho dos alunos a partir do programa faz com que cerca de mil crianças

Meta de 2012 chega em 2007

Evolução do desempenho medido pelo Ideb

(Anos iniciais)



(Anos finais)



Fonte: Prefeitura de Taboão da Serra

apresentam desempenho acima de satisfatório em português e matemática

deixem de ser reprovadas a cada ano. “Isso representa a economia da construção de uma nova escola a cada doze meses”, traduz o secretário, satisfeito com a possibilidade de aplicar os recursos poupados em outras frentes.

PREÇO IRRISÓRIO O rol de ganhos não ficou só nos indicadores de notas e do governo federal. O Programa de Interação Família Escola também permitiu à secretaria lançar mão de outras frentes de atuação. No que diz respeito à melhoria da aprendizagem, as visitas permitiram a criação de grupos de apoio pedagógico para crianças com dificuldade de aprendizagem no contraturno escolar, beneficiando diretamente 2 mil crianças. As escolas também ganharam laboratórios de aprendizagem, voltados ao diagnóstico e orientação dos problemas de desenvolvimento escolar, recuperando o rendimento de 140 alunos.

No campo das oportunidades educacionais para a comunidade (de posse das demandas dos parentes das crianças visitadas), mais de 10 mil jovens e adultos foram beneficiados com cursos de inglês e informática durante a noite ou nos finais de semana e 2 mil adultos tiveram pela primeira vez a oportunidade de completar os estudos. De quebra, 5 mil pessoas participaram do programa Fazendo Arte na Escola, de atividades culturais.

A lista de avanços, quase interminável, é a prova de como uma simples iniciativa, bem aplicada, se reproduz, fazendo-se presente em outras áreas. A palavra interação do nome do programa não se limitou à família e à educação e logo a secretaria passou a dialogar com outras áreas da prefeitura de Taboão da Serra. Resultado: foram encaminhados 342 casos à rede de proteção social do município, o que inclui famílias desestruturadas ou com orçamento doméstico reduzido, por exemplo.

Conheça alguns dos programas educacionais da prefeitura de Taboão da Serra

Grupo de Apoio Pedagógico

A prefeitura mantém em 19 escolas de ensino fundamental grupos de apoio pedagógico (GAP) para crianças com dificuldades de aprendizagem. Mais de dois mil estudantes, de 2ª e 4ª séries, estão sendo beneficiados com atividades diferenciadas que estimulam a prática da leitura e escrita. O reforço acontece duas vezes por semana, fora do horário de aula, e possibilita que os alunos tenham melhor desempenho.

Programa Fazendo Arte na Escola

Implantado em 2005, o Programa Fazendo Arte na Escola oferece cursos gratuitos de coral cênico, teatro, balé, sapateado, jazz e danças contemporânea, popular, de rua e de salão em 17 escolas municipais. Desde 2007, uma parte das vagas é oferecida à comunidade. Mais de cinco mil pessoas são beneficiadas pelo programa. Com os cursos, os alunos, além de despertarem para uma atividade artística, desenvolvem a auto-estima, independência, coordenação motora e a socialização.

Programa de Inclusão Digital

A prefeitura vem intensificando políticas públicas de acesso à inclusão digital. Todas as escolas municipais de ensino fundamental possuem laboratórios equipados com 20 computadores com acesso à internet. Durante o dia, os computadores são ferramentas que servem de apoio ao processo de ensino e aprendizagem. À noite e finais de semana, os laboratórios de nove escolas municipais promovem cursos gratuitos para a comunidade. A prefeitura mantém ainda duas escolas móveis de inclusão digital que percorrem os bairros da cidade e cursos gratuitos de inglês básico e para o trabalho.

Foto: Beatriz Albuquerque/PMTS



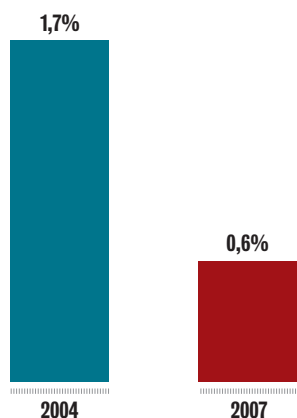
Depois das visitas, professores percebem o quanto são valorizados pelos alunos e familiares

O “pulo-do-gato” é remunerar o professor municipal com R\$ 35 por visita

Foto: Beatriz Albuquerque/PMTS

Redução de dois terços na taxa de evasão...

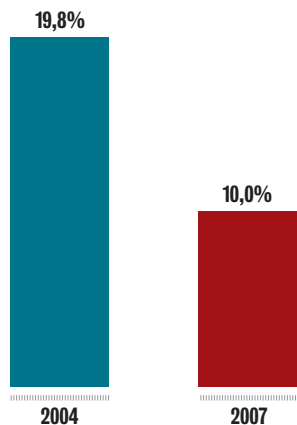
Evasão escolar nas escolas que participam do programa desde seu início (em %)



Fonte: Prefeitura de Taboão da Serra

...e cai pela metade a taxa de repetência

Repetência nas escolas que participam do programa desde seu início (em %)



Fonte: Prefeitura de Taboão da Serra



A glória veio com o Prêmio ODM Brasil 2007, em uma disputa entre 1.062 experiências no país

Para tanto, foi criada uma equipe multidisciplinar composta de médico pediatra, psicólogos e professores especializados, a fim de apoiar os docentes nas escolas, com atenção redobrada às crianças com necessidades especiais de aprendizagem. Por fim, uma iniciativa de pré-diagnóstico de acuidade visual deu cabo a 19 mil exames.

PARECE MÁGICA Isto pode dar a impressão de que Taboão da Serra, distante 18 quilômetros da capital paulista e com índices de criminalidade e pobreza típicos das “cidades-dormitório” localizadas nas cercanias das grandes metrópoles, fez mágica. Há um “pulo-do-gato”: as visitas são remuneradas. Cada vez que a porta da casa de um aluno da rede municipal de ensino se abre o professor embolsa R\$ 35,00. Pouco? Muito? Diante do orçamento da secretaria, é pouco: são R\$ 600 mil em R\$ 80 milhões anuais. “Veja que este é um programa baratíssimo e que de nenhuma maneira é usado como forma de complementação salarial”, diz o secretário. Os recursos, conta ele, são do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da

Educação (Fundeb), do governo federal. A média salarial dos professores de Taboão da Serra é de R\$ 1,1 mil.

O pioneirismo chamou a atenção de outros secretários de Educação e logo o gabinete de Callegari se enche de visitantes de diversas cidades do interior de São Paulo e de outros estados. A glória veio com o Prêmio ODM Brasil 2007, divulgado em abril deste ano. Foi uma disputa com 1.062 experiências de todo o Brasil. A escolha dos premiados foi feita por um júri composto por 13 especialistas de todo o país e a premiação foi em Brasília.

O prêmio tem por objetivo incentivar ações, programas e projetos que contribuam para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) notificou-os formalmente de que o Programa Interação Família Escola será implantado de forma experimental em outras oito cidades brasileiras. Tem tudo para vingar, como justifica o secretário: “É um programa que requer uma baixa carga de administração porque é um programa que faz sentido para todos”. **II**

Cortiços – uma realidade velada



Os cortiços são um problema habitacional grave em diversos centros urbanos e não têm recebido a devida atenção dos órgãos públicos e da sociedade em geral. São espaços exíguos, alugueis exorbitantes, situações de exploração e desrespeito ao locatário, insalubridade e insegurança nas instalações, entre outros. O motivo de as pessoas se submeterem a esse quadro de precariedade pode se resumir a uma palavra: acessibilidade. A proximidade com o centro da cidade e, com isso, com toda a sua infra-estrutura social e urbana instalada justifica a escolha desses locais. Nas áreas centrais da cidade de São Paulo, estima-se que mais de meio milhão de pessoas estão submetidas a essas condições, com base em pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), de 1993. Diferentemente das favelas e dos loteamentos clandestinos, mais facilmente identificáveis, esta é uma realidade velada. Por trás da porta de pequenas casas de bairros tradicionais, e, muitas vezes, até de alta renda, escondem-se condições terríveis de salubridade.

Essa problemática em São Paulo vem de longa data e é resultante da lógica da expansão e valorização fundiária que sempre predominou na cidade. Os cortiços lá estão há mais de cem anos, desde que se iniciou o processo acelerado de crescimento populacional. É a forma predominante de moradia dos trabalhadores de baixa renda que buscam proximidade com o trabalho. Morar no centro significa economia na despesa de transporte, menos tempo de viagem entre a moradia e o trabalho (havia jornadas de até 14 horas) e, também, maior acesso aos equipamentos sociais. Parte da cidade de São Paulo foi construída e reconstruída por mais de uma vez, bairros ganharam novas funções e características, surgiram loteamentos populares legais, loteamentos clandestinos e favelas, mas, mesmo assim, o mercado de moradia em cortiços continuou dinâmico nos bairros centrais. Morar no centro é uma resistência dos moradores de cortiços, não só para assegurar a sua sobrevivência, mas também pelo acesso ao direito à cidade. Entretanto, tem alto custo.

A sublocação de quartos nos cortiços os torna o metro quadrado mais caro da cidade de São Paulo. Os valores chegam a ser 50% superiores se comparados com moradias em bairros de classe média, como, por exemplo, Pinheiros ou Vila Mariana. Sem falar no alto custo social que se paga devido às péssimas condições de moradia a que estão submetidos. É importante ressaltar que o cortiço, ou pensão, em si, não é ilegal. Há ilegalidade naqueles que oferecem condições precárias, manutenção, superlotação e superexploração dos alugueis. A Lei Federal de Locação (Lei nº 8.245, de 1991) estabelece que os sublocadores não podem receber acima de duas vezes o valor que pagam na locação do imóvel que sublocam para moradias coletivas.

Mesmo quando o público-alvo de programas habitacionais são esses moradores, a solução dada é o reassentamento, negando a habitação coletiva como alternativa possível para a moradia em áreas consolidadas. Mais ainda, ignorando o fato de que esta é uma solução de mercado para a classe trabalhadora que prescinde de grandes investimentos públicos (ou pelo menos ameniza), e que, se o poder público chamar para si a responsabilidade do cumprimento da lei, esta pode, sim, ser uma moradia digna. Em síntese, apesar da gravidade social que representa no decorrer de sua história, o cortiço nunca se tornou uma temática que mobilizasse a vontade política de governantes. O descompromisso com questões sociais da maioria dos gestores públicos, a visão higienista da classe dominante, o fato de a locação se estabelecer entre particulares, a pouca visibilidade na paisagem urbana e a pouca pressão social dos moradores têm sido os principais motivos de pouca intervenção do Estado. Por outro lado, o mercado de locação dos cortiços mantém-se dinâmico devido à sua alta rentabilidade.

Alessandra d'Avila Vieira é arquiteta do Ministério das Cidades

Este artigo resume o texto “A problemática dos cortiços em São Paulo”, em “1ª Jornada em defesa da moradia digna”, 2008, escrito em co-autoria com Luiz Kohara

Morar no centro é uma resistência dos moradores de cortiços, não só para assegurar a sua sobrevivência, mas também pelo acesso ao direito à cidade. Entretanto, tem alto custo



Foto: Shutterstock

Mudanças climáticas

Amazônia cria rede de estudos

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam) lançou o edital temático Mudanças Climáticas para apoiar a formação de uma rede de pesquisa interinstitucional para a execução de projetos de pesquisa científica, tecnológica ou de inovação no Amazonas, voltados ao estudo das mudanças climáticas. O programa contará com R\$ 1,2 milhão para o financiamento de bolsas de estudo, formação de recursos humanos, aquisição de equipamentos e material bibliográfico, bens de consumo e pagamento de diárias.

Foto: Shutterstock

Biocombustíveis 1

Minas Gerais investe no apoio à pesquisa

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) lançou edital do Programa Mineiro de Desenvolvimento Tecnológico e Produção de Biocombustíveis. Serão destinados R\$ 3 milhões aos projetos aprovados. As propostas deverão ser apresentadas por instituições de pesquisa em parceria com empresas, associações, sindicatos ou entidades representativas de classe e enviadas até 11 de agosto. O edital abrange cinco áreas temáticas: tecnologia agrícola; biotecnologia; tecnologia industrial, engenharia e instrumentação; sociologia e economia; e meio ambiente. Os projetos devem ser desenvolvidos no prazo de 36 meses.

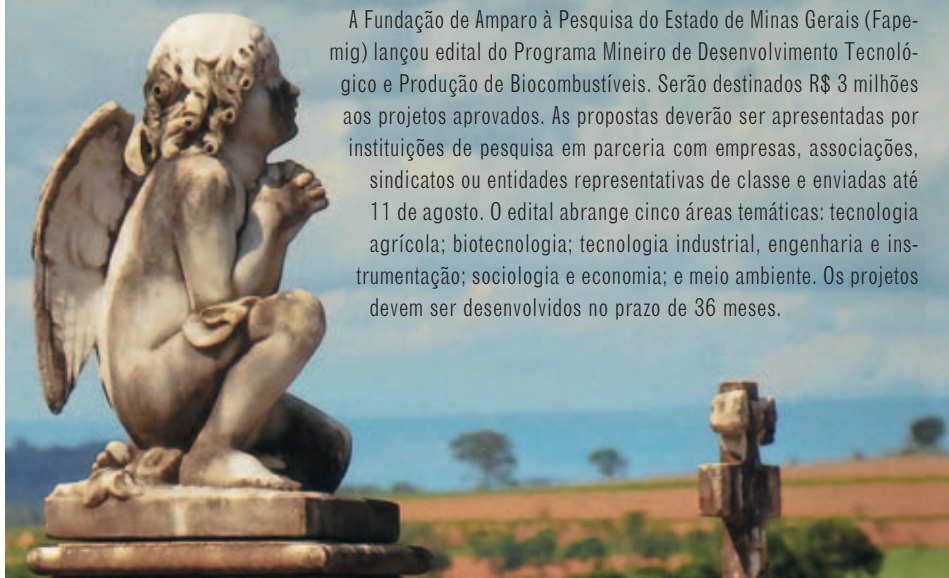


Foto: Sxc.hu

Biocombustíveis 2

Rio Grande do Sul inaugura programa estruturante

O Rio Grande do Sul inaugurou um programa estruturante de agroenergia com recursos iniciais de R\$ 4,1 milhões repassados pelo governo do estado e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). O objetivo é desenvolver tecnologias para o aproveitamento de culturas como canola, girassol, mamona, mandioca e cana-de-açúcar na

geração de biocombustível. A meta é aumentar a competitividade da produção de biodiesel, reduzir a dependência do estado na importação de combustíveis — utilizando tecnologias competitivas e aproveitando as potencialidades de produção — e ampliar o mercado para os produtores rurais e o agronegócio gaúchos.



Foto: Sxc.hu

Financiamento

Prime firma acordo com 18 incubadoras

O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) firmaram acordo com 18 incubadoras de empresa no âmbito do Programa Primeira Empresa Inovadora (Prime), no valor de R\$ 1,3 bilhão nos próximos quatro anos. O Prime deverá beneficiar cerca de cinco mil empresas que apostam no diferencial inovador como estratégia de competitividade. As incubadoras serão responsáveis pela seleção dos empreendimentos e pelo repasse da verba. A empresa beneficiada pelo Prime terá o seu projeto apoiado por duas modalidades de financiamento operadas pela Finep: os



programas de Subvenção Econômica à Inovação e Juro Zero. O valor total do financiamento será de R\$ 240 mil por empresa. Antes de aderir ao programa, os novos empreendedores passarão por um curso obrigatório de imersão em negócios.

Microempresas

Paraná fomenta a extensão empresarial

O governo do Paraná, por meio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti) e da Fundação Araucária de Apoio Científico e Tecnológico, lançou o programa Extensão Tecnológica Empresarial. O objetivo é estimular, com recursos totais de R\$ 6 milhões, a integração entre os professores e pesquisadores das instituições de ensino superior e de institutos de pesquisa,

com o objetivo de fomentar o surgimento de novos empreendimentos e o desenvolvimento de micro e pequenas empresas no estado. Os projetos devem ser enviados até 11 de agosto. Serão identificadas ofertas de pesquisadores e demandas de associações, cooperativas, empresas individuais ou arranjos produtivos locais. Os projetos devem ter como foco a organização de novos

empreendimentos — associações, cooperativas, empresas ou outros formatos organizacionais — ou a inovação tecnológica em empreendimentos já existentes dos seguintes setores industriais: alimentos e bebidas, artesanato, cerâmica e minerais industriais, metalmeccânica, móveis, têxtil, vestuário e calçados, serviço de turismo, informática e reciclagem e tratamento de resíduos.



Sustentabilidade

Argamassa ecologicamente correta

O Centro de Tecnologia Mineral (Cetem) e o Instituto Nacional de Tecnologia (INT), órgãos do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), desenvolveram uma argamassa ambiental que será produzida pela empresa Argamil, recentemente inaugurada em Santo Antonio de Pádua, no Rio de Janeiro. O produto é uma alternativa ecologicamente correta e econômica às 720 toneladas de resíduos finos — conhecidos como “pó de rochas” — lançadas mensalmente pelas serrarias de rochas ornamentais nos riachos e rios do município. A fábrica tem capacidade de produzir 240 mil toneladas de argamassa por ano. A argamassa ambiental permitirá economia de outras substâncias minerais como a cal ou o calcário, que serão substituídos pelo pó de rocha na formulação da argamassa.

Foto: Sxc.hu



Arqueologia

Sinais de tetrápodes na Antártica

Um grupo de cientistas norte-americanos encontrou pela primeira vez tocas fossilizadas de tetrápodes — vertebrados com quatro membros — na Antártica que datam do período Triássico Inferior, há cerca de 245 milhões de anos. No Triássico, a Antártica, América do Sul, África, Índia e Austrália formavam uma

parte contígua do supercontinente conhecido como Pangéia. Os fósseis foram criados quando a poeira fina de um rio preencheu as tocas e as endureceu após milhões de anos. O maior pedaço encontrado tem pouco mais de 35 centímetros de comprimento por 15 centímetros de largura.

Foto: Stockport

Irrigação

Controle de sensores inteligentes

Pesquisadores da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da Universidade de São Paulo (USP), em Piracicaba (SP), desenvolveram um sistema para monitoramento e controle automático de irrigação de precisão em sistemas do tipo pivô central, aplicado em grandes áreas. A inovação consiste num conjunto de sensores de umidade colocados estrategicamente em vários pontos da área irrigada pelo pivô central. Esses sensores são ligados a sistemas de radiofrequência que enviam as informações para uma central

de processamento que analisa os dados e estabelece a lâmina de água necessária, acionando o pivô central de modo a aplicar lâminas diferenciadas de acordo com a necessidade da área do terreno. Para o desenvolvimento do aplicativo computacional foi projetado um sistema capaz de obter a leitura dos tensiômetros utilizando uma interface sem fio, que foi implementada por meio de módulos de radiofrequência. O principal objetivo da pesquisa foi reduzir o consumo de água e, ao mesmo tempo, promover incrementos na produtividade.

Patentes

CNPq terá participação nos royalties

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) regulamentou a atribuição de direitos sobre criações intelectuais, originadas de auxílios e bolsas concedidos pela agência, e a participação nos ganhos econômicos decorrentes da exploração de patente ou direito de proteção. De acordo com a norma, a titularidade da patente caberá à instituição na qual as pesquisas são realizadas, e ao CNPq caberá, na condição de agência de fomento, uma participação nos ganhos econômicos eventuais resultantes da exploração comercial das criações protegidas. A expectativa é promover a proteção do conhecimento e a transferência de produtos e processos, obtidos no ambiente acadêmico, para o setor produtivo. Segundo o CNPq, diversas modificações no cenário legal e científico brasileiro demandavam uma atualização e uma revitalização da política de propriedade intelectual, entre elas a entrada em vigor da Lei de Inovação e a conseqüente criação de Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) nas instituições de ensino e pesquisa brasileiras.

Direitos humanos e a crítica do direito

A publicação da mais recente obra do professor José Geraldo de Sousa Junior, *Idéias para a cidadania e para a justiça*, traduz, em sua melhor expressão, a trajetória de um pensamento voltado para a compreensão dos desafios do Direito na contemporaneidade, em todas as suas acepções. Trata-se de um livro importante em razão de sua dimensão prospectiva: no futuro, quando pesquisadores se depararem com a obra, encontrarão uma espécie de microcosmo representativo das principais discussões referentes aos direitos humanos e à afirmação dos direitos fundamentais no contexto político, social e jurídico posterior à promulgação e vigência da Constituição de 1988. Na verdade, a tarefa empreendida no volume que aqui se apresenta é de extrema dificuldade. E só um pesquisador com a experiência e o protagonismo de José Geraldo de Sousa Junior poderia haver reunido tantas reflexões numa forma articulada, transparente e coerente. As preocupações versadas na obra passam pela prática dos direitos humanos, pelo resgate do direito à memória e à verdade e pela crescente preocupação com a estrutura e desenvolvimento do Poder Judiciário, a partir das demandas que surgem da sociedade com as perspectivas da inclusão e da emancipação.

Para um adequado entendimento acerca do teor do livro, convém rememorar as circunstâncias que ensejaram sua criação. Trata-se de uma coletânea de colunas escritas para uma revista editada pelo Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Distrito Federal. A própria forma dos artigos é um exemplo das preocupações do autor: são verdadeiras intervenções na dinâmica da democracia brasileira, com destaque para as lutas dos movimentos sociais, as reações dos setores organizados, as respostas – sempre incompletas – que surgem da esfera institucional e as perspectivas para o futuro. Essa modalidade de escrita-intervenção insere-se na própria história de vida do autor. Desde sua participação na Nova Escola Jurídica Brasileira (Nair) até o exercício da direção da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB), passando pela experiência do acompanhamento dos trabalhos da Constituinte e pela implantação de novas diretrizes curriculares para o curso de Direito no Brasil, o autor vem construindo uma trajetória de comprometimento com a democracia, a Constituição e os direitos humanos.

E as formas dessa intervenção, especialmente no domínio da escrita, vêm assumindo uma dimensão multifacetária. Os Cadernos da Constituinte, editados pelo Centro de Estudos de Acompanhamento da Constituinte, na UnB, eram veiculados em jornal de circulação nacional, por todo o período de elaboração e discussão da Constituição, promulgada em outubro de 1988. Os quatro volumes da série *O Direito Achado na Rua*, além de representarem um significativo conjunto de contribuições em campos fundamentais do Direito – sociologia jurídica, direito do trabalho, direito à terra, direito à saúde –, são também cursos a distância oferecidos pelo Centro de Educação a

Distância (Cead) da UnB a lideranças populares, representantes da sociedade civil e estudantes em geral. Sob a coordenação do autor, um jornal de circulação no âmbito do Distrito Federal vem publicando, semanalmente, coluna em que alunos da Faculdade de Direito da UnB respondem às questões propostas pelos leitores com a perspectiva de *O Direito Achado na Rua*.

E, enfim, uma das iniciativas mais interessantes dos tempos atuais no campo do ensino, pesquisa e extensão em Direito: a concepção de um *Observatório da Constituição e da Democracia*, formulado por um coletivo de professores e pesquisadores, e que está prestes a atingir seu 23º número, consolidando-se como um local de reflexão e crítica acerca dos percursos do constitucionalismo e da democracia no Brasil. Todos esses textos de intervenção têm a marca de José Geraldo de Sousa Junior. O livro inscreve-se, portanto, numa história única, em que coexistem, no mesmo patamar, a vocação acadêmica e a intervenção cidadã. É essa mesma história que une, a um só tempo, a luta pelos direitos humanos e a crítica do direito.

Cristiano Paixão



Idéias para a cidadania e para a justiça
José Geraldo de Sousa Junior
Editora Sindjus – 116 páginas – R\$ 23,20

O SUS precisa de mais recursos



Uma das análises necessárias na discussão da reforma tributária deve tratar os impostos e contribuições sob o enfoque do desenvolvimento. Neste sentido, a preocupação com a simplicidade do sistema, bem como com o seu impacto sobre a competitividade, é, sim, importante, mas é também fundamental a questão da equidade, especialmente no que se refere ao princípio da capacidade contributiva. A discussão sobre a necessidade de um tributo sobre a movimentação financeira deveria partir desta pauta. Entretanto, misturar esta questão com a discussão do financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS) pode comprometer os avanços possíveis em ambos os temas. A Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), criada em resposta a um contexto emergencial, ao menos evitou a queda dos recursos federais destinados à saúde, mas não confirmou as expectativas de sua ampliação, principalmente porque outras fontes reduziram os seus aportes.

A Emenda Constitucional nº 29, de 2000, constituiu nova tentativa de garantir e expandir os recursos das políticas públicas de saúde, no que foi apenas parcialmente bem-sucedida. No caso da União, a vinculação ao Produto Interno Bruto (PIB) limitou o potencial de crescimento dos recursos. Estados e municípios expandiram suas destinações ao setor, mas diferenças na implementação da Emenda nº 29 permitem disparidades no esforço alcançado em cada ente da federação. Os dados mais recentes do Sistema de Informações Orçamentárias sobre Políticas de Saúde, do Ministério da Saúde, apontam que União, estados e municípios aplicaram em ações e serviços públicos de saúde o equivalente a 3,6% do PIB em 2006. São R\$ 450 ao ano ou R\$ 1,23 por dia para cada habitante. Isso é muito? É pouco? É o suficiente?

Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) – World Health Statistics 2008, páginas 84 a 91 – mostram que, em termos dos recursos públicos aplicados na saúde, o Brasil está atrás não só de países europeus, como Alemanha (8,2% do PIB) e Reino Unido (7,1%), mas também de vizinhos como Colômbia (6,2%) e

Argentina (4,5%). Por outro lado, nosso sistema público de saúde consome mais recursos do que o dos outros BRICs – Rússia (3,2%), Índia (0,9%) e China (1,8%). Um sistema público de saúde que pretende ser universal, integral e gratuito mobiliza no Brasil menos recursos do que o setor privado, o que é claramente contraditório. Países onde a responsabilidade maior pela promoção e atenção à saúde da população compete ao Estado, e não ao bolso de cada indivíduo, aplicam mais recursos nas políticas públicas de Saúde – entre 5,5% e 7,0% do PIB, chegando a 9% em alguns casos, muito além dos nossos atuais 3,6%.

Por isso é necessária e urgente a adequada regulamentação da Emenda nº 29, que reafirme o entendimento da Resolução nº 322 do Conselho Nacional de Saúde, corrigindo as brechas hoje existentes na destinação de recursos à saúde, e substitua a vinculação federal ao PIB pela vinculação às receitas – 8,5% iniciais, chegando a 10% em cinco anos. O efeito conjunto desses vetores poderia elevar os recursos aplicados pelas três esferas de governo em cerca de 1% do PIB em cinco anos. Alcançaríamos então 4,7% do PIB. A melhoria na gestão do sistema público de saúde também é necessária e urgente, e a sua agenda é enorme. Passa, entre outros, pela conquista de um modelo menos curador de doenças e mais promotor de saúde; pelo estímulo à formação de profissionais de saúde (médicos, enfermeiros, cuidadores) e à melhor distribuição regional desses profissionais; por melhores técnicas de gestão das grandes unidades hospitalares; por melhores sistemas de informação e comunicação entre as unidades de atenção básica (como postos de saúde e equipes de saúde da família) e as unidades de média e alta complexidade, onde serão realizados os exames, tratamentos e cirurgias.

A implementação desta agenda é fundamental para tornar o SUS mais eficiente, eficaz e efetivo na promoção e na atenção à saúde da população, mas para avançarmos nesta direção serão, sim, necessários mais recursos.

Países onde a responsabilidade maior pela promoção e atenção à saúde da população compete ao Estado, e não ao bolso de cada indivíduo, destinam mais recursos ao sistema público de saúde

José Aparecido Carlos Ribeiro é pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

INDICADORES

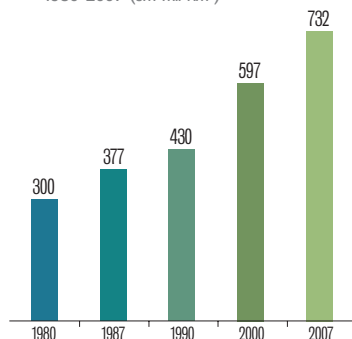
O que é?

Amazônia Legal

A Amazônia Legal é uma área que corresponde a 59% do território brasileiro e engloba a totalidade de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do Estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44°W), perfazendo 5,0 milhões de km². Nela residem 56% da população indígena brasileira. O conceito de Amazônia Legal foi instituído em 1953 e seus limites territoriais decorrem da necessidade de planejar o desenvolvimento econômico da região e, por isso, não se resumem ao ecossistema de selva úmida, que ocupa 49% do território nacional e se estende também pelo território de oito países vizinhos. Os limites da Amazônia Legal foram alterados várias vezes em consequência de mudanças na divisão política do país. O Plano Amazônia Sustentável (PAS), lançado em maio deste ano pelo governo federal, considera integralmente o Estado do Maranhão como parte da Amazônia Brasileira.

Amazônia Legal

Área desmatada acumulada na Amazônia Legal — 1980-2007 (em mil km²)



Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)/Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (Prodes)

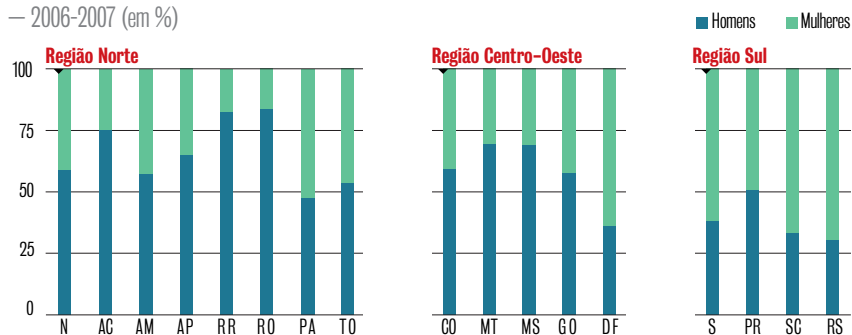
Demografia

Pesquisa ajuda a garantir o futuro dos idosos

Uma parceria do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República e o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI) vem realizando desde o ano passado a primeira pesquisa de caráter nacional no país sobre instituições de longa permanência para idosos. A elevação da idade da população e o aparecimento de um grande contingente "muito idoso", simultaneamente a mudanças no formato das famílias, principalmente pela elevação da escolaridade feminina e pela inserção maciça das mulheres no mercado de trabalho, levanta novas questões, como a de quem oferecerá cuidados para esses idosos — se a família ou instituições especializadas. Já estão prontos os capítulos das regiões Norte, Centro-Oeste e Sul, com importantes revelações, como as que selecionamos neste conjunto de infográficos. Ao seu final, o trabalho espera apurar cerca de 6 mil instituições com 100 mil idosos.

Composição por sexo da população idosa residente nas instituições de longa permanência segundo os estados

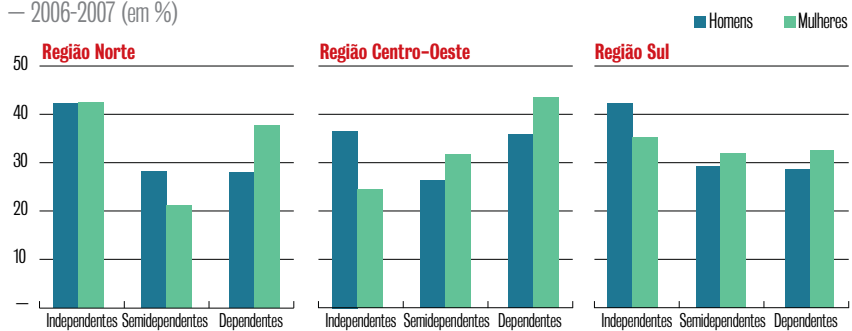
— 2006-2007 (em %)



Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH

Proporção de residentes nas instituições de longa permanência por sexo segundo o grau de dependência

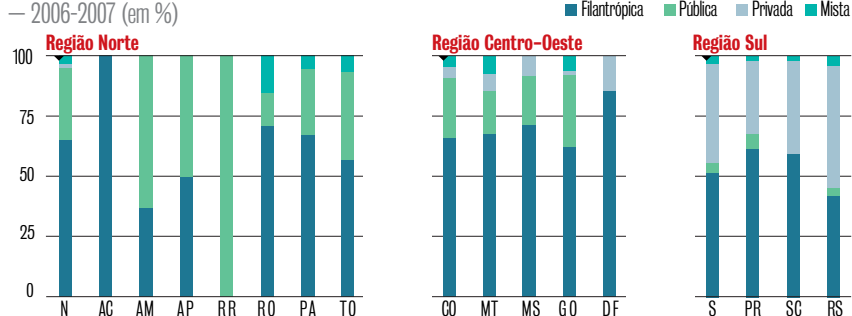
— 2006-2007 (em %)



Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH

Distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo a natureza por estado

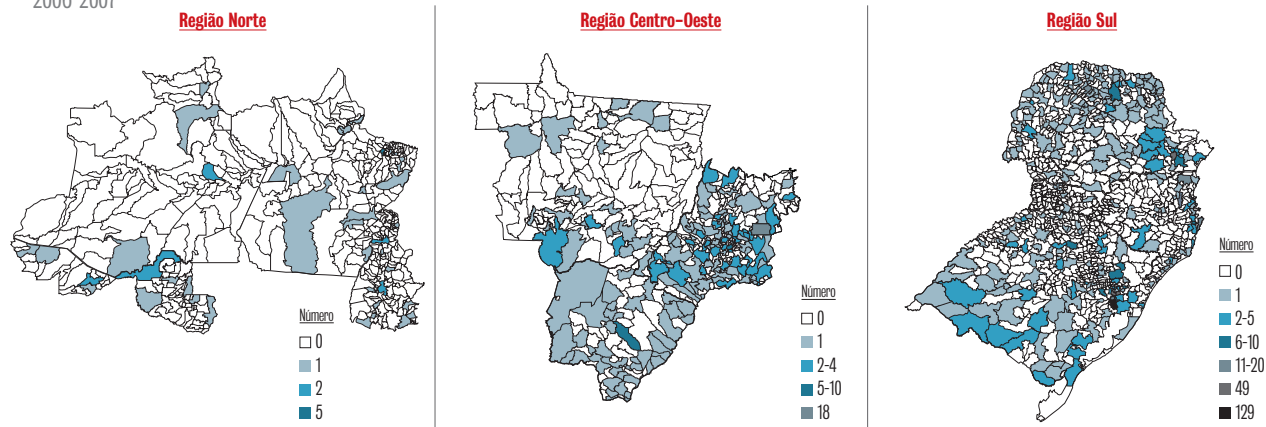
— 2006-2007 (em %)



Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH

Localização espacial das instituições de longa permanência para idosos por município

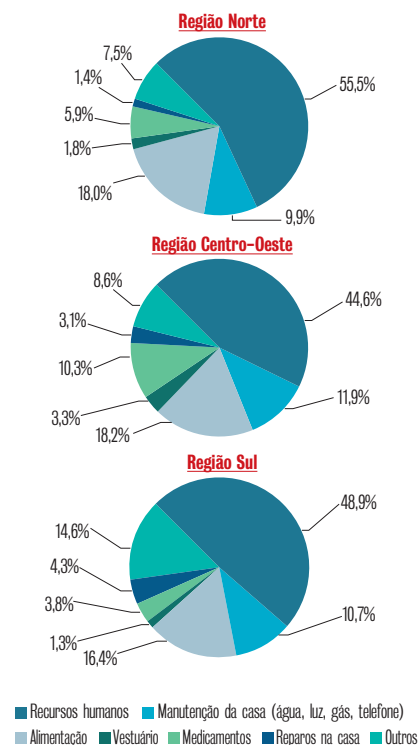
— 2006-2007



Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH

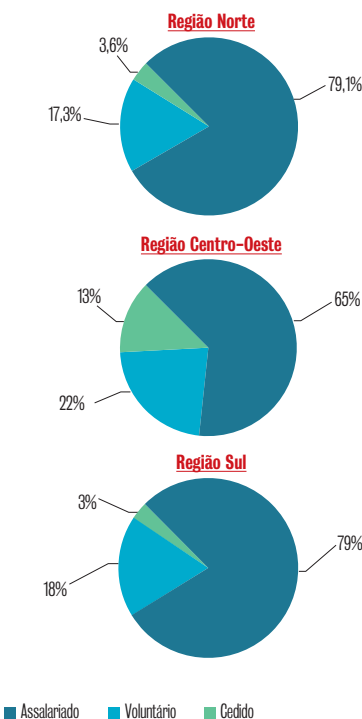
Distribuição proporcional dos gastos das instituições de longa permanência

— 2006-2007



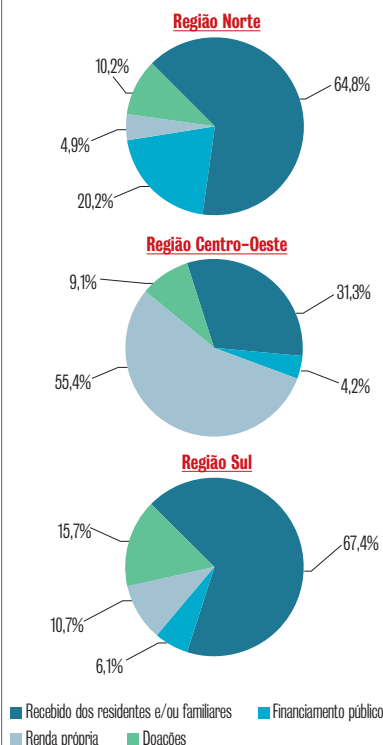
Distribuição proporcional dos funcionários segundo a condição

— 2006-2007



Composição das fontes de financiamento das instituições de longa permanência

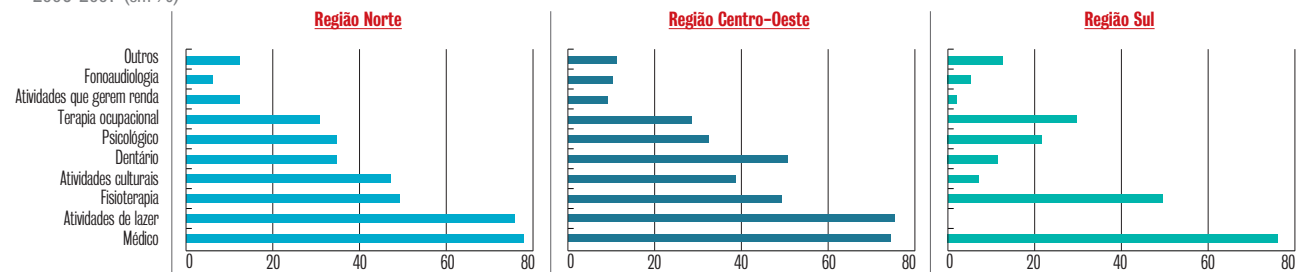
— 2006-2007



Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH

Distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo o tipo de serviço oferecido

— 2006-2007 (em %)



Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH

A correspondência para a redação deve ser enviada para desafios@ipea.gov.br ou para SBS Quadra 01 - Edifício BNDES - Sala 1515 - CEP: 70076-900 - Brasília DF



Reprodução

Estou fazendo um trabalho de faculdade, e encontrei um artigo maravilhoso nesta revista que está me ajudando bastante no meu trabalho. O artigo é "O longo caminho para a escola", por Lia Vasconcelos, de Brasília.

Maria Vilsa Sebastião
Duque de Caxias/RJ

Sou jornalista e trabalho na assessoria de comunicação da Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (AFBNB). Pelo que temos acompanhado na versão eletrônica, a linha editorial da revista **Desafios** aproxima-se muito do nosso trabalho. Aproveito para parabenizá-los pela excelente qualidade dos textos.

Renata Soares
Fortaleza/CE

Acompanhei algumas edições no período em que morei em Brasília e gostei dos conteúdos e por isso quero continuar como leitor.

Robson da Silva
Joinville/SC

A revista **Desafios do Desenvolvimento** é um importante periódico que serve para consultas e norteia boa parte das nossas ações sociais em nossa cidade. Trabalhamos na Associação Comitê Itaperuna Ação e Cidadania com palestras, mutirões de cidadania e atuamos nos conselhos municipais de Saúde, Educação, Fundeb, Assistência Social e Segurança.

Sérgio Martins
Itaperuna/RJ

A Gerência de Estudos de Ergonomia na Aviação Civil, subordinada à Superintendência de Estudos, Projetos e Capacitação Para a Aviação, da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), tem como atividade principal orientar e proceder aos estudos e pesquisas para o desenvolvimento de projetos na área de fatores humanos ou ergonomia no setor aeroespacial, no âmbito do Sistema de Aviação Civil. Informo que a revista **Desafios do Desenvolvimento** é de grande valia nas pesquisas realizadas nesta gerência.

Geraldo Pinto de Almeida
Rio de Janeiro/RJ

Faço parte da Gerência de Educação e Sociedade da empresa Natura Cosméticos, responsável pelo desenvolvimento de projetos de Responsabilidade Corporativa e Investimento Social Privado, em parcerias com ONGs e poder público em todo o Brasil. A revista **Desafios** é para nós, sem dúvida, importante instrumento de trabalho e reflexão.

Isabel Ferreira
Cajamar/SP

A revista **Desafios do Desenvolvimento** enriquece o acervo de periódicos do Núcleo Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e agradecemos a colaboração do Ipea.

Tatiana Cotrim
São Luís/MA

Admiro o trabalho do Ipea e adoro ler suas pesquisas e publicações. A leitura da revista **Desafios do Desenvolvimento** colabora para ampliar meus conhecimentos.

Karina Rebouças Andrade
São Paulo/SP

Trabalho na Companhia Docas do Ceará e desenvolvo consultoria e prestação de serviços na área do Terceiro Setor para algumas organizações sociais do interior do Estado. Acho a revista **Desafios do Desenvolvimento** uma publicação primorosa por apresentar reportagens consistentes, com informações úteis para a compreensão do nosso país, um verdadeiro balanço da situação brasileira nas mais diversas áreas do desenvolvimento. Aproveito para parabenizar a todos pelo excelente trabalho.

Paulo Marcelo Freitas Vieira
Fortaleza/CE

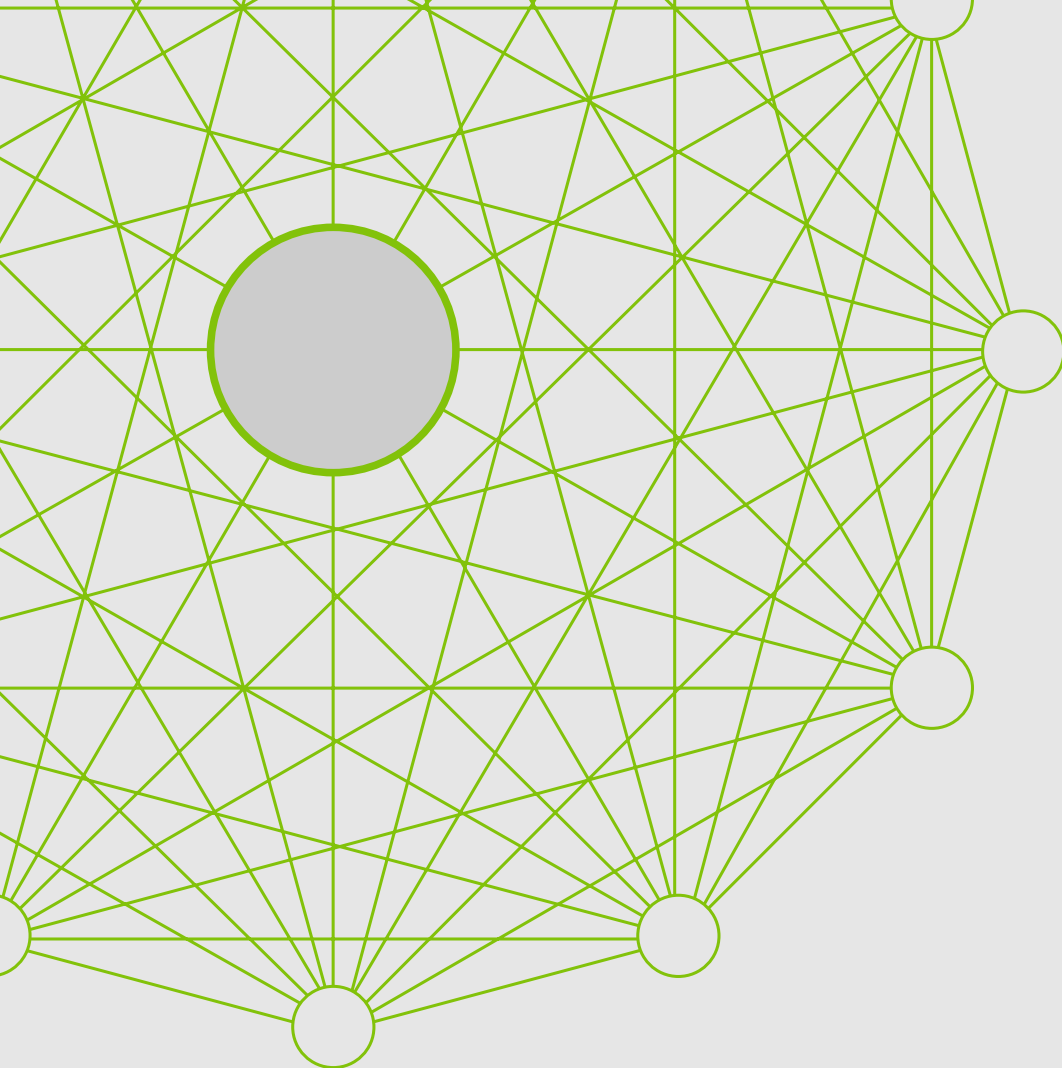
Tenho 17 anos e sou um leitor assíduo dessa conceituada revista que tanto contribui para a cons-

trução de um país mais civilizado e moderno. A revista **Desafios**, por meio de suas reportagens, sempre analisa nossas virtudes e contradições que decorrem justamente da fase de transição em que se encontra o Brasil. De maneira bastante sucinta, **Desafios** tem mostrado os três pilares que o Brasil deverá perseguir para chegar ao Primeiro Mundo: democracia, justiça social e prosperidade econômica. Mas o jogo ainda não foi ganho. É preciso adotar um novo modelo de desenvolvimento baseado na redução do papel do assistencialismo, na criação de riquezas, na redução da carga tributária e no aumento do investimento. Precisamos caminhar rumo a uma economia na qual o bem-estar dependa do esforço, da criatividade e do êxito de cada indivíduo, e não do apoio do governo. O papel mais importante do governo deve ser o de criar as condições para a população ter êxito na vida e não o de transferir renda às pessoas. Ou seja, precisamos de um governo que ofereça recursos para as iniciativas individuais se desenvolverem em um ambiente de maior igualdade de oportunidades. Precisamos de um Estado incentivador, não de um Estado generoso. Não seremos um país desenvolvido enquanto não tivermos um líder que convença a sociedade da urgência de definir novos rumos a tomar diante dos desafios de um mundo globalizado e cada vez mais competitivo.

Murilo Augusto de Medeiros
Guará II/DF



Acesse o conteúdo da revista **Desafios do Desenvolvimento** no endereço:
www.desafios.ipea.gov.br



Publicação

Trimestral

Do **IPEA**

Junho

2008

CONJUNTURA

CARTA DE

Acesse gratuitamente no

www.ipea.gov.br

Ipea – Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada



Ciclo de Seminários

Perspectivas Do Desenvolvimento Brasileiro

Seminário

TRAJETÓRIAS E CONCEPÇÕES DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO:

A contribuição dos clássicos do pensamento social brasileiro

Brasília

Agosto de 2008

Veja a programação no www.ipea.gov.br

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

